

LEOSMAR MALACHIAS DE OLIVEIRA

PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:

Concepções e Propostas na perspectiva de Professores do Ensino Público Estadual da Região Centro-Oeste do Município de São Paulo

Tese apresentada à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Escola Paulista de Medicina, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

São Paulo

2009

LEOSMAR MALACHIAS DE OLIVEIRA

PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:

Concepções e Propostas na perspectiva de Professores do Ensino Público Estadual da Região Centro-Oeste do Município de São Paulo

Tese apresentada à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Escola Paulista de Medicina, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Cecília Sonzogno

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE

Diretora do CEDESS: Prof^a Dra. Maria Cecília Sonzogno

Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Prof. Dr. Nildo Alves Batista

LEOSMAR MALACHIAS DE OLIVEIRA

PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:

Concepções e Propostas na perspectiva de Professores do Ensino Público Estadual da Região Centro-Oeste do Município de São Paulo

Presidente da Banca Examinadora: Prof^a Dra. Maria Cecília Sonzogno

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Irani Ferreira da Silva Gerab

Prof. Dr. Ricardo Luis Fernandes Rocha

Prof. Dr. Walter Roberto Correia

Oliveira, Leosmar Malachias

Promoção da Saúde na Educação Física Escolar: Concepções e Propostas na perspectiva de Professores do Ensino Público Estadual da Região Centro-Oeste do Município de São Paulo / Leosmar Malachias de Oliveira – São Paulo, 2009.

IX, 142f.

Tese (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências da Saúde.

Título em Inglês: Health promotion in the Scholar Physical Education: conceptions and proposals in the perspective of State Public Education Teachers from the West Center Region of Sao Paulo City

1. Promoção da Saúde. 2. Educação Física Escolar . 3. Políticas Públicas. 4. Currículo

*Dedico este trabalho a minha família, meu porto seguro, e aos
companheiros de todas as horas que emprestaram seus
ouvidos e paciência aos meus constantes devaneios de
professor pesquisador.*

Agradecimentos

Agradeço à Miriam, minha esposa, amor da minha vida e razão dos meus dias, pelo afeto, carinho e compreensão nos momentos mais difíceis desta jornada.

Aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado com palavras de apoio, incentivo e conforto, guardo todos em meu coração.

Aos amigos de trabalho do Núcleo de Tecnologia Educacional Centro-Oeste, em especial a Profa. Jacqueline Arruda que muito me ensinou com sua presteza e profissionalismo invejáveis, seus exemplos valeram mais que horas de leitura.

A Dirigente Regional de Ensino Centro-Oeste Prof^a Walkyria Cattani Ivanaskas que com amor e dedicação administra a Diretoria de Ensino de maior expressão na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, tenho orgulho de poder ter trabalhado nesta Diretoria. Estendo meus agradecimentos aos amigos da Oficina Pedagógica, dos Setores Administrativos e funcionários, todos que trabalham incansavelmente para uma Educação de qualidade.

Não poderia deixar de citar os amigos do CEDESS, todos que de certa forma compartilharam comigo os desafios desta jornada, foram muitas gargalhadas e algumas lágrimas, coisas que a vida nos proporciona, vou ter saudades dos cafezinhos no “Bar do Zapata”.

Aos Mestres, ficam os meus respeito, admiração e profundos agradecimentos, pela dedicação e paciência em aturar meus desatinos e inquietações. Faço um agradecimento especial à Prof^a Maria Cecília Sonzogno que aceitou o desafio de orientar o “Menino Professor de Educação Física de Escola Estadual”, e que soube direcionar meus anseios e incompreensões acadêmicas, despertando em mim a chama da ciência.

A todos que fazem parte desta caminhada, meus sinceros agradecimento.

LISTA DE SIGLAS

CELAFISCS - Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano.
CENP - Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas.
CERHUP - Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais.
CES - Conselho de Ensino Superior.
CFE - Conselho Federal de Educação.
CNE - Conselho Nacional de Educação.
CNS - Conselho Nacional de Saúde.
CONFED - Conselho Federal de Educação Física.
CREF - Conselho Regional de Educação Física.
DCN's - Diretrizes Curriculares Nacionais.
DEFE - Departamento de Educação Física e Esportes.
EF - Educação Física.
EFE - Educação Física Escolar.
ENEFED - Escola Nacional de Educação Física e Desportos.
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio.
ESEFEx - Escola Superior de Educação Física do Exército.
IES - Instituições de Ensino Superior.
LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MEC - Ministério da Educação e Cultura.
OMS - Organização Mundial da Saúde.
OPAS - Organização Pan-americana da Saúde.
PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais.
PNPS - Política Nacional de Promoção da Saúde.
PS - Promoção da Saúde.
SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.
SEESP - Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
USP - Universidade de São Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras e Quadros	
Figura 1 - Promoção da Saúde e a Escola	91
Figura 2 - Envolvimento das disciplinas em relação ao tema Saúde	92
Figura 3 - Educação Física Escolar e Promoção da Saúde	96
Figura 4 - Atividade física durante as aulas	102
Figura 5 - O programa semanal de Atividade Física na Escola	104
Figura 6 - Planejando a Ação para Saúde	106
Figura 7 - A formação do professor para Promover Saúde	108
Figura 8 - Visão sobre a Formação em Educação Física	114
Figura 9 - Opinião sobre a própria Formação	115
Quadro 1 - Cronologia das Propostas Curriculares do Estado de São Paulo	57

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição dos sujeitos por faixa etária	88
Tabela 2 - Distribuição dos sujeitos por sexo	88
Tabela 3 - Distribuição dos sujeitos por tempo de atuação em Educação Física Escolar	88
Tabela 4 - Distribuição dos sujeitos por ano de formação	88
Tabela 5 - Distribuição dos sujeitos por tipo de formação complementar	89
Tabela 6 - Distribuição dos sujeitos por tipo de Instituição de formação Superior	89
Tabela 7 – O desenvolvimento do tema Saúde na Escola	94

SUMÁRIO

Dedicatória	
Agradecimentos	
Lista de Siglas	
Lista de Figuras e Quadros	
Lista de Tabelas	
Resumo	
Abstract	
1 - Introdução	01
2 - Objetivos	04
2.1 - Objetivos específicos	04
3 - Referencial Teórico	05
3.1 - Docência em Educação Física: Currículo e Formação Superior	05
3.2 - As Reformas Curriculares dos Cursos Superiores de Educação Física	10
3.3 – As Diretrizes Curriculares para o Curso Superior de Educação Física	17
4 – Educação Física Escolar e suas Abordagens	25
5 - Políticas Públicas de Educação Física Escolar	35
5.1 - As Propostas Curriculares	35
5.2 - Os Guias Curriculares para a Educação Física Paulista (1975)	36
5.3 - Os anos de 1980	42
5.4 - Os anos de 1990	46
5.5 - Os anos 2000	52
5.6 - 2008: O ano da “nova” Proposta Curricular	53
6 - Políticas Públicas de Saúde e Promoção da Saúde	58
6.1 - A Saúde	58
6.2 - A Promoção da Saúde	62
6.3 - A Saúde na Escola	64
6.4 - A Educação Física Escolar e a Promoção da Saúde	73
7 - Metodologia	79
7.1 - Instrumentos de Pesquisa	80
7.2 - Análise documental	80
7.3 - Levantamento Empírico junto aos Professores de Educação Física	83
8 - Resultados e Discussão	88
8.1 - Perfil dos sujeitos	88
8.2 - Questões do bloco de interesse - Promoção da Saúde e a Escola	91
8.3 - Questões do bloco de interesse - Educação Física Escolar e Promoção da Saúde	96
8.4 - Questões do bloco de interesse - Formação para a Promoção da Saúde	107
8 - Considerações Finais	119
9 - Referências Bibliográficas	122
10 - Anexos	127

Resumo

O presente estudo teve por objetivo reunir e elaborar subsídios referentes as concepções de Saúde e Promoção de Saúde dos Professores de Educação Física Escolar do Ensino Público Estadual de São Paulo, tendo como cenário a evolução histórico conceitual do tema construída ao longo das últimas décadas. Buscamos neste trabalho realizar uma análise qualitativa e quantitativa de documentos (Guias e Propostas Curriculares), procurando compreender as relações estabelecidas entre Educação Física Escolar e Saúde e paralelamente adotamos um levantamento empírico junto aos professores de Educação Física do Ensino Fundamental. As Propostas Curriculares do Ensino Público do Estado de São Paulo demonstraram avanços na compreensão da relação que se estabeleceu historicamente com a Educação Física e a Saúde, contudo as práticas e conceitos assumidos pelos professores parecem desconsiderar outras dimensões e possibilidades no processo, senão aquelas atreladas a um “fazer prático” através da atividade física. O valor atribuído aos conhecimentos médico-biológicos, indica uma compreensão parcial dos professores em relação ao processo de Promoção da Saúde. Os professores demonstraram não ter se apropriado de conceitos que definem a forma pelo qual se desencadeia a Promoção da Saúde, porém grande parcela dos educadores acredita atuar neste processo, reconhece o seu valor, admite suas dificuldades, limitações e impossibilidades, desenvolve seu trabalho dando grande prioridade ao tema e seguem firmes na militância convicta do desenvolvimento da aptidão física e da Saúde através das sessões semanais de Educação Física Escolar. As mazelas sociais enfrentadas pela escola, a falta de Políticas Públicas eficazes, tornam as ações e concepções dos professores limitadas para agir neste processo. Apesar das Propostas Curriculares terem avançado nas últimas décadas no sentido de uma compreensão mais ampla de Saúde e Promoção da Saúde, grande parte dos professores permanece com uma visão “ingênua” de suas reais possibilidades e capacidades para atuar como promotores da Saúde em ambiente escolar.

Abstract

The present study assemble and develop subsidies about health conceptions and health promotion of State Public Scholar Physical Education Teachers from Sao Paulo City. It has the conceptual historical evolution scene of the motif built in the last decades. We collected a quantitative and qualitative analysis of documents (guides and curriculum proposals) searching understand the establish relations between Scholar Physical Education and Health. In parallel we adopt an empiric survey next to the Junior School Physical Education Teachers. The curriculum proposals of Sao Paulo Public Education shows advances in the comprehension of the historical relation established between Physical Education and Health, nevertheless the practices and concepts assumed by the teachers seems to disregard some dimensions and possibilities in the process, save those attached a “practice make” through the physical activity. The attributed value to the medical-biological acquaintances, shows a partial comprehension of the teachers with regard to the health promotion process. The teachers shows not have the concepts that define the best way to trigger health promotion, however most educators believe to act in this process, recognize your value, admit yours difficulty, limitations and impossibilities. Develop your job giving priority to the theme and walk firm in the convict militancy of the physic aptness development and of the health, through Scholar Physical Education weekly sessions. The social wounds faced for the schools and the lack of efficient public politics, makes limited the actions and conceptions of teachers. Although the curriculum proposals been advanced in the last decades, in the sense of a more wide health and health promotion, a lot of teachers remain with a naïve vision of the real possibilities and capacities for act how health promoters in the scholar environment.

1 - Introdução

Iniciei minha jornada na Educação Física em meados dos anos noventa e já neste período pude vivenciar algumas transformações na Educação Nacional. Desde meus primeiros anos de Licenciatura estive envolvido nas questões escolares, pois nesta época, mesmo cursando a licenciatura, já havia a possibilidade de atuar como professor em Escolas Estaduais. Neste período não havia sido regulamentada a profissão de “Professor de Educação Física”, algo que ocorreu somente no final da década, com o surgimento do Conselho Federal de Educação Física (CONFED). Era comum que alunos dos primeiros anos dos Cursos de Licenciatura assumissem aulas em Escolas Públicas Estaduais, pois não havia ainda uma regulamentação específica e a carência de profissionais dispostos a atuar no Ensino Público colaborava para tal situação.

Aos 19 anos de idade já estava “lecionando” em um colégio Estadual do interior, mesmo sem saber verdadeiramente o que significava ser Professor, muito menos Professor de Educação Física. Começava neste momento meu interesse em desbravar tudo aquilo que representava ser Educador, em um país cheio de contradições e desigualdades sociais, que se refletiam com muita nitidez em nossas escolas públicas. Despertava-me o desejo de entender o papel da Educação Física na Escola e quais pressupostos legitimavam sua inserção curricular como disciplina escolar obrigatória.

Ao buscar os objetivos para a Educação Física Escolar invariavelmente me deparei com a questão da Saúde, recebendo sempre grande destaque. Sem dúvida encontrei em minha formação argumentos que reforçaram o discurso do “esporte é saúde”, “esporte para todos” e do “esporte não é droga”, representados pelo chamado “Mito da Atividade Física e Saúde” segundo Carvalho (2004). Atualmente, ainda ouço seus ecos entre os profissionais da área. É consensual que a associação entre Atividade Física e Saúde na Educação Física Escolar é histórica, algo que eu não poderia compreender naquele período, mas que reproduzia automaticamente em minhas práticas como professor, sem questionar.

Mudanças fundamentais ocorreram nas últimas décadas na Educação e são indispensáveis para entendermos o atual cenário educacional Brasileiro que certamente influenciaram o contexto da relação Educação Física Escolar e a Saúde.

Ainda me causa incômodo a inquietação provocada pelos meus anos de ação pouco reflexiva nas práticas da Educação Física Escolar. Atualmente me deparo com profissionais que estão na mesma situação em que me encontrava ao iniciar a carreira. O imprevisto, a falta de reflexão e a perpetuação de práticas monoculturais e descontextualizadas, refletem uma Educação Física Escolar que vem buscando sua ressignificação dentro de nossas escolas e sociedade. Vejo-me então como parte desta caminhada em busca dos significados e valores que legitimam a Educação Física no ambiente escolar.

Diante deste cenário, propor discussões sobre as questões que envolvem a Educação Física Escolar e os caminhos trilhados em relação à Promoção da Saúde me parece urgente.

Com o advento da Lei Federal 9.394/96, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o acesso ao ensino fundamental passou a ter caráter obrigatório nas esferas Federal, Estadual e Municipal, garantindo assim a sua disponibilidade e gratuidade a toda população. Este fato contribui de forma bastante substancial para a equação de uma questão quantitativa na educação nacional, a do acesso ao Ensino Fundamental.

Atualmente a questão do acesso à escola parece estar quase em sua totalidade resolvida, com boa parte das crianças em idade escolar matriculadas em nossas escolas, dando conta assim de uma questão quantitativa; contudo temos de enfrentar várias outras questões que permeiam o trabalho educacional e não se resumem apenas ao número de alunos matriculados.

Surge neste momento o desafio de promover um salto qualitativo no sistema educacional, tornando a escola pública um veículo de disseminação de

saberes e ensino de qualidade para toda a população. Para os profissionais da educação parece um longo e árduo caminho a ser percorrido, porém faz-se necessário uma grande mobilização do poder público, da classe educacional e das comunidades escolares para seguirmos em frente.

Neste contexto de transformações indispensáveis, as práticas pedagógicas dos Professores de Educação Física, que contemplam o binômio Saúde/Educação, precisam ser analisadas, reavaliadas e redimensionadas para atender as necessidades educacionais latentes nesse segmento de ensino.

Pretende-se através deste estudo levantar algumas questões acerca do tema, na tentativa de traçar possíveis quadros de ações na Promoção da Saúde em ambiente escolar, sob o olhar dos Professores de Educação Física em suas concepções, princípios e ações no cenário da Educação Física Escolar do Ensino Público Estadual.

2 - Objetivo

Analisar o desenvolvimento de propostas e projetos para a Promoção da Saúde no ambiente escolar a partir das concepções dos Professores de Educação Física atuantes no Ensino Fundamental das Escolas Públicas Estaduais da Região Centro-Oeste do Município de São Paulo, considerando para tanto sua formação, suas práticas cotidianas, suas inquietações como Educadores, observando paralelamente as “mudanças conceituais” ocorridas nas Propostas Curriculares do Estado de São Paulo destinadas à Educação Física nos últimos trinta e cinco anos.

2.1 - Objetivos específicos

- Traçar uma trajetória histórica das Propostas Curriculares de Educação Física adotadas pelo Estado de São Paulo nos últimos trinta e cinco anos, observando suas orientações, objetivos e concepções em relação à Saúde e a Promoção da Saúde
- Mapear o perfil dos Professores de Educação Física, atuantes no Ensino Fundamental Público, observando para tanto sua formação e ações nos cenários da prática
- Identificar concepções adotadas pelos Professores de Educação Física no processo de Promoção da Saúde através da Educação Física Escolar

2.2 - Eixos temáticos

- Docência em Educação Física : Currículo e Formação Superior
- Políticas Públicas: Educação Física Escolar e suas abordagens
- Saúde e Promoção da Saúde

3 - Referencial Teórico

Apresentamos a seguir o referencial que sustenta nossas indagações e reflexões no estudo proposto, apresentadas nos eixos temáticos a seguir.

3.1 - Docência em Educação Física: Currículo e Formação Superior

A Formação Docente em Educação Física tem episódios marcantes que nos revelam uma trajetória repleta de momentos que fundamentaram a sua composição. Por ser uma história ainda a se contar, iremos nos limitar a compreender fatos que definiram, e ainda definem, sua constituição curricular e seus reflexos na formação dos Professores de Educação Física.

Para compreendermos as questões que envolvem e justificam as práticas dos Professores de Educação Física é imprescindível que acompanhem a trajetória histórica que posicionou a área tal como se encontra atualmente em nossas Universidades e Cursos Superiores.

A História da Formação em Educação Física no Brasil nos leva ao início do Século XVIII e, como aponta Castellani Filho (1988), confunde-se em muitos momentos com a dos militares.

A criação da Escola Militar pela Carta Régia de 04 de dezembro de 1810, com o nome de Academia Real Militar, dois anos após a chegada da Família Real ao Brasil, marcou um período da inserção da Ginástica Militar e do surgimento das Escolas de Educação Física em nosso País, marcando assim sua inserção já no período do Brasil colonial.

No período Republicano começam a desenvolver-se os cursos de Educação Física pelo país. Malina e Azevedo (2004) descrevem o episódio da criação das Escolas Militares ao relatar que em 9 de outubro de 1933, através do decreto n. 23.232, foi criada a Escola de Educação Física do Exército (ESEFEx) no Rio de Janeiro, que formou além de oficiais e sargentos, alguns civis como

monitores e que no Estado de São Paulo foi também regulamentada a Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo, em 28 de maio de 1936, pelo decreto n. 7.688, dando assim origem as primeiras escolas de Educação Física do país.

Castellani Filho (1988) afirma que a introdução dos métodos ginásticos através de Militares Europeus, sobretudo Alemães e Franceses, serviu de embrião para o surgimento das Escolas Militares de Educação Física. Segundo o autor a missão militar Francesa semeou aquilo que seria mais tarde a “Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo”.

O início século XX refletia uma efervescência de idéias e transformações no país, sobretudo na Educação. Realizavam-se encontros e congressos nos quais eram semeadas reformas e transformações no sistema Educacional. A Educação Física passou a ter destaque nas preocupações no plano administrativo político do país, pois garantia a ratificação dos princípios nacionalistas da época.

Souza Neto et al (2004) afirmam que de encontro a esse esforço, no intuito de buscar legitimidade para a área e o reconhecimento social de seus profissionais, a Constituição de 1937 que tornou a Educação Física obrigatória nas escolas, fez surgir outras reivindicações especialmente relacionadas à profissão, como, por exemplo, a exigência de um Currículo mínimo para a graduação.

Castellani Filho (1988) destaca que dada a relevância do papel destinado à Educação Física, naquele momento histórico, nada mais coerente do que dotá-la de condições que lhe garantissem uma sólida “performance”. Assim em 17 de abril de 1939, deu-se a criação, na Universidade do Brasil, da Escola Nacional de Educação Física e Desporto.

Vale lembrar que até então, as Escolas de Educação Física seguiam o modelo do método ginástico Alemão (heranças do período colonial) e davam conta de formar instrutores para as práticas ginásticas em ambiente escolar.

Malina e Azevedo (2004) descrevem que desde aproximadamente 1936 - 1937, segundo conta a professora Maria Lenk¹ em entrevista, já havia um movimento na ESEFEx para a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD). Assim, sua criação é dada por influência direta dos militares do exército, aliado ao conhecimento científico dos médicos. Da mesma forma, seu currículo, que se tornou padrão para as demais escolas de educação física surgidas no país, seguia o modelo da ESEFEx e, por conseguinte, o chamado método francês também foi adotado com a perspectiva de ênfase técnico-biológica.

Soares (1992) considera que os modelos ginásticos, baseados nos métodos Europeus, serviram para reforçar uma característica instrucional da Educação Física. Observa que neste período, a Educação Física Escolar era entendida como atividade exclusivamente prática, fato que contribuiu para não diferenciá-la da instrução física militar.

Soares (1992) destaca ainda que, até essa época, os profissionais de Educação Física que atuavam nas escolas eram instrutores formados pelas instituições militares. Somente em 1939 com a criação da primeira escola civil de formação de professores de Educação Física, a já citada (Escola Nacional de Educação Física e Desporto - Brasil, Decreto-lei nº 1212, de 17 de abril de 1939), é que foi possível a formação de professores civis.

O modelo de formação militar de características instrucionais, baseados nos métodos ginásticos, representava um ideal militarista marcante neste período..

“Diferentemente da Educação Física higienista, que se acredita capaz de “redimir o povo de seu pecado mortal, que é a ignorância”, e que o leva às condições de deterioração da Saúde, a Educação Física Militarista, por sua vez, visa à formação do “cidadão soldado”, capaz de obedecer cegamente

¹ Destaco aqui quem foi Maria Lenk, a atleta que se tornou docente. “... Será ainda nesta Olimpíada, sediada na cidade de Los Angeles, que o Brasil registrará a participação da sua primeira atleta: a nadadora paulista Maria Lenk, então, com 17 anos de idade. Ainda que as mulheres brasileiras não tenham começado a praticar esportes apenas a partir desta Olimpíada, a participação de Maria Lenk é um marco importante a ser registrado porque proporcionou a divulgação da imagem da atleta de competição num tempo em que à mulher correspondia mais a assistência do que a prática das atividades esportivas num grau competitivo.” GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. Revista Pensar a Prática 8/1: 85-100, Jan./Jun. 2005.

e de servir de exemplo para o restante da juventude pela sua bravura e coragem". (Guiraldelli Jr.,2007)

Observa-se que as idéias do autor indicam o tempo presente, pois reconhece que ainda faz parte das práticas dos Professores de Educação Física, na atualidade, a abordagem higienista.

O autor compreende a Educação Física Higienista como uma concepção que se preocupa erigir a E.F como agente de saneamento público, prática disseminada principalmente até os anos 30, na busca de uma "sociedade livre das doenças infecciosas e dos vícios deteriorados da saúde e do homem do povo".

Guiraldelli Jr. alerta para possíveis confusões, e diferencia a Educação Física Militarista da Educação Física Militar.

Apesar de, no caso concreto, ambas estabelecerem ligações, a E.F Militarista não se resume numa prática militar de preparo físico. É acima disso, uma concepção que visa impor a toda sociedade padrões de comportamento estereotipados, fruto da conduta própria do regime de caserna. (GUIRALDELLI JR. 2007)

Segue o autor nos mostrando uma divisão no período histórico , considerando que a Educação Física se apresenta em diferentes tendências: a Educação Física higienista (até 1930); a Educação Física Militarista (1930-1945); a Educação Física Pedagogicista (1954-1964); a Educação Física Competitivista (pós- 1964); e, finalmente, a Educação Física Popular.

Podemos considerar então que a constituição dos cursos de Educação Física, sobretudo após os anos 1920, momento quando começam a se estruturar os cursos superiores, foram fortemente influenciados por determinantes de fundamentação higienista e militar. Tais influências serviram para compor o perfil do Profissional que iria ensinar a Educação Física em nossas escolas nas décadas seguintes.

As primeiras Escolas de E.F. do país, tem portanto, característica e objetivos semelhantes. Foram criadas para atender um plano de Nação que pretendia uma juventude forte, saudável, pronta para o combate e apta ao trabalho, num Brasil que iniciava seu processo de industrialização. Justificavam-se as práticas seguindo os modelos dos métodos ginásticos, ainda sob forte influência Européia, pois a Educação Física, neste momento, prestava-se a formar uma nação forte e saudável.

Guiraldelli Jr. (2007) acrescenta que a E.F. higienista é uma concepção particularmente forte nos anos finais do Império e no período da Primeira República (1889-1930). Pode-se até mesmo dizer que esse período, que ultrapassa 40 anos, presenteou a E.F. Higienista com a titulação de concepção hegemônica, frente suas concorrentes mais próximas, principalmente a E.F. Militarista.

Neste contexto é que foram pensadas as propostas para o currículo das Escolas de E.F, seguindo então princípios higienistas e militares. Guiraldelli Jr. reafirma que o modelo de E.F. Higienista tinha ênfase em relação à questão da Saúde em primeiro plano. Para tal concepção, coube a E.F. um papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios, fortes, dispostos à ação. Mais do que isso, a E.F. higienista não se responsabilizou somente pela saúde individual das pessoas. Em verdade, ela age como protagonista num projeto de “assepsia social”.

Podemos dizer que desde o princípio, como atividade organizada já nas Escolas Militares do Brasil Império até as primeiras décadas do Brasil República, momento que eram criados os primeiros estabelecimentos dedicados a formar “Instrutores de Ginástica”, a Saúde serviu de justificativa fundamental para o desenvolvimento e a implementação da Educação Física no currículo Escolar. Se, a princípio, a Saúde estava relacionada a um corpo saudável e pronto para o combate, ao iniciar o novo século, vai ter redimensionado os seus pressupostos

com fins a um corpo saudável, disciplinado e apto ao trabalho, num país que começava o seu processo de industrialização.

Não podemos negar que a Educação Física na Escola desde de suas origens, esteve a serviço de um Plano de Estado que desejava um povo ordeiro, disciplinado, pronto a enfrentar os novos desafios do desenvolvimento. Esta subordinação vai se refletir na constituição do currículo de formação de Professores de Educação Física no decorrer das próximas décadas, sendo alvo de discussões e reformas que determinaram seus objetos no contexto sócio-político que o país atravessava.

3.2 - As Reformas Curriculares dos Cursos Superiores de Educação Física

Podemos considerar que o currículo para os Cursos de Formação de Professores de Educação Física no Brasil passou por alterações em momentos distintos da história. Descreveremos aqui as reformas ocorridas a partir de 1939 com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD), e que serviu de modelo para os demais cursos da época.

As discussões e reformas propostas nesta ocasião serviram para orientar a reformulação dos cursos das demais instituições do país.

Nas décadas de 1940 e 1950 as discussões curriculares dos Cursos Superiores de Educação Física pautaram-se nas questões quantitativa e pouco sobre as disciplinas. A carga horária e o número de disciplinas, eram preocupações que precisavam ser definidas, principalmente para legitimar o curso como Formação Superior.

Malina e Azevedo (2004) relatam que dentre os cursos oferecidos pela (ENEFD) , a licenciatura tinha duração de dois anos – um a menos em relação às outras licenciaturas – sendo exigido dos candidatos o nível escolar correspondente ao ensino fundamental, além de não conter em sua grade curricular, disciplinas pedagógicas.

A LDB nº 4.024/61, em seu artigo 22, já determinava a obrigatoriedade da Educação Física nos níveis de Ensino Primário e Secundário, crescia assim a demanda por profissionais para atender um mercado de trabalho que despontava no país.

Em estudo que traça uma trajetória das reformas curriculares, Malina e Azevedo (2004) indicam que ao longo das reformas o curso passa a ter a duração de três anos, e em 1945 houve uma reorganização somente na carga horária das disciplinas, permanecendo contínua a mesma concepção curricular da criação da EsEFEX.

A reforma universitária, desencadeada no final da década de 1960, veio promover uma mudança curricular substancial no curso de educação física, por imposição do currículo mínimo pela resolução n. 9/69, do antigo CFE. Esta reforma tratou da inclusão de disciplinas obrigatórias para atender um novo perfil de professor que se fazia necessário. Disciplinas de cunho pedagógico passavam a fazer parte deste novo modelo curricular, porém prevaleceu a preponderância das disciplinas técnico-biológicas.

Algumas discussões que antecederam as reformas podem nos dar pistas sobre quais dimensões eram questionadas a respeito do Currículo da E.F.

Souza Neto et al (2004) entendem que esse empreendimento da construção de um currículo para a formação de Professores de Educação Física esteve, no início, sob a responsabilidade de médicos, militares, esportistas e intelectuais, e consideram que, em relação a esses últimos, lamentavelmente sua contribuição não foi tão expressiva quanto aquelas dadas pelos militares, principalmente ao exército, e aos médicos, que, a exemplo do ocorrido em outros países, emprestaram à educação física um caráter utilitário, eugênico e higiênico.

Na busca de estabelecer a Educação Física como área de atuação profissional determina-se através de Decreto que:

A partir de 1º de janeiro de 1941, será exigido, para o exercício das funções de professor de educação física, nos estabelecimentos oficiais (federais, estaduais ou municipais) de ensino superior, secundário, normal e profissional, em toda a República, a apresentação de diploma de licenciado em educação física, (SEESP - São Paulo, 1985, p. 38).

De 1939 a 1945 não se alterou significativamente a estrutura curricular dos cursos de Educação Física; nota-se apenas a exigência de diploma. Contudo, o pré-requisito para se concorrer a uma vaga para ingresso no curso continuava a ser o ensino secundário fundamental (antigo ginásio), caracterizando a educação física, até 1957, como um curso técnico, pois não se exigia o certificado do secundário complementar.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB – nº 4.024/61), a Educação Física passa a ter destaque no cenário educacional. Propõe-se então um núcleo curricular mínimo para os cursos de formação de professores.

Os anos de 1960 serviram de palco para as discussões que envolviam o currículo dos Cursos de Educação Física. Segundo Souza Neto et al (2004), com o parecer CFE n. 894/69 e a resolução CFE nº 69/69, os cursos de formação de professores passaram a restringir-se apenas aos cursos de Educação Física e Técnico de Desportos, previsto para três anos de duração, com uma carga horária mínima de 1.800 horas-aula e redução das matérias básicas de fundamentação científica.

Apesar de acenar com uma preocupação em relação à formação dos professores, sobretudo aqueles que se dedicariam ao Ensino de 1º e 2º graus, o currículo dos cursos de Educação Física mantinham características fortemente marcadas pelo desporto. Neste momento ficam cada vez mais evidenciadas as preocupações desportivas atribuídas à Educação Física.

Guiraldelli Jr.(2007) classifica este período da história, como o da E.F. Competitivista, afirmando que neste momento a E.F. fica reduzida ao “desporto de alto nível”. A prática desportiva “massificada”, para daí surgirem os expoentes capazes de brindar o país com medalhas olímpicas.

O patriotismo inflamado pelo esporte, sobretudo o futebol, impregnou a E.F no Brasil pós-64. Os cursos de Educação Física começaram a expandir-se pelo país. Nos anos de 1970 cresce assustadoramente o número de cursos de Educação Física oferecidos por Faculdades, Universidades públicas e particulares.

Castellani Filho (1998) cita que além da obrigatoriedade da E.F. no Ensino Primário e Secundário, já prevista pela LDB nº 4.024/61, a E.F. ampliou, através do Decreto 705 de 1969, esta determinação também ao Ensino Superior. Consta que no período pós-Ato Institucional nº 5, houve grande preocupação do Governo Militar em aniquilar movimentos estudantis que se rebelavam contra o regime Político ora instituído. Os Centros Acadêmicos e a União Nacional de Estudantes representavam uma ameaça ao “Plano de Segurança Nacional”. Neste cenário a E.F. e outras disciplinas como Educação Moral e Cívica davam, conta de tratar no ambiente Universitário Brasileiro de assuntos “mais amenos” que iam de encontro à disciplina e ordem exigidas ao Projeto de Sociedade que se desenvolvia.

Tojal (1995) acredita que a E.F. começa entrar em crise com o crescimento demasiado de cursos, que permaneceram pautados em estruturas curriculares pouco elaboradas. Segundo o autor a forma como se deu a proliferação de cursos de graduação em Educação Física contribuiu para o empobrecimento da área Profissional.

Após a reforma do Ensino Superior, que possibilitou uma massificação do ensino, com a criação de curso das diversas áreas, a universidade inverteu seu sentido e finalidade, pois preteriu a formação e criação de elites dirigentes, pelo adestramento de mão de obra para um mercado indefinido e incerto (TOJAL,1995).

A expansão dos cursos de graduação em E.F coincidiram com o surgimento dos primeiros Centros de Pesquisa em Educação Física. Bracht (1999) entende que a Educação Física, como participante do sistema universitário brasileiro, acaba por incorporar as práticas científicas típicas desse meio e que uma das suas conseqüências foi a busca de qualificação do corpo docente dos cursos de graduação em programas de pós-graduação, inicialmente no exterior, e também recentemente, no Brasil.

Ao tratar da massificação que se processou no Ensino Superior no período pós-69, Tojal (1995) faz a seguinte observação:

“... Historicamente, se os docentes da área já não apresentavam tradição acadêmica, sendo mesmo formados em instituições com ideologia militarizada, visão européia dominante, preocupando-se unicamente em transferir uma formação baseada em metodologias apropriadas para treinamento e adestramento, agora, com a reforma e aumento da quantidade, passaram a se preocupar com a verificação da performance dos seus alunos”.

Taborda (2002) acrescenta que, a partir de meados da década de 1970, a produção acadêmica em Educação Física começava a se desenvolver com critérios científicos, principalmente pelo início de um processo de titulação (mestrado e doutorado) de seus profissionais e pela carência dos primeiros cursos de pós-graduação no Brasil. Por outro lado, já se produzia e discutia no âmbito educacional uma literatura baseada nas teorias críticas, porém o autor considera que os profissionais da educação física travaram contato tardio, uma vez que essas concepções só foram apropriadas pela teoria da educação física no início dos anos 1980.

Ao final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, temos então um cenário conflitante nas questões que envolviam a Educação Física como área de conhecimento acadêmico. À massificação do Ensino Superior pós-69, somava-se

a ênfase atribuída ao conhecimento técnico-biológico em detrimento do pedagógico, o desenvolvimento da pesquisa em E.F, com enfoque técnico-esportivo e a falta de uma definição para a área do conhecimento da Educação Física, compunham esta trama de relações complexas que orientavam a formação dos professores.

Medina (1991) em sua clássica obra “A Educação Física educa o Corpo e... Mente”, faz uma forte crítica ao tipo de profissional que se formava nos cursos de graduação deste período. Afirma então o autor.

“... Quem procurar, por exemplo, traçar um perfil de um aluno médio em uma escola de E.F. do primeiro ao último ano, provavelmente vai encontrar um quadro mais ou menos assim: semi-alfabetizado; incapaz de explicar com clareza a que se propõe a disciplina E.F.; noção pouco ampla da finalidade da Educação; visão mais voltada para alguns esportes, em detrimento de outras práticas educativas; dificuldade de entender a importância de uma fundamentação teórica em relação à prática; supervalorização do sentido de competição, com ênfase no resultado e na vitória; visão essencialmente individualista, em prejuízo de uma visão mais social do processo educativo; possuidor de uma consciência caracteristicamente ingênua; extrema dificuldade de comunicação e manutenção de um diálogo efetivo”.

Diante das críticas e discussões que surgiam sobre as questões que envolviam o currículo e a formação de professores, é que foi proposta a reforma curricular de 1987. Em uma decisão do Conselho Federal de Educação, através da Resolução nº 03/87, foram fixados os conteúdos mínimos e a duração a serem observados nos Cursos de Graduação em E.F. (Bacharelado e/ ou Licenciatura Plena).

Em nota do Parecer CNE/CES 0058/2004 os relatores consideram que no que diz respeito aos referenciais curriculares, a Resolução nº 03/87 é reconhecida

como um importante e inequívoco avanço por ter assegurado autonomia e flexibilidade para que as Instituições de Ensino Superior pudessem estabelecer os marcos conceituais, os perfis profissionais desejados, elaborar as ementas, fixar a carga horária para cada disciplina e sua respectiva denominação, bem como enriquecer o currículo pleno, contemplando as peculiaridades regionais (Art. 3º, § 4º) e para que pudessem também organizar os conteúdos em campos de conhecimentos, bem como possibilitar um novo tipo de formação – o bacharelado - para além da licenciatura plena.

As discussões que precederam a reforma curricular de 1987 pautaram-se nas questões que envolviam o perfil profissional e as novas necessidades do mercado de trabalho. Neste contexto discutiu-se exaustivamente a questão, bacharelado x licenciatura e suas implicações na formação dos professores. Determinou-se um conteúdo mínimo para cada modalidade de formação, entretanto estas definições ficaram e ainda permanecem, longe de um consenso.

É fundamental observarmos que até o advento da Resolução 03/87 os cursos de formação de professores tinham a expectativa de um profissional que atuasse primordialmente no Ensino de Educação Física Escolar de 1º e 2º graus, eventualmente atuando em outros segmentos de ensino e trabalho. Apesar desta expectativa profissional voltada ao Ensino Escolar, a constituição do currículo tinha como características marcantes os esportes e o desenvolvimento da aptidão física através de “métodos de treinamento”.

A partir de 1987, segue-se então um modelo curricular pautado em um núcleo de conhecimentos gerais e outro de conhecimentos específicos. O que podemos considerar como “grande transformação”, foi a flexibilização do currículo para atender as diferentes necessidades regionais apresentadas em nosso país.

3.3 - As Diretrizes Curriculares para o Curso Superior de Educação Física

Voltamos nossos olhares neste momento para a trajetória das Diretrizes Curriculares observando um trecho do texto dos relatores responsáveis pelo Parecer 0058/2004 – CNE/CES, documento que fundamentou as DCN's referindo-se às discussões promovidas a respeito da Resolução nº 03/87 que definiu o currículo até então adotado.

“Não foi necessário mais que uma década para que inúmeras críticas a esse modelo curricular ocupassem espaço nos encontros dos especialistas da área, em face do desenvolvimento acadêmico e da rápida ampliação e diversificação do mercado de trabalho, antes concentrado na educação escolar e no emergente campo profissional esportivo” (Parecer 0058/2004 – CNE/CES).

O que se coloca neste momento é a idéia de uma Licenciatura, ou seja, um curso que formasse profissionais para atuar com Educação Física no Ambiente Escolar e de um Bacharelado formando profissionais voltados para a crescente área esportiva e do “fitness”, Academias, Clubes e Centros Esportivos. Com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Educação Física esta divisão entre Licenciatura e Bacharelado assumem nova nomenclatura, passando a ser definidas como Graduação em Licenciatura Plena e Graduação Plena, respectivamente.

Quelhas & Nozaki (2006) fazem críticas a este modelo de formação profissional em Educação Física e afirmam:

“A divisão da formação em Educação Física entre licenciatura e graduação é a expressão momentânea da vitória dos setores conservadores e corporativistas da área, afetos aos desígnios do capital e, portanto, empenhados neste momento histórico no asseguramento da formação do trabalhador de novo tipo, exigido enquanto componente de gerência da sua crise estrutural. Este quadro coloca para os trabalhadores da educação física a tarefa de organização para a reversão das atuais Diretrizes Curriculares, bem como a luta contra a fragmentação do currículo em cada curso de formação”.

As críticas a reforma de 1987 vão além da questão Bacharelado X Licenciatura. Embutida nesta questão está a problemática da formação em função de um mercado de trabalho emergente, que invariavelmente superestima a questão mercadológica em detrimento da pedagógica. A licenciatura passa a ser uma formação “extra” a se acrescentar no Bacharelado, invertendo-se as prioridades da formação profissional em relação às décadas anteriores, seguindo os modelos curriculares tradicionais 3 + 1. Neste modelo dá-se ênfase no conteúdo curricular para uma das formações propostas (bacharel ou licenciado), geralmente ocorrendo no último ano do curso de formação e encarado como uma complementação na formação.

Quelhas & Nozaki (2006) consideram que, além da pouca abertura desta habilitação, uma das características presentes, desde o início da implementação do bacharelado na educação física, foi a da possibilidade, a partir do modelo do 3+1, da conclusão desta formação juntamente com a da licenciatura, o que caracterizava a explícita falta de fundamentação teórica da diferença entre as duas formações.

Neste momento a formação em Educação Física acaba por colocar o bacharelado em destaque atendendo ao crescimento do mercado do “culto ao corpo” que se tornava cada vez mais evidente em nosso país a partir do fim dos anos 80 e início dos 90. A conseqüente desvalorização do Professor de Educação Física Escolar, que passam neste momento a enfrentar a decadência do Ensino Público, seu maior mercado de trabalho, e a dificuldade de acompanhar as constantes transformações da área, que cada vez mais se aproximava da “fisiologia esportiva”, acabaram por criar um profissional desorientado frente as variadas concepções que procuravam definir a “Ciência da Educação Física”.

Nos anos de 1990 inúmeras discussões envolveram o Currículo dos Cursos Superiores em Saúde, em proposição de novas diretrizes. Neste momento a Educação Física passa a ser reconhecida como profissão da Saúde, a partir da

Resolução CNS - N° 218, de 6 de março de 1997, portanto foi alvo das reformas sugeridas pelas novas Diretrizes.

Neste cenário é que vão ser pensadas as questões das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

As DCN's para os cursos Superiores em Educação Física, publicadas através da Resolução n° 7, de 31 de Março de 2004, mantém a questão dos dois tipos de formação, ainda fragmentada, não apresentando alterações nos modelos curriculares já existentes. Traz como linha norteadora uma perspectiva de formação baseada nas competências necessárias ao Professor de Educação Física, apresentado uma visão generalista da formação do professor. Adota-se neste momento outras nomenclaturas em substituição as anteriormente definidas pela Resolução n° 03/87: O Bacharelado passa a ser denominado "Graduação Plena" e a Licenciatura denominada "Graduação em Licenciatura Plena".

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética (DCN's Educação Física, 2004).

Mesmo apresentando uma característica de formação generalista, as diretrizes reconhecem a "necessidade" de orientações específicas para a graduação e para a licenciatura, considerando a abrangência da atuação profissional e a existência das duas formações nos currículos.

As DCN's trazem duas perspectivas de formação profissional, neste documento, definidas como as questões da formação voltada à Educação Básica (Antiga Licenciatura Plena) X Formação Técnico-Científica (Antigo Bacharelado). Dá-se então autonomia as Instituições Superiores de Ensino para definir e orientar

o currículo oferecido em seus cursos, no sentido de privilegiar uma das formações e oferecer complementarmente a outra, o que fica vidente no art. 7º.

Art. 7º Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar (DCN's Educação Física, 2004).

As Diretrizes não acabaram com o impasse da questão sobre Licenciatura X Bacharelado, e sim proporcionaram um certa “autonomia” sobre as discussões curriculares a cada Instituição de Ensino Superior de acordo com suas demandas. Longe de resolver esta questão, atualmente existem vários Cursos Superiores de Educação Física, ainda denominados e “oferecidos” como “Bacharelado”, apesar deste termo não ser adotado nas DCN's. Com a promulgação da Lei Federal Nº 9.696, de 1 de setembro de 1998, que regulamentou a Profissão de Educação Física e criou o Conselho Federal de Educação Física, as Instituições Superiores acabaram por enfrentar a questão do reconhecimento dos diplomas pelos Conselhos Regionais. Cria-se neste momento um conflito entre Leis, Resoluções e Pareceres que definem o Currículo de Graduação em Educação Física.

A Formação Superior definida pela Resolução CFE nº 03, de 16 de junho de 1987, conferiu, a princípio, a possibilidade de se obter os títulos de Bacharel ou Licenciado aos Graduados em Educação Física, respeitando-se uma carga horária mínima de 2880 horas. Já a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, reafirma a questão da carga horária mínima para a Graduação em Educação Física em 2800 horas. Algumas IES, aproveitando da possibilidade de uma Graduação com perspectiva de “dois certificados”, acabaram por “vender” cursos de Licenciatura ou Bacharelado em três anos, sem observar as exigências da carga horária mínima, apoiando-se na autonomia oferecida pelas Resoluções em relação à constituição do currículo. Invariavelmente, segundo o arquivo de ações

jurídicas do sistema CREF/CONFEF as ações movidas pelas Instituições de Ensino Superior tem sido indeferidas, pois não possuem amparo legal.

Podemos definir a problemática curricular, descrevendo a seguinte situação: formam-se professores Bacharéis ou Licenciados sem que tenham concluído a Graduação. O Ministério da Educação reconhece o título, mas não a formação. Os Conselhos Regionais por sua vez não reconhecem estes títulos sem que estes sejam devidamente registrados junto ao MEC. Algo a se discutir pelas próximas décadas.

As DCN's definem a Educação Física como uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

O reconhecimento de duas “modalidades” no currículo de formação de Professores de Educação Física, evidencia a forma com que as instituições de Ensino Superior vêm tratando a questão curricular. Se uma das formações oferecidas tem o foco na “Educação Básica”, portanto com ênfase nas disciplinas de cunho pedagógico, outra direciona seu currículo a uma formação técnico-científica de cunho biológico.

Ludke & Cruz (2005) afirmam que os cursos de licenciatura têm sido objeto de intensos debates no cenário educacional, tendo em vista as limitações que cercam sua estruturação. Inúmeros estudos e pesquisas sinalizam os problemas da área. Uma crítica bastante recorrente é a que se refere à estrutura 3+1 (refere-

se à estrutura comumente adotada de três anos de conteúdos de formação para o Bacharelado, adicionados de um ano de conteúdos para habilitação em Licenciatura), que reforça o predomínio da formação dos conteúdos em relação à formação pedagógica, provocando a separação entre as duas dimensões e geralmente, considerando a licenciatura como um apêndice do bacharelado.

Mesmo apresentando diferenças entre os modelos curriculares, observamos que o tema Saúde, tem encontrado espaço garantido no currículo de formação de Professores de Educação Física, conforme a definição apresentada pelas diretrizes ao indicar a área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional. Contudo, como já observado em outras reformas curriculares, a Saúde “da Licenciatura” é vista como uma consequência dos conteúdos da E.F. Escolar, sob uma perspectiva de causa/efeito, colocada em segundo plano. Já na Graduação (bacharelado) a Saúde é vinculada à performance humana, limitando-se as questões biológicas, sob um discurso de prevenção e promoção, contribuindo para que a visão do profissional formado nestes modelos torne-se um tanto limitada e ingênua.

David (2002) considera que uma formação restrita ao campo específico da cultura do movimento por meio das distintas formas de mover, explicitamente orientada às questões da saúde, denota limitações aos aspectos técnicos do movimento e uma dificuldade em estabelecer relações com as questões da saúde pessoal e coletiva no campo social.

Ao definir o campo de intervenção profissional da Educação Física nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação, esbarramos nas delimitações de outras Profissões e seus respectivos Conselhos, que invariavelmente lutam de forma corporativista para manter seu espaço no mercado de trabalho. Professores de Educação Física, Fisioterapeutas, Nutricionistas, Terapeutas Ocupacionais entre outros profissionais da Saúde, tem se deparado com uma certa dificuldade em limitar suas ações em Saúde num mercado cada vez mais competitivo. Estas discussões acabam por

influenciar os currículos destes cursos. A Educação Física, apesar de existir como curso Superior há mais tempo que outras áreas da Saúde, sempre teve um caráter eminentemente prático e pouco reflexivo. Somente a partir do final da década de 70 é que começaram a surgir os Centros de Estudos e Pesquisa em Educação Física.

As pesquisas em Educação Física sofreram e ainda sofrem forte influência médica, sobretudo em estudos voltados à Fisiologia do Esporte. Basta olharmos para as maiores Universidades do país e observarmos suas linhas de pesquisa. Atualmente a Ciência da Educação Física parece atender a um modelo “fisiológico” mais preocupado com a performance humana, porém trazem em si uma visão de ser humano biológico e mecânico, um tanto distante das mais recentes concepções de Saúde. A maior parte das publicações da “Ciência da Educação Física” norteiam-se por periódicos vinculados a Colégios Internacionais de Medicina do Esporte, preocupados com as rígidas regras de aceitação e publicação das comunidades científicas. A cultura dos “papers” e as políticas de financiamento de pesquisa, acabaram por direcionar a “Ciência da Educação Física” por caminhos que não são os trilhados por nossos escolares e tão pouco por boa parcela da população, talvez seja o sonho de se formar um país de atletas, pesando nos ombros da Educação Física.

Ludke e Cruz (2005) p.104 consideram que existe uma grande dificuldade em se entender a pesquisa na Educação Básica, tanto para aqueles que atuam neste segmento, que acabam por considerar muito difícil a aproximação da rigidez científica à realidade do Ensino Básico, como para os pesquisadores dos Programas Universitários de Mestrado e Doutorado. Segundo as autoras os pesquisadores das universidades encontram-se bem preparados teórica e metodologicamente, muito bem informados sobre a produção acadêmica de colegas de outros países, mas não tem sido capazes de chegar com seus recursos até aos problemas vividos pelos professores da escola básica e seus alunos”.

A busca por bases epistemológicas que legitimem uma identidade da Educação Física parece encontrar desafios nos paradigmas da Formação Docente. A compreensão fragmentada de uma E.F. Escolar e de outra não Escolar acabam por justificar currículos pouco reflexivos, baseados em competências eminentemente práticas. Neste cenário a Educação Física parece ser sempre um acessório para outras ciências médicas “mais elaboradas”, pelo menos conceitualmente. O professor de Educação Física acaba por representar a figura de um “canivete Suíço”, ou seja, aquele que possui várias ferramentas, faz um pouco de tudo, mas não faz nada com muita especificidade, servindo de acessório para as ciências médicas, principalmente no que se refere à Saúde. Sua atuação está sempre vinculada a um fazer prático e pouco reflexiva.

Daólio (1995) descreve a questão da formação dos professores de Educação Física, nos moldes atuais, como um entrave à compreensão das questões culturais na área. O autor considera que o grande contingente de médicos que ainda dirigem faculdades de Educação Física ou ministram aulas nestes cursos é significativo. A ênfase na aptidão física é um reflexo desta visão organicista. Cita ainda que a obrigatoriedade do exame médico é requisito quase unânime para a realização das aulas de Educação Física na Escola.

Albuquerque et al (1994) em estudo sobre a formação de Professores de Educação Física, apontam que os Professores mostram-se presos às atividades ligadas a sua formação, o que restringe os objetivos da Educação Física à visão esportivista, higienista e a divisão por gênero, sem se aterem às diferenças individuais. No mesmo estudo identificou-se que os Professores permanecem desinteressados dos avanços que fazem a Universidade e desconhecem novas tendências ou abordagens para a Educação Física Escolar.

Talvez encontremos algumas justificativas deste paradigma em suas origens em nossas Escolas, pois foi neste ambiente que a E.F. se consolidou como disciplina e área do conhecimento.

4 - Educação Física Escolar e suas abordagens

Historicamente a Educação Física vem assumindo papéis diferentes em nossa sociedade, mas sem dúvida foi na escola, acompanhando as transformações educacionais, que se fez reconhecida como área do saber. Desde sua inserção nas escolas brasileiras a prática da atividade física teve seu reconhecimento como veículo de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. Mesmo evoluindo conceitualmente para um sentido mais amplo, tentando ser reconhecida como tema multidisciplinar, parece permanecer a idéia de que a Educação Física escolar é a responsável por manter os “corpos saudáveis” através de suas práticas educacionais.

No ambiente escolar, aos poucos, a E.F. conseguiu posição no currículo e foi sendo definida como disciplina. Betti (2002) aponta que neste contexto é compreensível que a tradição educacional brasileira tenha situado, desde a década de 1920, a Educação Física como uma atividade complementar e relativamente isolada nos currículos escolares, com objetivos determinados de fora para dentro, trabalhando na direção do treinamento pré-militar, da eugenia, do nacionalismo e da preparação de atletas.

A Educação Física teve sua inserção na Escola oficialmente reconhecida já no final do século XVIII. Nesta trajetória histórica voltamos aos tempos de Brasil Império. Castellani Filho (1988) aponta que por volta de 1882 era previsto, através do Parecer nº 224, emitido por Rui Barbosa, denominado “Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública”, que a “ginástica” fosse prática considerada no currículo escolar na província do Rio de Janeiro.

Como já observamos neste trabalho, desde este período os métodos ginásticos de origem européia foram difundidos em nossas escolas seguindo modelos tradicionais que visavam aptidão e o vigor físico, porém este apelo à constituição de corpos fortes e saudáveis encontrava discordâncias pelo caminho.

Existiu a princípio resistência na implementação de programas de ginástica, algo que em muitos casos era de prática exclusivamente masculina. Alguns consideravam que a preocupação com a condição física era algo destinado às classes menos favorecidas, ou apenas aqueles que se dedicavam aos trabalhos braçais e neste ponto de vista a escola deveria destinar-se tão somente ao desenvolvimento intelectual.

Já neste período é possível identificarmos como objetivo das práticas corporais desenvolvidas na escola, cuidados referentes ao corpo e a saúde. Neste “cuidado”, percebe-se um distanciamento do sujeito no processo e a questão da saúde vincula-se mais aos limites do próprio corpo, este tratado como algo fragmentado nos indivíduos.

Os “cuidados com o corpo” ou “asseio” são expressões comumente encontradas nas justificativas da ginástica e dos exercícios no ambiente escolar desde sua origem como conteúdo curricular, o que criava questionamentos vindo das elites intelectuais, que julgavam ser a escola um berço de desenvolvimento do conhecimento. A contraposição do desenvolvimento intelectual ao físico, apoiava-se na idéia de que cabia aos menos abastados economicamente desenvolver condições físicas para o trabalho braçal em detrimento dos mais intelectualizados da elite predominante, que se dedicariam ao desenvolvimento do conhecimento e das ciências do país.

A princípio as aulas de Ginástica ficavam a critério de instrutores formados nas instituições militares que eram mantenedoras das Escolas de Educação Física. Os modelos ginásticos militares, permeados por uma preocupação Médico-higienista, as voltas com os problemas sanitários brasileiros, deram início ao que vem sendo a Educação Física Escolar no último século.

A formação de instrutores exclusivamente militares deu-se até final dos anos de 1930, quando da criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto, vinculada a Universidade do Brasil. Foi em 1939 que o curso de Educação Física formou pela primeira vez civis como Professores.

Se olharmos historicamente para a Educação Física Escolar, veremos a trajetória de uma disciplina que surge como ginástica, afirma-se como prática higiênica e disciplinadora, descobre-se como pedagogia corporal e questiona-se como Cultura do Movimento Humano em todas as suas dimensões e manifestações. Ao olharmos para esta evolução veremos certamente momentos de discordância e conflitos, próprios de uma “Ciência Adolescente” que discute sua identidade e suas abordagens como área do conhecimento. Para tanto é preciso observar as principais linhas que nortearam e ainda buscam direções para a Educação Física em nossas escolas.

Nas últimas décadas surgiram várias tendências em Educação Física Escolar e atualmente persiste uma indefinição teórico-conceitual quanto aos caminhos que a área deve seguir para firmar-se como conteúdo consolidado no currículo escolar.

Muito tem se discutido a respeito do papel da Educação Física Escolar e alguns autores buscam significados dos conteúdos abordados nas práticas pedagógicas adotadas nas aulas de E.F., sem prejuízo de sua importância como disciplina pedagógica que pretende inculcar hábitos e práticas salutares a vida dos educandos. A busca de significados e ressignificados para esta área do conhecimento parece levar os saberes da Educação Física para além das dimensões do fazer, adiante das práticas que foram historicamente desenvolvidas pela E.F. marcadas por um viés biologicista acrítico.

Se a princípio existe uma preocupação em relação aos fins, permanece a busca por um objeto que represente epistemologicamente a área de conhecimento

da Educação Física, para tanto se apontaram alguns caminhos dentre várias abordagens surgidas principalmente nos anos de 1980 e 1990.

Coexistem na área da Educação Física várias concepções, todas elas tendo em comum a tentativa de romper com o modelo mecanicista, fruto de uma etapa recente da Educação Física. Considera assim algumas abordagens, dentre elas a Desenvolvimentista, Construtivista-Interacionista, Crítico Superadora, Sistêmica, Psicomotricista, Crítico Emancipatória, Cultural, Cooperativista, da Saúde Renovada e a dos Parâmetros Curriculares Nacionais (DARIDO,2004).

O “rompimento com os modelos” a que se refere a autora, nos indicam a superação daqueles, aqui já descritos, de uma Educação Física Higienista e Esportivista (chamados pela a autora de Mecanicistas), e que pautaram as práticas da área sobretudo até o final dos anos de 1970 e boa parte dos anos de 1980.

As discussões e debates surgidos na E.F. no início dos anos 80, representam um período de efervescência vivida pela área que tentava legitimar-se como ciência, livrando-se das amarras lançadas pela medicina e pela doutrinação militar. Esta efervescência sem dúvida contribui para a diversidade de abordagens apresentadas pela autora e que de alguma forma refletiram nos currículos e formação dos Professores de Educação Física.

Uma concepção mais recente tenta de certa forma abarcar este vasto mar de concepções e abordagens da Educação Física, colocando-as como conhecimentos corporais adquiridos culturalmente e considerando-as em todas as suas dimensões e manifestações.

Daólio (1995) entende que a área tem discutido nos últimos anos a Educação Física Escolar numa perspectiva cultural, e é a partir deste referencial que consideramos a Educação Física como parte da cultura humana. Ou seja, ela se constitui numa área de conhecimento que estuda e atua sobre um conjunto de

práticas ligadas ao corpo e ao movimento criadas pelo homem ao longo de sua história: os jogos, as ginásticas, as lutas, as danças e os esportes. É nesse sentido que se tem falado atualmente de uma cultura corporal, ou cultura física, ou, ainda, cultura de movimento. Se aceitarmos que a Educação Física trata da cultura de movimento, podemos concluir que sua atuação escolar deve dar conta da sistematização desse conhecimento ao longo do Ensino Fundamental e Médio, nos mesmos moldes das outras disciplinas escolares.

A cultura corporal de movimento tende a ser socialmente partilhada, quer como prática ativa ou simples informação. Tal valorização social das práticas corporais de movimento legitimou o aparecimento da investigação científica e filosófica em torno do exercício, da atividade física, da motricidade, ou do homem em movimento (BETTI, 2002).

Na tentativa de se firmar cientificamente a Educação Física teve, principalmente nos anos de 1970, um avanço como área biológica, surgindo neste período as pesquisas voltadas para a aptidão física e performance humana era uma tendência muito forte numa nação que comemorava seu sucesso esportivo com o futebol nacional. De disciplina escolar pautada nos fundamentos da ginástica e hábitos relacionados à Higiene e Saúde, a E.F. passa a ter como objeto de estudo a aptidão física, marcando um período conhecido como “Esportivista”, porém sem abandonar o discurso do “Corpo Saudável”.

Logo surgiram as críticas ao modelo que privilegiava os esportes e a performance e buscou-se integrar novos saberes as práticas da Educação Física Escolar. Os anos de 1980 marcaram a discussão de processos de ensino que assumissem características menos mecanicistas e respeitassem desenvolvimento de cada indivíduo em relação ao movimento. Neste sentido a Educação Física passa a compor uma área do conhecimento escolar que se volta sobretudo ao corpo e suas dimensões na sociedade. O entendimento de que o corpo, o movimento e o sujeito do corpo em movimento devem ser encarados em suas diversas formas e manifestações, ampliaram o papel da Educação Física Escolar,

tornando-a espaço de representação de toda a cultura corporal em que o sujeito está imerso.

Betti (1992) aponta que a Educação Física enquanto componente curricular da Educação básica deve assumir então uma outra tarefa:

“Introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir o jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade de vida. A integração que possibilitará o usufruto da cultura corporal de movimento há de ser plena – é afetiva, social, cognitiva e motora. Vale dizer, é a integração de sua personalidade”

Surge diante dos caminhos que se manifestam pela cultura corporal do movimento a possibilidade de legitimar uma Educação Física que contemple os vários aspectos do indivíduo e sem dúvida oportuniza a escolha e reflexão destes elementos para a sua vida.

Parece-nos mais fácil, paradoxalmente, encontrar argumentos para legitimar a EF (e a educação artística), hoje, na escola, de uma perspectiva crítica de educação. Os argumentos vão na mesma direção do exposto quando apresentamos as propostas progressistas do âmbito da EF. A dimensão que a cultura corporal ou de movimento assume na vida do cidadão atualmente é tão significativa que a escola é chamada não a reproduzi-la simplesmente, mas a permitir que o indivíduo se aproprie dela criticamente, para poder efetivamente exercer sua cidadania (BRACHT, 1999).

Se de certa forma a Educação Física tem se firmado como área do conhecimento, que trata da cultura corporal do movimento e suas várias manifestações, não deixa de existir, como essência, a busca do conhecimento e da autonomia do indivíduo para gerir sua própria Saúde através de práticas corporais que lhe tenham significado. Espera-se que à medida que se torna

conhecedor de diversas manifestações corporais, o sujeito tenha condições de ser protagonista na escolha de práticas que possibilitem uma vida mais saudável. Neste sentido estas manifestações culturais são elementos que permitem vivências corporais que transcendem as questões biológicas no processo Saúde/Doença tendo em si um significado mais amplo do que um simples remédio para a manutenção de um corpo livre de doenças.

A Educação Física Escolar tem sem dúvida assumido o papel de promover Saúde através da Atividade Física, ao menos é o que consta no discurso das Políticas Públicas, diante da já consolidada atribuição, ou seja, através das práticas esportivas ou de qualquer outro elemento da cultura corporal do movimento, surgem neste momento algumas questões em relação às condições e as práticas realizadas na Educação Física Escolar, quanto ao seu potencial para promover os tão esperados benefícios à Saúde.

Guedes e Guedes (1997) ao analisar as características dos programas de educação física escolar, defendem o modelo de uma Educação Física voltada a um programa de aptidão física. Em seu estudo que observou as aulas de Educação Física Escolar de 1º e 2º graus, concluem que os programas de educação física escolar analisados, apresentaram limitada relação com os objetivos educacionais voltados à atividade física como meio de promoção da saúde. No que se refere aos aspectos didáticos, além de um aproveitamento inadequado do tempo dedicado às aulas, as atividades propostas aos escolares parecem não ser as mais indicadas para o desenvolvimento de atitudes positivas quanto à aquisição de hábitos de prática da atividade física que possam persistir ao longo de toda a vida.

Numa tentativa de tomar como eixos principais da Educação Física Escolar a “Saúde”, em sua perspectiva biológica, foram apresentados nos anos de 1990 estudos que traziam como proposta um programa ginástico baseado em protocolos de aptidão física nos moldes dos Colégios Norte-Americanos de

Medicina do Esporte. Logo aqueles que se dedicavam às questões da E.F. Escolar, trataram de questionar tais modelos e programas, pois estes desconsideravam questões fundamentais da realidade escolar.

O Estudo de Guedes e Guedes (1997), observado anteriormente, sobre as características dos Programas de Educação Física Escolar ilustra bem estes modelos, que traziam como propostas o desenvolvimento de programas de aptidão física através da Educação Física Escolar.

Darido (2004) classifica este movimento em prol dos programas ginásticos na Educação Física Escolar, como a “Abordagem da Saúde Renovada”, e aponta as características biologicistas como um entrave ao entendimento da realidade escolar. Entende a autora que as pesquisas desenvolvidas pelos laboratórios de avaliação física e fisiologia do exercício instalados no país nos anos de 1970, acabaram por conduzir estudos que não tinham intenções explícitas de produzir conhecimento na área escolar, embora, em alguns momentos, isto pudesse ocorrer. Indica ainda que existem duas questões principais para o afastamento das pesquisas da área biológica das questões escolares. A primeira razão é o status, verbas, financiamentos e reconhecimento da sociedade que é notadamente superior no campo esportivo. A segunda razão para justificar o afastamento dos pesquisadores da área biológica das questões escolares pode ser atribuída ao próprio discurso dos trabalhos da área pedagógica, que a partir da década de 1980 não entendia ou não valorizava a dimensão biológica nas suas propostas.

Temos então um cenário de diferentes opiniões e propostas para a Educação Física Escolar. De um lado estão os pesquisadores que buscam justificar a E.F. Escolar como um programa para desenvolvimento da aptidão física, na perspectiva dos benefícios à Saúde, baseando-se principalmente em protocolos de avaliação física e em coeficientes médico-biológicos. Em outra direção estão os pesquisadores que consideram como objeto da Educação Física

as manifestações culturais que envolvem corpo, movimento e suas relações na sociedade onde vivem, aproximando-se teoricamente de uma visão mais humana e menos biológica da atividade física.

Tojal (1995) comentando o contexto e os desafios que temos enfrentado diante da diversidade de abordagens e incertezas, afirma que a Educação Física precisa entrar em crise para transformar-se.

Manuel Sergio (1991), defensor de uma nova concepção para área do estudo do movimento humano, acredita que a Educação Física já está em crise. E por assim dizer afirma que não importa, neste momento, apontar as causas da crise que a impropriamente denominada “*Educação Física*” enfrenta.

Devemos reconhecer, no entanto, que tem havido repetição a mais e pensamento a menos; infantilismo a mais e maturidade a menos; comodismo a mais e evolução a menos. Continuando seu pensamento o autor acrescenta que a Educação Física tem necessidade não de repetidores de gestos próprios e alheios, mas de pesquisadores; não de mandarins, mas de profetas; não de aposentados da investigação científica, mas de comprometidos até o fundo com a mesma investigação; não do imperialismo da biomedicina, mas do reconhecimento de que o homem é um ser eminentemente cultural; não de representantes do particular, mas da complexidade e da totalidade humanas; não de saciados (que se julgam sábios) mas de famintos (que pretendem humildemente, saber mais) (MANUEL SERGIO, 1991).

Mesmo diante deste desafio ideológico conceitual que habita o universo da “Ciência da Educação Física”, ou como nos revela Manuel Sergio, “Ciência da Motricidade Humana”, o axioma Atividade Física e Saúde acabou por ser historicamente incorporado às Políticas Públicas educacionais através das Propostas Curriculares da Educação Física.

Podemos observar a trajetória da constituição destes documentos produzidos nas últimas décadas no Estado de São Paulo. Justificamos nossa escolha, pois é deste cenário (Ensino Público Estadual) que observamos os sujeitos de nosso estudo, e em suas ações e concepções é que dirigimos nossos questionamentos.

5 - Políticas Públicas de Educação Física

Neste capítulo trataremos das Propostas Curriculares dedicadas à Educação Física do Estado de São Paulo, considerando seus contextos e implicações no desenvolvimento dos caminhos e saberes referentes ao ensino de Educação Física no ambiente escolar.

5.1 - As Propostas Curriculares

Voltamos neste momento nosso olhar para a trajetória histórica das Propostas Curriculares para a Educação Física Paulista nos últimos 40 anos, momento em que a “disciplina” se tornou obrigatória nas Escolas de Ensino de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo propõe em 1969 a Reforma do Ensino Primário e lança o Plano de Educação de São Paulo. Envolvido nas questões quantitativas e na necessidade de se oferecer maior número de vagas aos jovens paulistas, foi lançado o plano que sugeria melhoras quantitativas e qualitativas da Educação Paulista. Nas palavras do Professor José Mario Pires Azanha, ganhava corpo a idéia de uma Educação Paulista que despontava para um Estado de vanguarda e que se aproveitava da liberdade conferida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4020/61), que previa a descentralização das propostas curriculares, oferecendo aos Estados, maior liberdade de adequação das propostas às suas realidades.

Hilsdorf (2003), em seu livro a História da Educação no Brasil, considera que existiram diferenças marcantes entre as Publicações das LDB's 4020/61 e 5692/71. Se a primeira destacava-se pela liberdade no planejamento e descentralização das diretrizes, a segunda assumiu um papel centralizador e tecnicista com vistas à formação de mão-de-obra para a indústria em franco desenvolvimento. Neste período o país enfrentava um déficit de mão de obra no

mercado de trabalho e o sistema de Ensino não dava conta de suprir tal demanda, para alguns, motivo maior das reformas educacionais.

Neste contexto é que se inserem as questões que subsidiaram os documentos dos Guias Curriculares da Educação Paulista, dentre estes documentos, os que se referiam a Educação Física Escolar.

Esta preocupação com a Saúde estava intimamente vinculada à idéia de vitalidade, aptidão e força para o trabalho, fazendo uso do desporto e da ginástica como meio para a formação de uma juventude saudável, apta ao trabalho, firmando assim o interesse explícito do Estado na formação dos jovens.

Foi neste cenário do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 que a Educação Física Escolar começou a ser discutida como proposta no Estado de São Paulo. Participaram destes debates Médicos, Militares, Professores de Educação Física e, como produto destes debates e encontros, foram criadas os Guias Curriculares para a Educação Física do Estado de São Paulo.

5.2 - Os Guias Curriculares para a Educação Física Paulista (1975)

O debate salutar sobre a Educação Física Escolar e seu desenvolvimento em nossas escolas permanece na atualidade e cada vez mais promove pontos de vista diferentes. As políticas públicas são, sem dúvida, um caminho para analisarmos esta trajetória, pois de certa forma consolidaram oficialmente uma abordagem sobre o tema, assumindo assim um enfoque para o desenvolvimento da Educação Física Escolar do Estado de São Paulo no transcorrer das últimas décadas.

Iniciamos nossas análises com a primeira estruturação oficial do currículo da Educação Física Escolar do Estado de São Paulo presentes nos “Guias Curriculares” – Educação Física, publicação da Secretaria de Educação do Estado

de São Paulo de 1975, pautados nas modificações das Propostas que substituíram as idéias apresentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61 pela LDB – 5692/71, que determinava a obrigatoriedade da Educação Física para o 1º e 2º graus:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto a primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969.

Neste contexto a Educação Física passou a ter seu espaço determinado dentro do Currículo Escolar e suas práticas foram intensificadas sob a aura do discurso higienista/esportivista. É interessante observar que em nenhum momento a Educação Física chega a romper totalmente com modelos e abordagens pedagógicas utilizadas, e suas práticas foram fundamentadas invariavelmente em releituras das idéias e conceitos voltados à Saúde, ao Lazer, a Aptidão Física e ao Esporte.

A Educação Física passa a ter um papel destacado no currículo escolar como disciplina capaz de “cuidar do corpo”.

“É numa era tecnológica especialmente que deve o homem ser levado a preocupar-se com o seu próprio corpo. A máquina substituta da força humana, provoca a inoperância da atividade corporal e multiplica, em compensação, as horas de lazer. Uma razão e outra encarecem a necessidade das atividades físicas, recreativas e esportivas. O homem precisa ser orientado oportunamente, a fim de que veja incorporadas essas práticas ao seu regime de vida” (Guia Curricular do Estado de São Paulo, 1975).

Os documentos produzidos em 1975, assumem num primeiro momento, o caráter de “guia”, apresentando conteúdos detalhados e organizados

didaticamente. Percebe-se o enfoque nos conteúdos a serem desenvolvidos pela Educação Física, no momento em que passa a assumir o papel de disciplina escolar, portanto dona de uma gama de conhecimentos e práticas corporais escolarizadas.

Se anteriormente a Educação Física apresentava-se como conteúdo extracurricular, com objetivos assumidamente voltados ao fazer desportivo, neste momento, reconhecendo o seu valor como disciplina, dona de conhecimentos específicos no processo ensino-aprendizagem, era necessário legitimar o seu conteúdo. Neste sentido os Guias foram fundamentais na história da Educação Física Escolar Paulista e serviram para ampliar as discussões sobre o seu papel na escola.

Já em 1969 a legislação referente à Educação Física - Decreto Lei nº 705, estabelecia, por seu turno, objetivos gerais destinados a cada nível ou grau de Ensino.

“... Assim, para o Ensino Primário, as Atividades Físicas de caráter recreativo deverão favorecer a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhora da aptidão física, o despertar do espírito comunitário, da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade”. Quanto ao Ensino Médio, propõe que as atividades “contribuam para o aperfeiçoamento da aptidão física, para o aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, aliados à sua tanto quanto perfeita socialização, à conservação da saúde, fortalecimento da vontade, aquisição de novas habilidades, estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos saudáveis, que lhe possibilitem o emprego útil do tempo de lazer”.

Mesmo na versão que antecede os Guias Curriculares de 1975, já é possível identificarmos elementos que viriam compor os objetivos para a Educação Física Paulista. Os termos Capacidades, Habilidades, Potencialidades

são uma constante nas Propostas. Nota-se que algumas dimensões da formação dos indivíduos são contempladas já neste período, apontando para uma atuação mais ampla das práticas corporais desenvolvidas pela Educação Física Escolar, porém, tornam-se evidentes as finalidades de um indivíduo “corporalmente desenvolvido e intelectualmente disciplinado”.

Ao colocar como objetivos “o despertar do espírito comunitário, da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade” e o “fortalecimento da vontade, aquisição de novas habilidades, estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios, que lhe possibilitem o emprego útil do tempo de lazer” (Guias Curriculares,1975), ficam claras as intenções de se propor através da Educação Física o desenvolvimento de um sujeito saudável, disciplinado, dotado de consciência cívica e organizado quanto aos seus momentos de lazer.

Ficavam assim evidenciadas as preocupações de formar cidadãos saudáveis e aptos ao trabalho e, como observa Bracht (1999):

“A constituição da educação física, ou seja, a instalação dessa prática pedagógica na instituição escolar emergente dos séculos XVIII e XIX, foi fortemente influenciada pela instituição militar e pela medicina. A instituição militar tinha a prática — exercícios sistematizados que foram ressignificados (no plano civil) pelo conhecimento médico. Isso foi feito numa perspectiva terapêutica, mas principalmente pedagógica. Educar o corpo para a produção significa promover saúde e educação para a saúde (hábitos saudáveis, higiênicos). Essa saúde ou virilidade (força) também pode ser (e foi) ressignificada numa perspectiva nacionalista/patriótica”.

A figura do Professor de Educação Física neste momento passa do “Instrutor de Ginástica Militar” que cuidava dos corpos saudáveis e disciplinados, ao do “Treinador Esportivo” que visa o aperfeiçoamento da aptidão física e despertar de talentos atléticos capazes de representar o Estado e a Nação.

O esporte tornou-se motivo de estudos aprofundados, não só na Educação Física, que dava seus primeiros passos como ciência no Brasil, neste período, mas em outras áreas como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia e a História. Movimentos internacionais influenciaram as concepções sobre o esporte, que neste momento passou a ser tratado como “fenômeno cultural”. Críticas surgiam já nos anos de 1970 sobre a esportivização da Educação Física e permanecem na atualidade. A questão do esporte na Educação Física Escolar atualmente tem demonstrado buscar caminhos mais amplos para sua prática até então monocultural, na tentativa de ampliar as possibilidades e práticas oferecidas neste ambiente.

Guiraldelli Jr. apud Guiraldelli (2007) aponta que entre outros fatores que influenciaram a esportivização da Educação Física, a criação das turmas de treinamento a partir de 1971, acabaram por criar dois tipos distintos de Educação Física, uma para os habilidosos e uma para o “rebotalho”, alunos não iniciados desportivamente que só freqüentavam as aulas exigidas curricularmente.

Observa-se então que a ruptura de um modelo “esportivista” para um modelo “conteudista”, coloca-se muito mais na estrutura curricular e no discurso dos Guias, Propostas e seus subsídios, do que propriamente nas práticas educacionais desenvolvidas pelos professores em suas aulas.

Neste cenário podemos notar que o desporto teve papel destacado como conteúdo em todos os níveis de Ensino, e que suas práticas, objetivando as competições organizadas pelo Departamento de Educação Física e Esportes do Estado (DEFEE), eram instituídas de forma obrigatória, gerando reflexos profundos nas práticas da Educação Física Escolar.

A E.F. Escolar neste período tem portanto, seus objetivos bem definidos nas Políticas Públicas Nacionais. Seu caráter prático é colocado a serviço da

formação de atletas, transformando a escola num “celeiro para a revelação de talentos esportivos”. O discurso da Saúde é tomado numa perspectiva de performance e aptidão física, em prol de uma nação em franco desenvolvimento. Tal perspectiva foi e vem sendo questionada pela Educação Física nas últimas décadas.

O discurso dos anos de 1970, que privilegiaram o Esporte e a Aptidão Física, através de Campeonatos, Olimpíadas e dos conteúdos destacados nos Guias Curriculares de 1975, parecem ter enraizado seus ideais nas Políticas Públicas do Estado. Nos admira atualmente, depois de anos de estudos e avanços quanto à conceituação da Educação Física, assumidos em vários momentos nas propostas lançadas após os anos de 1970, encontrarmos paradoxalmente semelhantes proposições em relação aos jogos e campeonatos escolares, inseridos nas mais recentes justificativas das Olimpíadas Colegiais do Estado de São Paulo.

Artigo 1º - “A Olimpíada Colegial do Estado de São Paulo é destinada às representações das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino Fundamental e Médio, tendo como objetivos promover, pela prática desportiva, a integração e o intercâmbio dos participantes das Unidades Escolares ampliando as oportunidades de socialização e aquisição de hábitos saudáveis, favorecendo o surgimento de novos talentos representativos do esporte”. (SEESP, 2007)

Parece evidente, nestas afirmações, a intenção de vincular a questão esportiva competitiva à aquisição de hábitos saudáveis em nossos escolares, contudo sem abandonar a tão insistentemente atribuição de formar e despertar talentos esportivos. Ao assumir esta expectativa fica difícil acreditar que o processo de exclusão dos menos habilidosos não se efetue de forma evidente em nossas escolas. Promover Saúde aos moldes do “Esporte Educacional”, não dispensando a seleção dos mais hábeis em detrimento dos menos hábeis, torna-se no mínimo “questionável”.

5.3 - Os anos de 1980

Este período marcou na Educação Física uma época na qual houve grande participação dos Centros e Laboratórios de Pesquisas nas discussões da área como ciência. Em relação às propostas curriculares notamos também a insistente busca por uma identidade na Educação Física. Se nos anos 70 as propostas assumiram um caráter bastante técnico com pouca participação dos professores em sua elaboração e com ênfase no modelo do “fazer” na escola, nos anos 80 as discussões que envolveram a Educação Física foram marcadas por uma participação maior da rede.

Ao fazer suas observações sobre o modelo de capacitação e implementação utilizado pela SEESP nos Guias Curriculares, Hypolito (apud ROCHA, 2004) considera as ações muito técnicas e burocráticas, citando que houve muita queixa dos professores, que alegaram terem sido as orientações apresentadas numa linguagem complexa e inacessível para alguns, de tal forma que muitos não tiveram condições de utilizar diretamente os Guias Curriculares. As orientações foram apresentadas numa linguagem técnica, rebuscada e pouco acessível à grande maioria dos professores, o que favoreceu, inclusive, interpretações errôneas.

Observa-se aqui que as discussões sobre a Educação Física nos anos 70 e as orientações dadas aos professores foram organizadas por uma série de Profissionais que envolviam Médicos e Professores Universitários de diversas áreas, entre elas os da Pedagogia.

A partir do ano de 1983, o Secretário de Educação Paulo de Tarso deu início a um trabalho através da Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (CENP). Neste, os professores especialistas da rede se reuniram para discutir a situação educacional paulista. Os relatórios extraídos destes encontros, continham as principais questões levantadas pelos professores. Estas questões foram alvo

de análise da SEESP e de Universidades Paulistas, em fóruns de Educação realizados no Estado.

A inadequação curricular foi uma questão recorrente e que acabou mobilizando grande atenção da SEESP. A questão Curricular começou a ser debatida no Estado com a participação das principais Universidades, (USP, UNICAMP e UNESP) que fizeram parte deste debate apresentando algumas propostas para o currículo da Educação Paulista.

Neste processo a Educação Física e suas questões ficaram a cargo da USP, representada nesta ocasião pelo Professor João Batista Freire, que se dedicou a pensar nas questões referentes ao Ensino do 1º grau. Neste primeiro momento o 1º Grau teve prioridade e as questões referentes ao 2º grau foram debatidas anos mais tarde, por uma Equipe da UNICAMP composta pelos Professores Jocimar Daólio e João Paulo Subirá Medina.

A versão preliminar das Propostas Curriculares para a Educação Física no 1º Grau foi apresentada em 1986, já a versão para o 2º Grau foi apresentada s algum tempo mais tarde em 1992.

Neste período iniciou-se uma série de análises envolvendo a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Diretorias de Ensino e Professores, com o intuito de avaliar e verificar o conteúdo das propostas. Nos anos seguintes foram realizadas alterações e reformulações em alguns pontos da proposta atendendo as sugestões e críticas feitas pelos professores.

“... houve um retorno destas discussões à rede em 1988, com o aprofundamento das apreciações dos professores... Ficou provado que estas propostas, ao contrário do Verdão², não foram elaboradas a distância

² Nome vulgarmente utilizado pelos professores para identificar os “Guias Curriculares do Estado de São Paulo de 1975”.

e contaram com a representação da rede, o que lhes conferiu legitimidade.”
(HYPOLITO,2004)

A versão preliminar das Propostas Curriculares para Educação Física de 1986 apresentava características fundamentadas numa visão “construtivista – interacionista”, algo assumido textualmente nas edições posteriores. Assume-se a partir desta proposta para o 1º grau uma contraposição ao modelo tecnicista – desportivo dos Guias Curriculares, passa-se a valorizar as experiências prévias dos alunos e suas diferenças individuais no “processo de construção do conhecimento”. Este aspecto fica claro na introdução do trabalho apresentado pela CENP em 1986:

“... No construtivismo, a intenção é a construção do conhecimento a partir da interação do sujeito com o mundo, numa relação que extrapola o simples exercício de ensinar e aprender”.

Ao apresentar como base teórica autores como Jean Piaget, Jean Le Bouch, Henri Wallon, entre outros, as propostas curriculares foram finalmente editadas e publicadas em 1990, trazendo à Educação Física Escolar a incorporação dos jogos, brincadeiras e esportes como um forte recurso para o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo.

Neste contexto a Educação Física Escolar Paulista ganha espaço fundamental no currículo escolar, recebendo o reconhecimento como disciplina capaz de desenvolver habilidades e capacidades, além daquelas anteriormente conhecidas. Credita-se agora um valor educativo à Educação Física, que vai além dos aspectos motores. Embora estes valores tenham assumido um papel inovador, alguns autores apontam aspectos negativos nesta abordagem.

Darido (2004) considera que não fica esclarecido na discussão desta questão , qual conhecimento se deseja construir através da Educação Física. Segundo a autora, se for o mesmo buscado pelas outras disciplinas, isto

transformará a área num instrumento de auxílio ou apoio para a aprendizagem de outros conteúdos.

A SEESP referindo-se à proposta elaborada na versão preliminar de 1986, faz algumas considerações, reconhecendo alguns aspectos que foram criticados.

“Os méritos daquele documento são indiscutíveis porque posicionava a Educação Física dentro de um contexto educacional bastante amplo e tinha a intenção de alertar sobre a abrangência da Educação Física quanto ao desenvolvimento simultâneo dos aspectos cognitivos, afetivos e sociais da criança, sem os limites reducionistas dos aspectos motores. As principais críticas que aquele documento recebeu foram a possível falta de clareza na metodologia por ele preconizada, e a ênfase talvez excessiva na forma lúdica de trabalhar” (SEESP, 1997).

O que não podemos negar é que por se tratar de uma proposta que veio substituir os Guias Curriculares, avanços fundamentais podem e devem ser considerados, principalmente no que se refere a uma Educação Física que neste momento propõe a participação de todos, respeitando os conhecimentos prévios e atuando a favor da inclusão dos alunos e não da seleção de talentos esportivos. Outro fator que devemos destacar é o fato do SEESP através da CENP assumir uma abordagem para a Educação Física Escolar do Estado, meio a tantas possibilidades surgidas neste período.

Ao assumir uma abordagem para a E.F. Escolar do Estado de São Paulo a SEESP cria um hiato entre a ação docente e sua formação. Lembremos que neste período os Cursos de formação de Professores tinham um viés extremamente esportivo. As novas concepções sobre Educação Física estavam cercadas nos limites dos Centros de Pesquisas das grandes Universidades Públicas e nos debates ocorridos em Congressos, Encontros e Seminários. Os “novos conhecimentos” tardaram a ser assimilados, e devemos considerar que ainda estão sendo absorvidos, porém de forma “homeopática”.

A “Saúde” que a Educação Física pretende promover neste momento, rompe, pelo menos no campo das propostas, com o modelo de Saúde ancorado no esporte e na aptidão física desenvolvida nos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

Nesta abordagem Construtivista-Interacionista a Saúde assume uma perspectiva de conhecimento sobre o próprio corpo e suas possibilidades através do movimento. O desenvolvimento de uma consciência corporal e de suas possibilidades como instrumento de linguagem humana ficam claras nesta abordagem. A Saúde neste sentido é conseqüência de um corpo que se descobre capaz de realizar e cumprir tarefas em contato com o mundo em que vive e interage. Dimensões do comportamento humano no uso da linguagem corporal, são observadas como caminhos para o desenvolvimento da autonomia.

5.4 - Os anos de 1990

A Professora Suraya Cristina Darido em seu livro “*Educação Física na Escola: Questões e Reflexões*”, traça um panorama das abordagens que permearam a Educação Física Escolar nas últimas décadas. Esta ingrata missão, se de alguma forma acabou por rotular algumas linhas de pensamento, teve o mérito de, ao menos, almejar o entendimento das várias correntes e abordagens que se faziam presentes nas pesquisas voltadas ao tema. Observamos neste trabalho a variedade de perspectivas que os estudos dos anos de 1980 e 1990 foram capazes de produzir. Destacamos que apesar das diferentes abordagens reconhecidas no campo de atuação da Educação Física a questão da Saúde, um dos eixos de nosso estudo, vai ser representada de certa forma por todas as diferentes concepções, pois em nenhum momento ela é desconsiderada.

Cada abordagem apresentada tem sua fundamentação e suas justificativas e não é objeto deste estudo analisá-las individualmente, visto que esta tarefa já foi

realizada brilhantemente pela autora, cabe-nos apenas notar que diante deste cenário é que se pautaram as discussões sobre a Educação Física neste período, algo que anos mais tarde traria reflexos na elaboração dos PCN's.

Em 1990 foi editada a Proposta Curricular para a Educação Física no 1º grau. Como já citamos, após reformulações baseadas nas sugestões e críticas feitas pelos professores e equipes pedagógicas, a mesma proposta foi reeditada em 1991 e ambas apresentavam uma maior organização em relação aos conteúdos e reinterpretações de alguns temas que foram considerados pouco claros nas edições anteriores, algo que foi publicamente assumido pela SEESP.

“Conscientes que a Proposta foi aceita e considerada viável pela rede de ensino, nos propusemos a esta reformulação que tem como principais suportes a adoção da linha construtivista-interacionista e a compreensão mais clara da importância do lúdico na educação”(SEESP, 1997).

Na 5ª edição das Propostas Curriculares de Educação Física para o 1º grau de 1997, são feitas algumas considerações sobre as primeiras versões das Propostas reconhecendo as necessárias reformulações da mesma maneira como foram apresentadas na 3ª e 4ª edições. É interessante ressaltar o texto intitulado “Uma Educação Física Contextualizada”, referindo-se as palavras de Castellani Filho:

“Sabemos que a Educação Física, enquanto matéria curricular jamais alcançou ter no universo escolar a mesma consideração das demais”.

Neste momento a Saúde mantém os pressuposto do desenvolvimento da consciência corporal e da autonomia crítica da escolha de práticas corporais, sem determinar modelos a serem seguidos. Foi neste período que se discutiam e elaboravam os textos que viriam compor os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), documento que foi adotado pelo Estado de São Paulo.

Se as Propostas Curriculares do Estado de São Paulo nos anos 90 apresentaram mudanças de concepções importantes para a Educação Física e suas práticas de ensino, na esfera Federal, novos rumos seriam tomados após a Publicação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. As novas Leis de Diretrizes e Bases para Educação Nacional deram destaque e importância à Educação Física, além de garantir em seus princípios a pluralidade de concepções pedagógicas, confere a área, no artigo 26, espaço integrado na Proposta Pedagógica da Escola.

“A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”, (Inciso 3º, LDB/1996).

Nestes termos foram desenvolvidos os PCN's que, apesar de fazerem parte de uma Política Pública Federal, influenciaram e ainda influenciam as ações pedagógicas escolares no Estado de São Paulo.

Em 1997 o MEC publica os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento que influenciou profundamente as abordagens pedagógicas assumidas pelas escolas Paulista em todas as áreas do conhecimento.

Em relação a Educação Física os PCN's marcam uma inserção de conceitos e concepções multifacetados que refletiam a influência de várias abordagens distintas. Estas abordagens foram classificadas neste documento com o intuito de facilitar a compreensão dos professores sobre suas principais características e suas relações com os parâmetros. As abordagens foram assim classificadas:

- Abordagem Psicomotora
- Abordagem Construtivista
- Abordagem Desenvolvimentista
- Abordagens Críticas

Ao concluir esta classificação apresenta-se um “Quadro Atual” pautado no novo ordenamento legal que possibilitava às escolas maior autonomia para a elaboração de suas propostas.

“Os Parâmetros Curriculares Nacionais se propõem a contribuir nessa construção, fornecendo subsídios para a discussão e concretização da proposta curricular de cada escola” (PCN’s, 1997).

Este caráter de subsídio marcou as ações escolares no sentido de não fechar possibilidades curriculares existentes nas diversas realidades de ensino no país, entretanto no caso da Educação Física foi oferecido um modelo de organização de conteúdos em blocos interligados entre si. Sendo o primeiro bloco o dos *“Esportes, Jogos, lutas e ginásticas, o segundo bloco de Atividades Rítmicas e expressivas e o terceiro bloco de Conhecimentos sobre o Corpo”*, (PCN’s, 1997 - pg 68).

Os subsídios oferecidos pelos PCN’s - Educação Física apresentaram um aumento de possibilidades, trazendo aos conteúdos da área a inserção de elementos da cultura corporal do movimento, algo que anteriormente não se apontava, pelo menos nacionalmente. O reconhecimento de outras dimensões relacionadas aos saberes desenvolvidos pela Educação Física, considerando aspectos das dimensões conceituais, atitudinais e procedimentais passaram a ser assumidos como objetivos nesta nova perspectiva. Vale lembrar que nas propostas curriculares apresentadas nos anos 80 e 90 estas possibilidades já eram relatadas, contudo não foram assumidas como objetivos para a Educação Física; vislumbravam-se as possibilidades, entretanto elas se demonstraram mais aproximadas, em grande parte, pela dimensão procedimental.

Darido (2004) comenta que ao analisar os objetivos da Educação Física na visão dos PCN’s identifica características importantes:

“Uma leitura mais atenta mostra também uma perspectiva de compreensão dos processos de aprendizagem a partir da ótica do construtivismo.

Embora a finalidade seja a integração do aluno na cultura corporal de movimento (PCN, 1998), existe um certo ecletismo nos meios considerados para alcançar esta finalidade”.

Este ecletismo comentado pela autora deve-se, em parte, por uma ampliação de possibilidades combinadas às várias vertentes de abordagens existentes na Educação Física, que de certa forma tiveram alguns de seus aspectos utilizados na estrutura apresentada pelos PCN's.

Os PCN's trazem uma nova classificação para a Educação Física quando apresentam as disciplinas escolares enquadradas em áreas de aproximação; neste contexto a Educação Física passa a compor a área de conhecimento de Códigos, Linguagens e suas Tecnologias, e esta classificação é justificada através das características assumidas pela Educação Física ao longo dos tempos. Se, a princípio, nas primeiras propostas, a E.F. apresentava-se como conteúdo de saberes biológicos e eminentemente práticos, passa agora a incorporar o caráter de linguagem corporal, de um corpo envolto e produto de uma cultura, que se expressa diante de suas relações com os elementos que dela fazem parte.

Agrega-se a esta forma “ecletica” de pensar a Educação Física a questão da transversalidade apresentada neste documento. Suas perspectivas “inovadoras” contemplando aspectos multidisciplinares, interdisciplinares e transversais, talvez tenham sido um passo muito largo para se dar em uma escola que ainda apresenta dificuldades para reconhecê-la como disciplina.

Os PCN's trazem as propostas educacionais o conceito dos temas transversais. A Saúde é um destes temas, que deve, a princípio ser trabalhado dentro de um Projeto Político Pedagógico mais amplo. A Saúde na escola não se limita mais às disciplinas de conhecimento biológico e passa a nortear projetos maiores e interdisciplinares.

Os PCN's definem que "o nível de Saúde das pessoas reflete a maneira como vivem, numa interação dinâmica entre potencialidades individuais e condições de vida. Não se pode compreender, ou transformar a situação de um indivíduo ou de uma comunidade sem levar em conta que ela é produzida nas relações com o meio físico, social e cultural. Falar em Saúde implica levar em conta, por exemplo, a qualidade do ar que se respira, o consumismo desenfreado e a miséria, a degradação social e a desnutrição, maneiras das diferentes parcelas da população no mundo, do trabalho e do estilo de vida pessoal", (PCN's, 1997).

Podemos considerar que os PCN's trouxeram ao campo da Educação Física uma idéia de Saúde mais próximas das possibilidades que a disciplina pode realmente desempenhar. Faz uma ressalva a interpretação reducionista, que considera uma relação de causalidade entre a Atividade Física e a Promoção da Saúde.

Os PCN's apresentam como um dos objetivos da Educação Física no Ensino Fundamental o "Conhecimento sobre o Corpo". Este tema recebe destaque na organização dos conteúdos da Educação Física, definido como um dos blocos de conhecimentos a serem desenvolvidos pela disciplina. Neste bloco são desenvolvidas e abordadas as questões relativas à Saúde.

"Conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua Saúde e à Saúde coletiva" (PCN's, 1997)

Assim atribui-se o papel de conteúdo da Educação Física ao tema Saúde, que entre outras atribuições, considera o tema muito mais por uma perspectiva das atitudes e valores, do que pela prática. Neste sentido os PCN's consideram mais importante desenvolver conceitos, atitudes e valores em relação à Saúde, garantindo assim práticas corporais conscientes e livres dos apelos midiáticos impostos por uma sociedade que considera a atividade física um produto a ser consumido.

Os PCN's apontam que a prática dos jogos, esportes, lutas, danças e ginásticas é considerada pelo senso comum, como sinônimo de Saúde. Essa relação direta de causa e efeito linear e incondicional é explorada e estimulada pela indústria cultural, do lazer e da saúde ao reforçar conceitos e cultivar valores, no mínimo questionáveis, de dieta, forma física e modelos de corpo ideais.

A Saúde nesta perspectiva explorada pela indústria do “corpo ideal” acaba por atribuir muito mais valor ao produto das práticas corporais do que aos processos pelos quais eles se desencadeiam. Sob esta perspectiva os PCN's consideram que o aprendizado das relações entre a prática de atividades corporais e a recuperação, manutenção e promoção da Saúde deve incluir o sujeito e sua experiência pessoal ao considerar os benefícios, os riscos, as indicações e as contra-indicações das diferentes práticas da cultura corporal de movimento e as medidas de segurança no seu exercício.

Estas questões levantadas pelos PCN's a pelo menos dez anos, ainda se fazem necessárias à Educação Física. A relação de causalidade, a valorização do produto das práticas corporais, a desconsideração do sujeito e do ambiente social em que se encontra, desvalorização das experiências anteriores são questões que precisam ser reavaliadas nas práticas da Educação Física Escolar para se estabelecer um vínculo real com a Promoção da Saúde.

5.5 - Anos 2000

Envolvidos por um cenário político favorável, onde eram discutidas questões sobre a qualidade do ensino e a formação dos professores, publicou-se a Lei Estadual Nº 11.361, de 17 de março de 2.003. Esta lei determinou nos artigos 1º e 2º:

“Artigo 1º - A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, componente curricular obrigatório em todas as séries da rede estadual de ensino”.

“Artigo 2º - Somente profissionais devidamente habilitados, portadores de licenciatura plena em educação física, podem ministrar a disciplina a que se refere o artigo anterior”.

Em relação ao Currículo da Educação Física este período apresenta poucas mudanças além daquelas inseridas pelos PCN's. De fato vale observar que muitos dos conceitos e idéias constantes neste documento, ainda hoje não são compreendidos por uma boa parcela dos professores da rede. Não podemos afirmar que foram idéias “inovadoras”, talvez uma nova perspectiva, pois nesta trajetória de análises das Propostas Curriculares do Estado de São Paulo nos últimos 34 anos, podemos observar algumas referências e similaridades de idéias e conceitos, sobretudo nos documentos publicados. Não seremos ingênuos de acreditar que pelo fato de um conceito compor um documento público, este seja colocado em prática nas nossas escolas, existe sem dúvida, um abismo entre o que preconiza o discurso oficial e a prática cotidiana da realidade escolar. Neste caso também é necessário compreender algumas questões que vão além do “fazer na escola”. Quando uma idéia tem de ser compreendida por uma disciplina, pode parecer até simples, o que se torna complexo é fazer uma Escola inteira compreender a mesma idéia. Soma-se a esta questão os anos de práticas monoculturais incentivadas pelas políticas públicas, que favoreceram a esportivização da Educação Física estabelecendo a Saúde como produto resultante e conseqüente destas práticas corporais realizadas em suas aulas semanais.

5.6 - 2008: O ano da “nova” Proposta Curricular

Alarmados pelos péssimos resultados das avaliações do Ensino Público Paulista, sobretudo nos conhecimentos matemáticos, de leitura e escrita, foi encomendada uma “nova proposta” para o Ensino Público Paulista.

Recorreu-se então às grandes Universidades do Estado, que de pronto atenderam ao chamado da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Adotando um modelo “tecnológico participativo” para atender as demandas tecnocráticas educacionais, foram publicadas as Propostas Curriculares do Ensino Paulista em tempo recorde.

O modelo participativo apresentado nas propostas dos anos 1980, foi substituído pelos contatos via e-mails criados para o envio de sugestões e pela participação em ambientes de Ensino a Distância. Encontros, debates e entre Secretaria e Professores ocorreram somente após a publicação do documento e em pequena escala de disseminação.

Os documentos apresentados nesta Proposta contemplaram os segmentos de Ensino do Ciclo II do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Segundo os PCN's, a disciplina Educação Física é classificada como componente da área de Códigos, Linguagens e suas Tecnologia. Esta característica de releitura que o próprio PCN já apresentava é novamente utilizada para compor o documento, que assume então a leitura da releitura. Não se coloca aqui esta observação como crítica, pois tanto os PCN's (1997), quanto a Proposta Curricular do ano de 2008 assumem, em momento algum, a postura de servir como um documento inovador, com propósito de romper com paradigmas educacionais vigentes.

Na Educação Física, a introdução à cultura corporal novamente se apresenta como linha mestra numa abordagem intitulada “*sócio-cultural*” e uma ressignificação do “movimentar-se” para o “se-movimentar”, recebendo destaque nas edições do Ensino Fundamental e Médio, porém o documento assume de início a perspectiva de não se apresentar como uma novidade e sim como subsídio para a ação docente, colocando-se claramente como ponto de apoio docente.

“A Proposta não pretende ser mais uma novidade pedagógica, mas atuar como uma retomada dos diversos caminhos curriculares que esta Secretaria já traçou e que muitas escolas já incorporaram em suas práticas” (SEESP,2008)

A retomada que se refere à Secretaria de Educação sem dúvida demonstra uma intenção de assegurar conteúdos mínimos nas práticas “desorientadas das disciplinas escolares”, dentre elas a Educação Física.

Sob o discurso da autonomia escolar, esconde-se uma gama de ações muito mais intuitivas e reprodutoras de modelos já ultrapassados e descontextualizados, do que propriamente inovações e ações transformadoras da realidade. Neste mais recente documento produzido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, ficam nítidas as inclinações dos conteúdos da Educação Física, como um acessório no processo do desenvolvimento da leitura e escrita. Como já vimos, algo já questionado nos anos 80 e 90. No caso específico da Educação Física podemos dizer que cada passo é um recomeço de algo que outrora já houvera de ser uma grande “novidade”.

Na tentativa de organizar, ou pelo menos elencar as principais linhas que nortearam a Educação Física no Ensino Público Paulista, nos últimos quarenta anos, lançamo-nos ao desafio de criar um quadro cronológico das principais abordagens que são descritas nas Propostas Curriculares.

Este quadro tem por princípio facilitar a compreensão das principais abordagens apresentadas através dos Guias e Propostas Curriculares do Estado de São Paulo para a Educação Física nos últimos 34 anos. Observamos para tanto, neste quadro, os eixos que se referem aos objetivos, abordagens, concepções em Saúde, forma de avaliação e papel do professor. Evidentemente nos lançamos de forma ousada, e talvez ingênua, na tentativa de organizar cronologicamente as várias abordagens e transformações ocorridas neste

período. Assumimos aqui, o risco de uma interpretação apressada de passagens que a história da Educação Física há de um dia contar com maior riqueza de detalhes. Faz sentido neste momento procurarmos compreender, mesmo que “apressadamente”, as transformações ocorridas neste período. Tratamos aqui de episódios da trajetória da Educação Física Escolar Paulista que podem contribuir muito para o entendimento da situação que a área se encontra.

Apresentamos como resumo das transformações conceituais e das abordagens assumidas pela Educação Física, através das Políticas Públicas das últimas décadas, um Quadro Cronológico das Propostas Curriculares:

Quadro 1 - Cronologia das Propostas Curriculares do Estado de São Paulo - Educação Física					
Documento / Ano	Objetivos	Concepção de Saúde	Abordagens	Processo Avaliativo	Papel do Professor
Guias Curriculares 1975	Desenvolvimento de capacidades e habilidades para a aptidão física e o esporte. Formar um cidadão saudável, apto ao trabalho e a vida em sociedade	Higienista / Aptidão Física para o Esporte, Lazer e o Trabalho / O Exercício como meio para o desenvolvimento da Saúde	Higienista / Enfoque Tecnicista/ Esportiva	Ficha de Avaliação (Aspectos Motores, Atitudes em aula e Aceitação do aluno pelo grupo). Participação, Colaboração e Assiduidade	Centralizador do conteúdo / Instrutor Técnico / Treinador
Propostas Curriculares 1986 (Doc. Preliminar)	Desenvolvimento dos aspectos cognitivos, afetivos e sociais através de jogos, brincadeiras e exercícios que possibilitassem o conhecimento corporal	Desenvolvimento da Consciência Corporal / Capacidade crítica na escolha das práticas corporais	Construtivista / Psicomotora Enfoque Lúdico	Avaliação Processual - Interação, Cooperação e Reflexão	Mediador no processo Ensino/Aprendizagem / Facilitador
Propostas Curriculares 1990	Desenvolvimento dos aspectos cognitivos, afetivos e sociais através de jogos, brincadeiras e exercícios/ Conhecimento corporal. Resgate da Cultura Popular e das práticas socialmente construídas	Desenvolvimento da Consciência Corporal / Conhecer o próprio corpo. Capacidade crítica na escolha das práticas corporais	Construtivista / Interacionista Resgate da Cultura Popular	Avaliação Processual - Interação, Cooperação e Reflexão	Mediador no processo Ensino/Aprendizagem / Facilitador
Propostas Curriculares 1991	Reedição de 1990	Desenvolvimento da Consciência Corporal / Conhecer o próprio corpo. Capacidade crítica na escolha das práticas corporais	Construtivista / Interacionista Resgate da Cultura Popular	Avaliação Processual - Interação, Cooperação e Reflexão	Mediador no processo Ensino/Aprendizagem / Facilitador
Propostas Curriculares 1992	Reedição do 1º Grau e versão preliminar para a Proposta o 2º grau com destaque para o desenvolvimento da Cidadania e da Autonomia	Desenvolvimento da Consciência Corporal / Conhecer o próprio corpo. Capacidade crítica na escolha das práticas corporais	Construtivista / Interacionista Resgate da Cultura Popular e Protagonismo Juvenil	Avaliação Processual - Interação, Cooperação e Reflexão	Mediador no processo Ensino/Aprendizagem / Facilitador
Propostas Curriculares 1997	Apanhado dos objetivos anteriores	Desenvolvimento da Consciência Corporal / Conhecer o próprio corpo. Capacidade crítica na escolha das práticas corporais	Construtivista / Interacionista Resgate da Cultura Popular e Protagonismo Juvenil	Avaliação Processual - Interação, Cooperação, Auto-avaliação e Reflexão	Mediador no processo Ensino/Aprendizagem / Facilitador
PCN's 1997³	Introdução à cultura corporal do Movimento	Conhecimento Corporal - Protagonismo na conquista da Qualidade de Vida. Saúde como tema transversal	Construtivista / Eclética Enfoque nas dimensões atitudinais, procedimentais e comportamentais.	Processual dimensional – Conceitos, Fatos, Procedimentos – Auto-avaliação e Reflexão	Conteúdo Partilhado/ Mediador no processo Ensino/Aprendizagem / Facilitador
Propostas Curriculares 2008	Introdução à cultura corporal do Movimento	Conhecer as práticas corporais Culturalmente desenvolvidas / Tornar-s e capaz de fazer escolhas críticas e gerir sua própria Saúde no futuro	Sócio Cultural Enfoque no sujeito e no "se-movimentar"	Conscientização sobre a aprendizagem – Atividade avaliadora – Relatório de aprendizagem	Conteúdo Partilhado/ Mediador no processo Ensino/Aprendizagem / Facilitador de experiências socialmente significativas

³ PCN's 1997 publicados pelo MEC, porém foram adotados como modelo Curricular pelo Estado de São Paulo.

6 – Políticas Públicas de Saúde e Promoção da Saúde

Tratamos neste capítulo das discussões que envolvem os temas Saúde e Promoção da Saúde em suas variantes teórico conceituais na tentativa de trazer a luz da realidade de nossas escolas pontos de apoio e partida para discutirmos e refletirmos a questão.

6.1 - A Saúde

Partimos nossa observação sobre a questão pautados na definição clássica da Organização Mundial da Saúde, que determina em seus conceitos a seguinte expressão:

“A Organização Mundial de Saúde (OMS) define Saúde não apenas como a ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social”.

De acordo com a clássica definição de Saúde, é que vamos procurar traçar nossas considerações acerca do tema, atentos aos seus avanços, limitações e perspectivas.

A Organização Mundial da Saúde criada em 1946, teve sua constituição aprovada em 07 de abril de 1948 (data oficial da sua fundação) conforme o documento que estabelecia os objetivos gerais e as estruturas centrais e regionais, bem como sua condição jurídica, sendo estipuladas as relações de cooperação entre as nações. Assim, já em seu nascimento a OMS estabeleceu em sua constituição princípios básicos para a felicidade, as relações harmoniosas e a segurança de todos os povos.

Canguilhen (2002) afirma que a Saúde pode ser compreendida como uma margem de tolerância às infidelidades do meio, ou seja, a capacidade de ser normativa e de instituir novas normas frente a situações desfavoráveis.

O contexto das definições trazidas por Canguilhem, refere-se ao antipositivismo pregado pelo autor, que em suas obras sempre questionou a forma quantitativa que os determinantes do estado “normal e patológico” foram tratados pela ciência médica.

A normalidade aceita pela ciência médica, é questionável diante de determinantes que não são mensuráveis quantitativamente, e que acabam por reduzir as definições de um estado normal ou patológico. Neste aspecto afirma Canguilhem (2002) que, ser sadio significa não apenas ser normal numa situação determinada, mas ser, também, normativo nessa situação e em outras situações eventuais. O que caracteriza a Saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas.

O autor alerta ainda para o estado mutável de Saúde e das relações do indivíduo com o meio, e indica que a Saúde caracteriza-se pela possibilidade de agir e reagir, de adoecer e se recuperar. Para o autor, o normal é poder viver em um meio em que as flutuações e os novos acontecimentos são possíveis, relativizando assim uma visão de Saúde estática, encontrada nas médias absolutas do discurso científico (Canguilhem, 2002).

Segre et al (1997) questionam a definição de Saúde da OMS considerando-a ultrapassada, primeiramente por visar uma perfeição inatingível, atentando-se às próprias características da personalidade. Mencionam como principal sustentação desta idéia a renúncia necessária à parte da liberdade pulsional do homem, em troca da menor insegurança propiciada pelo convívio social. Discute-se a validade da distinção entre soma, psique e sociedade, esposando o conceito de homem “integral”, e registrando situações em que a interação entre os três aspectos é absolutamente cristalina. Analisam a noção de qualidade de vida sob um vértice antipositivista. Esta priorização e proposta de resgate do subjetivismo revertem a um questionamento da atual definição de Saúde, toda ela embasada em avaliações externas, objetivas, desta situação.

Mesmo diante dos questionamentos que se fazem aos limites proporcionados por este conceito, no que se refere ao “perfeito” e ao “bem-estar”, consideraremos apenas que esta definição parte do pressuposto da tentativa de se ampliar o olhar para a Saúde. Passa-se a partir desta definição a considerar questões antes não observadas. As questões sociais, físicas e mentais, citadas nesta definição demonstram a intenção de se ampliar a visão biológica, considerando outros fatores importantes no processo de aquisição e manutenção da Saúde.

O desenvolvimento da racionalidade científica, em geral, e da medicina, em particular, exerceu significativo poder no sentido de construir representações da realidade, desconsiderando um aspecto fundamental: o limite dos conceitos na relação com o real, em particular para a questão da saúde, o limite dos conceitos de saúde e de doença referentes à experiência concreta da saúde e do adoecer (CZERESNIA,2003)

Czeresnia traz para a discussão do tema Saúde, o aspecto das representações dos conceitos e sua relação com o real. Considera que uma definição de Saúde com base nas racionalidades médicas, acaba por ocultar alguns aspectos deste processo, pois parte de uma perspectiva íntima da relação Saúde/Doença.

Alguns autores colocam a questão do conceito de Saúde como “processo” que tem como parâmetro a relação saúde/doença. Segundo Pereira (2000), em virtude das dificuldades, constata-se que as definições mais elaboradas, por exemplo, a da OMS, são muito empregadas como figura de retórica ou de um ideal a se ter em perspectiva, enquanto, na prática, a Saúde é quase sempre quantificada em termos de presença ou ausência de algum sinal, sintoma ou diagnóstico de doença. Isto significa que a informação sobre falta de Saúde é a mais utilizada: é muitíssimo mais freqüente encontrarem-se referências a

coeficientes de mortalidade e morbidade, e raramente a coeficientes de bem-estar físico, mental e social.

Czeresnia (2003) considera que o discurso médico científico não tem contemplado a significação mais ampla da saúde e do adoecer. Indica a autora que saúde não é objeto que se possa delimitar; não se traduz em conceito científico, da mesma forma que o sofrimento que caracteriza o adoecer.

Ao buscarmos as concepções de Saúde e Promoção da Saúde e sua relação com a Educação Física Escolar, nos deparamos invariavelmente com as afirmações que trazem a perspectivas destas práticas no ambiente escolar em função da busca de uma vida saudável e da qualidade de vida. Mesmo que estas definições sejam tratadas como o resultante da somatória de práticas vinculadas ao “fazer Educação Física na Escola” e do despertar para a necessidade de um “estilo de vida mais ativo”, acaba-se por restringir a questão da disciplina escolar à prática de atividade física na escola.

Minayo et al (2000) acreditam que se tornou lugar comum, no âmbito do setor Saúde, repetir, com algumas variantes, a seguinte frase: saúde não é doença, saúde é qualidade de vida. E que por mais correta que esteja, tal afirmativa costuma ser vazia de significado e, freqüentemente, revela a dificuldade que temos, como profissionais da área, de encontrar algum sentido teórico e epistemológico fora do marco referencial do sistema médico que, sem dúvida, domina a reflexão e a prática do campo da saúde pública.

Podemos observar que segundo Minayo et al (2000) a Educação Física como área profissional da Saúde não deixa de assumir, como outras áreas, uma concepção de Saúde limitada nos referenciais biomédicos e acaba por reproduzir o pensamento Sanitário que a fundamentou secularmente.

6.2 - A Promoção da Saúde

Os movimentos das comunidades e entidades mundiais voltadas à Saúde, foram ao longo dos anos, avaliando uma série de questões que determinavam o que se poderia chamar de um pleno estado de Saúde. Neste sentido, vários movimentos ocorreram buscando definições nas ações para a Promoção da Saúde. A carta de Ottawa foi um dos primeiros documentos voltados para uma visão ampliada das ações em Saúde e define:

“A promoção da saúde é o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (OTTAWA, 1986).

Buss (2000) afirma que a Promoção da Saúde, como vem sendo entendida nos últimos 20-25 anos, representa uma estratégia promissora para enfrentar os múltiplos problemas de saúde que afetam as populações humanas e seus entornos neste final de século. A partir de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, propõe a articulação de saberes técnicos e populares, e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução.

O autor aponta a maneira pela qual o conceito de promoção da saúde vem sendo elaborado por diferentes fatores técnicos e sociais, em diferentes conjunturas e formações sociais, ao longo dos últimos 25 anos, somados aos eventos internacionais, publicações de caráter conceitual e resultados de pesquisa, têm contribuído para aproximações a conceitos e práticas mais precisas para este campo.

Nesta visão de Saúde, na qual se procura promover uma vida saudável por meio de uma série de iniciativas da comunidade, tornando-a capaz de reivindicar e mobilizar-se para que estruturas e espaços públicos tenham atenção às necessidades da comunidade e seus reflexos sobre a saúde dos seus integrantes, a educação passa a ter papel fundamental na disseminação de informações,

hábitos e costumes que precisam ser apropriados pela comunidade para que esta tenha condições de gerir sua Saúde de forma reflexiva e autônoma. Caminha neste sentido a afirmação da Saúde como um direito humano fundamental.

O direito à saúde, firmado na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e explicitado na Constituição Federal de 1988, define a Saúde como direito de todos e dever do Estado, indicando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

“Esse direito fundamental do ser humano torna-se realidade com a participação da população em suas conquistas e com o compromisso político do Ministério da Saúde: universalização, equidade, integralidade, resolutividade e controle social da política de saúde. Saúde é qualidade de vida e, portanto, encontra-se vinculada aos direitos humanos, ao direito ao trabalho, à moradia, educação, alimentação e ao lazer. A escola é um espaço onde se constituem os cidadãos desses direitos por meio de práticas realizadas por sujeitos sociais críticos e criativos capazes de construir conhecimentos, relações e ações que fortalecem a participação das pessoas na busca de vidas mais saudáveis” (Ministério da Saúde, 2004).

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) também faz considerações a respeito da autonomia e das ações intersetorializadas neste processo e coloca como proposta uma desfragmentação das ações para a Promoção da Saúde.

Este projeto propõe que as intervenções em saúde ampliem seu escopo, tomando como objeto os problemas e necessidades de saúde e seus determinantes e condicionantes de modo que a organização da atenção e do cuidado envolva, ao mesmo tempo, as ações e serviços que operem sobre os efeitos do adoecer e àqueles que visem o espaço para além dos muros das unidades de saúde e do sistema de saúde, incidindo sobre as condições de vida e favorecendo a ampliação de escolhas saudáveis por parte dos sujeitos e coletividades no território onde vivem e trabalham.

Czeresnia (2003) considera que um dos eixos básicos do discurso da promoção da saúde é fortalecer a idéia de autonomia dos sujeitos e dos grupos sociais. Uma questão que se apresenta é qual concepção de autonomia é efetivamente proposta e construída.

Apesar de considerar as práticas corporais como um capítulo importante neste processo, a Política Nacional de Promoção da Saúde não faz referências a Escola como um ambiente a ser atendido, refere-se sim aos Professores de Educação Física, mas propondo sua ação diretamente no Sistema de Atenção Básica de Saúde, não fazendo referência aos que atuam na Educação Física Escolar.

Por se tratar de uma ação do Ministério da Saúde podemos considerar que a Escola já havia “conquistado” seu espaço nas Políticas Públicas através da cartilha desenvolvida com o tema “A Educação que produz Saúde” onde ficavam claras as direções e pensamentos voltados a este espaço:

“Na relação entre saúde e escola surge a possibilidade de construirmos juntos a “escola que produz saúde”: uma proposta que envolva estudantes, trabalhadores da educação, comunidade escolar, órgãos governamentais de educação, gestores de sistemas de saúde e educação, movimentos sociais, associações, grupos, famílias e toda a população...”(Ministério da Saúde, 2004)

6.3 - A Saúde na Escola

Historicamente a educação em saúde teve sua inserção nas escolas brasileiras há mais de um século, num cenário de constantes epidemias e problemas sanitários que atingiam o país. O quadro de doenças sanitárias deste período levou as autoridades da época a buscarem soluções que, de alguma forma, fossem eficientes na resolução dos problemas sanitários que ocorriam em grande número nas regiões urbanas e de maior concentração populacional.

A expressão “escolarização” é discutida atualmente por vários autores, criando uma diferenciação entre escolarizar e educar; nos parece oportuno ressaltar que, a princípio, a Saúde se encontrava realmente em um contexto de escolarização, pois havia em seus preceitos os ideais de condicionar práticas higiênicas e de asseio pessoal na prevenção da disseminação de doenças proliferadas pela falta de higiene e saneamento existentes nas cidades. O contexto sem dúvida justificava as ações, a falta de estrutura sanitária, conhecimentos sobre as doenças e suas formas de transmissão eram fatores que tornavam as ações de saúde causas urgentes.

A mudança de hábitos diários e costumes da época eram questões que necessitavam de uma alteração drástica, conscientizar parecia ser um processo mais lento, neste sentido condicionar os hábitos parecia resolver o problema com maior agilidade e eficácia. Por este aspecto é que se justificavam as ações voltadas à Saúde na Escola.

“Eliminar atitudes viciosas e inculcar hábitos salutarres, desde a mais tenra idade. Criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a natureza infantil pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias. Eis as tarefas de que se deveria incumbir a escola primária, no contexto da reforma que redefiniu o eixo da política sanitária paulista, na década de 1920” (ROCHA, 2005).

Não só em São Paulo como no Rio de Janeiro a questão da “Higienização Escolar” fizeram-se presentes ao final do séc. XIX e início do séc. XX. Em geral a Educação em Saúde nas escolas brasileiras partiam desses modelos sanitaristas higiênicos e perduraram durante algumas décadas em nossas escolas. Nos anos quarenta, o surgimento da Organização Mundial da Saúde (OMS) e constantes discussões em relação à Saúde fizeram com que a visão do tema fosse se ampliando.

O Brasil da era Vargas passava por um momento de crescimento e expansão na área industrial, mesmo que tímido esse movimento influenciou a questão educacional do país que precisava atender as necessidades de uma nação que caminhava para o futuro da economia industrial do trabalho. O “cidadão brasileiro” tinha de se formar com aptidão para a vida e para o trabalho. A exigência de mão de obra qualificada e disciplinada fez com que a educação se voltasse para a formação de um sujeito saudável, disciplinado e capacitado para o trabalho. O sujeito “biopsicossocial” passa a ter uma leitura voltada ao trabalho e ao crescimento da nação.

Silveira (2000) descreve o universo das concepções de Saúde e Ensino em Saúde explícitas ou implícitas na área curricular da Secretaria de Educação de São Paulo, confrontando-as com as concepções registradas nos documentos legais que normatizaram o Ensino em Saúde, no período de 1931 a 1993. O conjunto destas concepções é confrontado com a maneira particular como as visões positivistas, funcionalista e dialética se posicionam quanto aos aspectos acima referidos, chegando-se a conclusão de que o Ensino em Saúde apresenta uma discrepância significativa entre o que preconiza o discurso legal e a prática docente nas escolas estaduais investigadas. Conclui que as reformas curriculares das duas últimas décadas assinalaram um avanço importante em relação aos discursos institucional anterior, principalmente no que se refere ao reconhecimento na natureza social do processo saúde-doença.

A preocupação em tornar o ambiente escolar em meio de disseminação de informações e hábitos sobre Saúde já despontava nos anos 70 com uma visão mais ampliada, seguindo a concepção de Saúde apontada pela OMS. A Faculdade de Saúde Pública de São Paulo criou neste período um curso de especialização para professores com formação em Pedagogia e Psicologia para que se tornassem especialistas em “Educação em Saúde na Escola” e determinava em seus princípios a necessidade de capacitar os jovens para a saúde nos anos 70. Neste momento já apresentavam uma forma mais ampliada de visão em relação à saúde e envolvia em suas abordagens questões de ordem

social e econômica no trato da saúde do aluno e da comunidade. Já demonstrava neste momento a importância de educar a comunidade como um todo, atribuindo à escola um papel fundamental no trabalho de desenvolvimento e promoção da saúde.

“...A escola deve estabelecer comunicação estreita com a comunidade onde está inserida, trazendo-a para participar de seu programa de saúde. Da mesma forma, deve participar ativamente dos programas de saúde da comunidade. Deve ser uma escola sem muros, totalmente aberta e atraente aos membros da comunidade...” (MARCONDES, 1972).

A Educação Física desde o princípio esteve envolvida no processo de Promoção da Saúde na escola através dos “Métodos Ginásticos” e mais tarde por meio do Esporte. O discurso higienista previa corpos saudáveis e aptos ao trabalho. As questões higiênicas são somadas ao bem estar físico e mental, afinal um indivíduo enfermo é mão de obra inapta ao trabalho, portanto sem valor para uma nação em “franca expansão”. Disciplinas como educação física e educação moral e cívica serviram de instrumentos para disciplinar e “educar” a população, afinal “corpos dóceis e disciplinados” eram mais fáceis de se controlar diante de um regime político militar.

Bracht (1999), relacionando a questão do corpo à da Saúde e disciplinarização na educação, coloca que esse entendimento de ser humano tem bases concretas na forma como o homem vem produzindo e reproduzindo a vida. Nesse sentido, o corpo sofre a ação, sofre várias intervenções com a finalidade de adaptá-lo às exigências das formas sociais de organização da produção e da reprodução da vida. Alvo das necessidades produtivas (corpo produtivo), das necessidades sanitárias (corpo “saudável”), das necessidades morais (corpo deserotizado), das necessidades de adaptação e controle social (corpo dócil).

O Autor caracteriza assim a questão das práticas corporais voltadas à higiene e disciplina, como sendo direcionadas a moldar o comportamento do

sujeito social, atendendo um interesse de controle e poder político governamental. Neste contexto a Educação Física serve de instrumento que parte do discurso higiênico dos corpos saudáveis e aptos para uma ação disciplinadora do comportamento tanto corpóreo como intelectual. Acrescenta o autor que a constituição da educação física, ou seja, a instalação dessa prática pedagógica na instituição escolar emergente dos séculos XVIII e XIX, foi fortemente influenciada pela instituição militar e pela medicina.

“A instituição militar tinha a prática — exercícios sistematizados que foram ressignificados (no plano civil) pelo conhecimento médico. Isso foi feito numa perspectiva terapêutica, mas principalmente pedagógica. Educar o corpo para a produção significa promover saúde e educação para a saúde (hábitos saudáveis, higiênicos)” (BRACHT, 1999)

As políticas públicas voltadas para a Saúde na escola nos anos 60 e 70 foram pautadas na prática higiênica e de aptidão física; neste prisma a Saúde era de responsabilidade do indivíduo, sua enfermidade era sua culpa. Toda a responsabilidade da doença era depositada nos ombros do cidadão, o estado se incumbia de dar informações de como não ser acometido por uma doença, independente da situação que este indivíduo se encontrasse em relação a alimentação, moradia, saneamento, trabalho e lazer. Cuidar da própria saúde era uma condição imposta através do discurso da responsabilidade, os conteúdos escolares tratavam de inculcar no consciente da população o seu dever de não ficar doente.

Neste cenário a Educação Física passa a ter destaque no projeto de nação que despontava para o grupo dos países em desenvolvimento. O Decreto-lei nº 705, de 25 de julho de 1969, estabeleceu, objetivos gerais destinados à Educação Física, segundo cada nível ou grau de ensino. Assim para o Ensino Primário as atividades físicas de caráter recreativo deveriam:

“... favorecer a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário, da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade...”

Os movimentos de Educação em Saúde na escola continuam a existir e receberam apoio e incentivo da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) a partir de 1994, quando se desenvolveu o programa - A Escola Promotora de Saúde, seguindo os princípios da promoção da saúde disseminados pelas Cartas de Promoção da Saúde (Ottawa, 1986).

Focesi e Torres (1999) indicam que a “Escola Promotora de Saúde” não pode ser vista apenas como um sistema muito eficiente para produzir educação, mas, como uma comunidade humana que se preocupa com a saúde de todos os seus membros: professores, alunos e pessoal não docente, assim como com todas aquelas pessoas que se relacionam com a comunidade escolar. Desta forma, todas as escolas podem potencialmente promover a saúde. A escola saudável deve então, ser entendida como um espaço vital gerador de autonomia, participação, crítica e criatividade dada ao escolar para que tenha a possibilidade de desenvolver suas potencialidades físicas e intelectuais. Mediante a criação de condições adequadas para a construção do conhecimento, recreação, convivência e segurança, e apoiada pela participação da comunidade educativa poderá favorecer a adoção de estilos de vida saudáveis e condutas de proteção ao meio ambiente.

A Promoção da Saúde em ambiente escolar tem sido objeto de estudo no decorrer da história da educação e alguns autores apontam para diferentes concepções na abordagem sobre o tema em épocas distintas. Contudo parece clara a visão de que a educação possui grande potencial transformador no comportamento de uma sociedade, neste sentido, pode-se considerar que toda

transformação que se pretende justa e democrática passa sem dúvida pela ação educacional escolarizada.

No início do século, a educação para a saúde se apresentava com fortes características sanitaristas e higienista, com o passar das décadas mantém esta forte tendência chegando a ser considerada conteúdo obrigatório no art. 7 da Lei Federal 5.692/71 com o objetivo de se estimular o conhecimento e a prática da saúde básica nas escolas brasileiras de 1º e 2º graus (Mohr, e Schall, 1992).

Candeias (1997) acredita que muitos são os princípios e os conceitos que fundamentam a prática da educação em saúde e da promoção em saúde. Sem cair em armadilhas reducionistas, a educação em saúde (não confundir com informação em saúde) procura desencadear mudanças de comportamento individual, enquanto que a promoção em saúde, muito embora inclua sempre a educação em saúde, visa a provocar mudanças de comportamento organizacional, capazes de beneficiar a saúde de camadas mais amplas da população, particularmente, porém não exclusivamente, por meio da legislação.

Promover saúde vem seguindo critérios cada vez mais amplos no que se refere ao seu entendimento, principalmente após os movimentos voltados para a promoção da saúde descritos na Carta de Ottawa. O discurso da prevenção também vem sendo questionado por apresentar características reducionistas nas abordagens em Saúde.

Os programas preventivos parecem não atender situações de uma realidade latente da nossa sociedade, principalmente em se tratando das questões que envolvem crianças, jovens e adolescentes nos temas, sexo, drogas ilícitas, álcool, tabagismo, etc.

A realidade dos jovens em relação a estes problemas não se resume mais a experimentar ou não, e sim, quando, de que forma, com quem, e em qual quantidade, portanto o discurso preventivo não tem obtido sucesso. Para esta

realidade social que enfrentamos faz-se necessário aproximações que consigam minimamente atender as situações de vulnerabilidade e abuso no uso ou nas práticas.

Os “especialistas” que tratam estas questões utilizam a expressão “redução de danos” em suas abordagens, demonstrando assim que prevenção já não consegue atender dada realidade e reduzir efeitos nocivos à saúde parece ser o caminho mais acertado. O próprio PCN Saúde já admite a questão das “Drogas” como algo que deve sem dúvida ser tratado como uma patologia social e não mais como algo a ser tratado como problema policial, o discurso de guerra às drogas já não cabe mais nas ações educacionais.

Leonello e L’abatte (2006) apontam que alguns equívocos nas determinações e nomenclaturas adotadas para as ações em saúde acabam suscitando sempre questionamentos, mesmo entre os especialistas da área existem controvérsias, não obstante a esta realidade os educadores do Ensino Básico demonstram ter dificuldades na implementação e encaminhamento de programas. Em estudo com alunos (4º anistas) do curso de Pedagogia, os autores observaram que estes não reconhecem o tema saúde e educação no currículo de formação dos Pedagogos, não encontrando no sentido da transversalidade dos conteúdos escolares subsídios para intervenções diretas ao tema proposto. Citam que quase a totalidade dos professores pesquisada reconhece sua importância no processo de educação para a promoção da saúde da população.

Segundo Catalán (2001), ao longo da história a educação em saúde era realizada de maneira autoritária, desenvolvida com caráter meramente impositivo, dando ênfase à prevenção como forma de se promover saúde. Esta visão, segundo o autor, ainda prevalece em alguns profissionais, entre eles, os da educação.

Alguns estudos em relação ao tema educação e saúde indicam pontos frágeis na implementação de programas de promoção da saúde em ambiente escolar, dentre eles se destacam a falta de preparo dos professores.

Os professores, quando se deparam com problemas de saúde dos seus alunos, encontram dificuldades para recorrer aos profissionais da área da Saúde (Ferriani e Ubeda, 1998).

Pereira (2003), em suas comparações dos métodos e abordagens pedagógicas cita que cada uma delas é produto e expressam uma representação de homem e de sociedade. Embora tenham sido apresentadas em uma sequência didática e, de certa forma, dentro de um eixo histórico, é importante lembrar que elas ainda coexistem em nossa realidade. Embora haja críticas a cada uma delas, é indiscutível que a prática educativa norteadas pela pedagogia da problematização é mais adequada à prática educativa em Saúde. Além de promover a valorização do saber do educando, instrumentalizando-o para a transformação de sua realidade e de si mesmo, possibilita efetivação do direito da clientela às informações de forma a estabelecer sua participação ativa nas ações de saúde, assim como para o desenvolvimento contínuo de habilidades humanas e técnicas no trabalhador de saúde, fazendo que este exerça um trabalho criativo.

Com a elaboração dos PCN's (1997), se estabelecem algumas orientações em torno do tema Saúde e Educação, tornando sua abordagem transversal diante das disciplinas escolares.

"A educação para a Cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Com isso o currículo ganha flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais. O conjunto de temas aqui propostos - Ética, Meio Ambiente, Pluralidade cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo:- recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para a sua inclusão no currículo e seu tratamento didático" (PCN's, 1997).

Diante deste cenário observamos que a escola, desde suas origens no país teve papel importante nas ações em Saúde, ora normatizando práticas e comportamentos, baseadas nos conhecimentos médico-higienistas, ora preocupadas em formar uma nação de jovens fortes e aptos ao trabalho, nesta missão atribuída à escola, coube em muitos momentos a Educação Física levantar e segurar esta bandeira.

6.4 - A Educação Física Escolar e a Promoção da Saúde

Já apresentamos neste trabalho questões históricas que vincularam a Educação Física ao pensamento Sanitarista do início do século XX. Atualmente a Promoção da Saúde em ambiente escolar tem assumido perspectivas que, ao menos no discurso, tem ampliado a visão de Saúde, até então difundida. Ao longo das últimas décadas a Educação Física acabou por consolidar-se em nossas escolas como a disciplina que cuida do movimento corporal. Guardadas as definições reducionistas que esta afirmação nos apresenta, e de fato esta tem sido uma atribuição recorrente, e colocando a disciplina como instrumento no processo de desenvolvimento e manutenção de um estilo de vida ativo em favor da qualidade de vida, cabe-nos neste momento refletir sobre algumas questões que permeiam este cenário de “Promoção de Saúde” através da E.F. Escolar.

A primeira questão que se coloca, caminha na discussão sobre o papel “utilitário” que se atribui a E.F. Escolar, quando da sua vinculação direta com a Promoção da Saúde. Discutem-se aqui quais os reais objetivos da Educação Física na Escola e que ações são desenvolvidas pela disciplina a habilitam como promotora da Saúde. Se esta concepção de “promotora da Saúde” estiver direcionada ao “fazer prático”, estaremos então assumindo o discurso dos programas ginásticos escolares do início do século passado, reduzindo a disciplina a um “fazer acrítico” a serviço de corpos adestrados. Se promover saúde implicar em desenvolver consciência crítica na escolha e seleção de práticas corporais culturalmente difundidas, faz-se então necessário uma revisão das

práticas, que vieram ao longo de décadas reproduzindo um conteúdo eminentemente esportivo acrítico e monocultural.

A situação que descrevemos pode ser melhor compreendida ao observarmos os programas que tentam vincular a E.F. com a Promoção da Saúde. Tomamos como exemplo o caso do “Programa Agita Galera”, não por acaso, pois este possui uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação há mais de uma década, estando presente e difundido amplamente na rede pública, e tem recebido consideráveis investimentos e espaço para a disseminação do projeto junto a nossas escolas, comparando-se a outros projetos que envolvem a Educação Física.

O Programa Agita São Paulo (precursor do Agita Galera) foi lançado pelo Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS), atendendo à solicitação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo de criar um programa para promover saúde por meio da atividade física.

Ao observarmos as ações do programa junto a nossas escolas, ficam claras as perspectivas pelas quais são vinculadas as ações em Saúde. O programa que tem por objetivo promover a disseminação da atividade física como hábito para uma vida saudável, tem utilizado a E.F. Escolar como instrumento de suas ações e justificativas para sua permanência como projeto nacional e estadual de Promoção da Saúde através da atividade física. Destacamos aqui sua perspectiva quantitativa em relação à Saúde, pois os dados que o justificam avaliam o impacto do programa mediante a coeficientes numéricos de participação e mobilização de indivíduos, assumindo o “sucesso do programa” de acordo com o número de participantes. Não é raro ouvir seus gestores enaltecerem o “sucesso” das dimensões numéricas alcançadas pelo programa com crianças em idade escolar, rendendo-lhes frutos nacionais e internacionais.

Além da posição da Secretaria Estadual de Educação em assumir como programa principal o famigerado “Agita”, somam-se a esta questão um

entendimento limítrofe de atividade física que se circunscreve ao conhecimento médico biológico em detrimento de uma visão sócio-cultural. Neste sentido Carvalho (2004) indica que o conceito de atividade física que predomina na atualidade e com o qual se trabalha, sustenta-se no referencial das ciências biológicas, que procura estudar a atividade física no seu sentido do "simples fazer" pelo "simples fazer", portanto descontextualizada da sua condição de manifestação cultural que caracteriza o conteúdo da Educação Física.

A visão da Promoção da Saúde através da Educação Física Escolar parece vincular a prática da atividade física a conquista de um estilo de vida saudável, para tanto a Educação Física que promove Saúde, passa nesta perspectiva, a ser aquela que tem práticas de atividades capazes de promover alterações metabólicas e comportamentais a ponto de tornar-se um hábito saudável. Esta perspectiva do desenvolvimento da aptidão física limita a compreensão de Saúde na Educação Física tornando-a uma questão individualizada.

Devide (2003) considera que além da aptidão física existem outras questões que influenciam a saúde individual e coletiva, que vem sendo ignoradas por parte dos professores de E.F, que tem raízes sociais e devem ser consideradas para que se amplie o entendimento do papel desta disciplina como veículo de promoção da Saúde, pois impede que o indivíduo desenvolva hábitos de vida saudáveis e estilos de vida ativos.

Farinatti (2006) indica que muitos estudos que defendem a prática regular de atividades físicas como método de prevenção e manutenção da Saúde, estão embasados em dados epidemiológicos, entretanto revelam uma certa ingenuidade, pois acreditam no exercício como uma panacéia para todos os problemas. Neste aspecto mantem-se uma visão simplista de que sendo mais ativo o indivíduo terá mais energia e menos doenças.

Neste discurso de Promoção da Saúde através de hábitos de vida mais ativa, a Educação Física toma como direção o sentido de práticas individualizadas,

que colocam nos ombros dos sujeitos a responsabilidade pela a manutenção destes hábitos.

Devide (1996) afirma que as críticas feitas à proposta de um estilo de vida ativo pela aptidão física relacionada à saúde, são: o reducionismo da saúde ao seu aspecto biológico; a individualização do problema centrado no aluno, que se torna responsável pelo desenvolvimento de sua aptidão e melhoria de sua saúde, contribuindo para o processo de culpabilização da vítima; o etapismo inerente aos conteúdos, dificultando o entendimento sobre o binômio exercício/saúde de forma ampliada, considerando-se outros aspectos além do exercício; e a reprodução da relação causal entre prática de exercício e a conseqüente melhoria da Saúde.

Diante dos fatos parece-nos evidente a relação que se construiu ao longo dos anos entre Educação Física / Estilo de vida ativo / Qualidade de Vida, sendo esta última uma das expressões mais utilizadas atualmente para justificar as Políticas Públicas voltadas à prática da Atividade Física.

Ao observarmos os objetivos do Projeto de Educação Física Escolar da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo encontramos a seguinte declaração:

A Educação Física desenvolvida na Secretaria de Estado da Educação, no Governo José Serra, está exercendo um importante papel para a melhoria da proposta de qualidade de vida da população de São Paulo. (SEESP,2009)

Esta perspectiva de “Qualidade de Vida” é atribuída à prática de atividade física desenvolvida pela Educação Física Escolar, mais uma vez vinculando seu valor como disciplina aos propósitos de uma concepção biológica de qualidade de vida.

Parece-nos claro e evidente o lugar e função atribuídos a Educação Física na Escola Pública Paulista, ou seja, cabe a disciplina cuidar do desenvolvimento e

manutenção de hábitos e práticas que promovam a Saúde através da atividade física, mesmo possuindo espaço e estrutura limitada para que isso ocorra.

Farinatti (2006) considera que as propostas que identificam a Educação Física Escolar com a aptidão física relacionada à Saúde, embora apontem avanços, permanecem fiéis a uma perspectiva biológica/epidemiológica, desconsiderando determinantes fundamentais como os sociais, econômicos e culturais.

Minayo et al (2000) indicam que co-existem várias concepções sobre o tema “Qualidade de Vida”, estes vão assumir significados diferentes de acordo com as Ciências que dele se apropriam. No âmbito da saúde, quando visto no sentido ampliado, ele se apóia na compreensão das necessidades humanas fundamentais, materiais e espirituais e tem no conceito de promoção da saúde seu foco mais relevante. Quando vista de forma mais focalizada, qualidade de vida em saúde coloca sua centralidade na capacidade de viver sem doenças ou de superar as dificuldades dos estados ou condições de morbidade.

Ao buscarmos os significados expressos na relação Educação Física Escolar e Promoção da Saúde, nos deparamos com o determinismo reducionista da aptidão física como fator preponderante de Saúde e Qualidade de Vida. Carvalho (2004) situa a questão das práticas da Educação Física Escolar em relação ao conteúdo, considerando que na escola, fazer Educação Física tem um objetivo muito claro, o qual é, desenvolver a “aptidão física”. Essa postura de fixar única, exclusiva e excludentemente essa tarefa para a Educação Física Escolar deixou de lado o conhecimento que esse campo de atuação e investigação construiu, sua história, seu conteúdo, que transcendem o fazer. E aqui surge outra questão: a dicotomia entre teoria e prática.

Consideramos até o momento questões que perpassam a Educação Física Escolar, em seu papel como disciplina, como prática de promoção da Saúde e da Qualidade de Vida em seu aspecto transformador.

Imbuídos deste espírito pesquisador, disposto a desbravar a complexidade das relações dos saberes e práticas construídos historicamente, é que analisaremos os dados oferecidos pelos professores (atores principais) que participaram deste projeto, relacionando em muitos momentos a toda trajetória percorrida pela Educação Física desde sua inserção em nossas escolas.

7 - Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho teve por princípio lançar mão de recursos que fossem capazes de não somente levantar informações, mas de possibilitar meios para análises que ampliassem o olhar proporcionado pelos modelos convencionais de pesquisa. Pretendemos assim alargarmos as possibilidades de leitura dos dados obtidos na pesquisa por considerarmos de fundamental importância para tecermos nossas considerações sobre o tema proposto.

Trata-se de uma pesquisa de perspectiva qualitativa ao direcionar-se as concepções e reflexões das práticas cotidianas de Professores de Educação Física do Ensino Fundamental, e quantitativa na tabulação dos dados fornecidos pelos documentos e instrumentos que fizeram parte deste trabalho.

Adotamos em nosso trabalho o método qualitativo na perspectiva de Minayo (2008), que o define como o método que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Investimos nossos esforços nesta linha metodológica por considerar sua abrangência e potencial em abarcar as situações vividas no cotidiano de nossas escolas e seus professores. Diante da complexidade das relações estabelecidas no processo ensino-aprendizagem em Educação Física Escolar ao relacionar-se com a Promoção da Saúde, parece-nos o caminho metodológico mais adequado para atender nossos anseios como pesquisadores. Minayo (2008) considera que este tipo de método que tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupo particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

Ao focarmos esta pesquisa nos sujeitos envolvidos no processo analisado, abrimos caminhos para suas manifestações, colocando-os diante de questões que remetem à reflexão de suas próprias concepções, princípios e significados.

Parece-nos, portanto, fundamental fazermos uso de recursos que sejam capazes de ler e interpretar estas situações, na tentativa de reduzir o risco de traçarmos uma análise técnica, fria e desprovida de um olhar ampliado das questões.

Considerando como elementos da pesquisa, as concepções, ações e reflexões sobre as práticas cotidianas na Promoção da Saúde, voltamos nosso olhar para os sujeitos envolvidos diretamente na questão que fundamenta nosso trabalho, e neste cenário assumem o papel de atores principais da história a ser contada.

Ao retratarmos o quadro que permeia o processo, precisamos de instrumentos que sejam capazes de “desenhar” linhas tão delicadas, sinuosas e complexas, que correriam o risco de passar despercebidas, na “imagem” que se forma ao longo do tempo, caso não utilizem as ferramentas adequadas.

“Não se diz que a pintura é o retrato da realidade. É uma dentre muitas possíveis imagens onde o autor introduz métodos e técnicas, mas onde predomina sua visão sobre o real” (MINAYO,2008)

7.1 - Instrumentos de Pesquisa

Para atender o objetivo deste estudo em seus aspectos qualitativos e quantitativos adotamos em nosso trabalho o uso da pesquisa empírica através de questionário de perguntas abertas e fechadas aplicado junto aos professores somado ao recurso da análise documental de Guias, Propostas Curriculares e Legislações que tratam o escopo do trabalho.

7.2 - Análise Documental

Selecionamos dois momentos distintos de coleta de dados para descrever aspectos históricos da inserção da Educação Física no Ensino Fundamental e das Reformas Curriculares; as Políticas Públicas de Educação Física Escolar e as Políticas Públicas de Saúde e Promoção da Saúde

Para a elaboração do nosso referencial teórico foram analisadas além das obras que julgamos necessárias para compor nossa argumentação, documentos Públicos Estaduais e Federais e dentre estes destacamos:

- ✓ Guias e Propostas Curriculares para a Educação Física do Estado de São Paulo , partindo da sua primeira publicação em 1975 até a mais recente publicação de 2008 da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEESP).
- ✓ Parâmetros Curriculares Nacionais, MEC - 1997.
- ✓ Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais – Saúde MEC - 1997.
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso Superior de Educação Física – MEC – 2004.
- ✓ Política Nacional de Promoção da Saúde – Ministério da Saúde - Brasil - 2005.
- ✓ Dentre outros Decretos e Legislações que foram necessários para contextualizar nossas discussões.
- ✓ Dentre outros documentos descritos no decorrer deste estudo.

Para analisarmos estes documentos lançamos mão do recurso metodológico de análise de conteúdo. Neste sentido partimos da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin que a define como sendo um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas Mensagens (Minayo, 2008, apud Bardin)

Construímos em nosso trabalho quadros de análise que visaram organizar e interpretar as informações e dados coletados durante a pesquisa. Para os questionários, focamos nossas análises partindo das ações, concepções e perspectivas dos professores quanto ao tema Promoção da Saúde na Educação Física Escolar e seus desdobramentos na prática cotidiana.

Nos documentos analisados observamos e registramos: concepções, abordagem e significados atribuídos às ações que direcionaram suas propostas e intervenções em relação à Saúde e a Promoção da Saúde. Os significados e representações demonstrados nestes documentos serviram para compor a compreensão do cenário em que estão envolvidos os sujeitos da nossa pesquisa.

Minayo (2008) considera que do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material e que para isso, geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e a articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psico-sociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem. Esse conjunto de movimentos analíticos visa dar consistência interna às operações.

Por se tratarem de documentos que tiveram suas publicações em diferentes administrações públicas do Estado de São Paulo, houve grande dificuldade em encontrar Guias, Propostas e Subsídios. Estes documentos tendem a serem desprezados por diferentes administrações, mostrando um caráter político dos ideais constantes nas obras. A idéia de que a cada nova Proposta, a anterior torna-se ultrapassada, faz com que Escolas e professores descartem os documentos mais antigos. Foram raros os exemplares encontrados nas escolas e seus professores referiam-se as antigas propostas geralmente pela cor da capa da publicação. O exemplo mais marcante é o do Guia Curricular para a Educação do Estado de São Paulo, conhecido vulgarmente como “Verdão”, uma referência a cor da capa da publicação.

Os documentos utilizados para análise das Propostas Curriculares da Educação Física Paulista, em sua maioria estão disponíveis no “Centro de Referência Educacional Mario Covas”, que dispõe de um acervo de documentos históricos da Educação Paulista e Brasileira. Para utilização deste acervo foi

necessário realizar um agendamento prévio e aguardar autorização de visita, pois o Centro não funciona como biblioteca pública.

Para compor nossa catalogação e consulta de documentos recorreremos as bibliotecas de escolas e da Diretoria de Ensino Centro-Oeste. Foi necessária uma grande busca para encontrar tais documentos. Geralmente estas publicações estão guardadas em depósitos ou já foram descartadas. Os bibliotecários afirmam que existe uma orientação para que estes documentos “velhos”, que não são mais adotados sejam descartados e permaneçam expostas somente as últimas publicações. O espaço limitado das bibliotecas escolares e a falta de consulta dos professores favorecem este procedimento. Outra característica destes documentos é que trazem impressos marcas (símbolos e logotipos) de uma administração pública e equipe técnica de desenvolvimento. Geralmente com a mudança de Governo descarta-se todo e qualquer publicação que faça referência a administração anterior. Esta cultura de “desprezo ao antigo” ou produzido por outra administração dificultou de certa forma a busca de informações sobre as publicações.

7.3 - Levantamento empírico de dados junto aos professores de Educação Física

Num primeiro momento pensamos em entrevistar professores para obter dados relativos ao perfil pessoal e compreender a relação Promoção da Saúde e Educação Física Escolar em suas concepções e ações. Nossa oportunidade era uma reunião de professores que se realiza mensalmente para discutir os jogos estudantis ocorrido na Diretoria Regional de Ensino. Foi-nos concedido um espaço pelo Assistente Técnico Pedagógico de Educação Física desta Diretoria para que realizássemos nossa entrevista.

Mesmo diante do “espaço oferecido” pelo Professor responsável, ficou evidente a atitude de pressa em responder as questões, pois estes professores continuariam a discutir outras questões referentes à Olimpíada Colegial. “Nossa escolha foi infeliz”, assumimos aqui a inexperiência. Neste momento seriam

entrevistados 12 professores, mas diante da reação de alguns, nossa intenção teve de ser desconsiderada. Defronte a dificuldade lançamos mão do questionário de perguntas abertas e fechadas como instrumento empírico.

Minayo (2008) indica que a entrada em campo deve prever os detalhes o primeiro impacto da pesquisa. Ou seja, merece preparação o processo de como descrevê-la aos interlocutores, como os investigadores se apresentam, a quem se apresentarem por meio de quem.

Como todo processo de pesquisa é também uma aprendizagem contínua, seguimos firmes em nosso propósito apoiados na concepção de Minayo considerando que, o investigador precisa trabalhar com liberdade e inteligência para reconhecer as diferentes técnicas como guias e exemplos, para ser capaz de criar outras ou prescindir delas, quando se tornam obstáculos, lembrando-se sempre de que investigar é um labor científico e não apenas um tecnicismo. A dialética entre técnica e criatividade é o tempero da boa pesquisa.

Superando os “obstáculos encontrados”, redefinimos nossa estratégia para o levantamento de dados. Neste momento adotamos os contatos via telefone com as escolas e seus professores e, devidamente autorizados, começamos nossas visitas às Escolas Estaduais da Diretoria Regional de Ensino Centro-Oeste.

Os professores que participaram desta pesquisa atuam no segmento do Ensino Fundamental de Escolas Públicas Estaduais da Diretoria Regional de Ensino Centro-Oeste. Segundo dados da Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo (COGSP), as escolas desta Diretoria estão circunscritas às regiões Oeste, Centro-Oeste, Sul e Centro-Sul da Capital Paulista. Possuem diferentes realidades em relação ao público atendido e aos determinantes sócio-econômicos das comunidades onde estão inseridas, portanto estas escolas localizam-se geograficamente em Bairros de Classes Econômicas “A”, “B”, “C”, “D” e “E”.

Para termos uma idéia dos contrastes oferecidos pela localização das Escolas, esta Diretoria possui Unidades Escolares na Vila Nova Conceição e

Moema – Bairros Classe “A” e “B” na região Centro-Sul e Escolas em Bairros Classes “D” e “E” - COHAB Raposo Tavares e Jardim Peri-Peri - extremo oeste da Cidade de São Paulo. Vale lembrar que as Escolas situadas nos Bairros de melhores índices sócio-econômicos atendem a um público vindo geralmente de outras regiões da cidade. Estes exemplos são chamados de “Escolas de passagem”, pois refletem um fenômeno que apresenta uma característica própria. Em geral seus alunos não são residentes nos bairros onde as escolas se localizam. Atribui-se a este processo o fato dos pais destes alunos trabalharem na região onde se localizam estas escolas ou por considerarem que escolas de “bairros melhores” , “também são melhores”, sofrendo menos influência das condições sociais desfavoráveis que seus bairros de origem apresentam.

A Diretoria de Ensino Centro-Oeste foi avaliada no último SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) disponível na página eletrônica oficial da SEESP, como a melhor Diretoria da Grande São Paulo, suas escolas apresentaram os melhores índices de aproveitamento e rendimento em relação à Alfabetização e Conhecimentos Matemáticos. Invariavelmente suas Escolas de Ensino Médio estão entre as primeiras colocadas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Por possuir Escolas em Bairros de situação sócio-econômicas favoráveis, existe uma grande demanda de Professores em busca de aulas. Este fato contribui para que as Escolas mais centralizadas disponham de Professores “efetivos” (aqueles que possuem cargos aprovados em concurso público), que possuem maior número de pontos na carreira e maior tempo de atuação no Ensino Público. Este perfil também se reflete no índice de faltas dos Professores (Problema crônico em nossas Escolas Públicas), pois esta Diretoria apresenta o menor índice de ausências por dia/aula de Professores da Capital.

O perfil das escolas desta Diretoria também tem sido motivo do destino de alunos provenientes de Escolas Particulares, vítimas do achatamento orçamentário que suas famílias de classe “B” e “C” tem sofrido, conforme relato de professores e Diretores da rede. A impossibilidade das famílias manterem seus filhos em Instituições de Ensino Privado tem provocado um processo de migração

destes alunos de Escolas Particulares para as Escolas Públicas nos Bairros de melhores índices sócio-econômicos.

Podemos considerar então que os Professores que atuam nestas Escolas possuem uma situação um “pouco mais favorável” do que os que se encontram em outras Diretorias. Os aspectos referentes à localização, origem dos alunos atendidos, comprometimento dos Professores que permanecem mais tempo na mesma Escola, entre outros fatores, parecem contribuir para este quadro favorável.

Não nos deixando iludir pelos índices, consideramos que estas Escolas, de forma geral apresentam os mesmos problemas das outras Escolas Públicas do Estado, mas talvez com menor incidência. Não podemos deixar de considerar que se tratam de Escolas Públicas que sofrem de problemas crônicos e refletem a realidade das comunidades que atendem.

De certa maneira seus Professores não demonstram ser privilegiados por atuarem em Escolas “menos desfavorecidas”, ao contrário, parecem é ter uma visão crítica mais apurada dos problemas que assolam o Ensino Público. Por estarem atuando efetivamente há mais tempo no Ensino, demonstram certa incredulidade em projetos e programas desenvolvidos nos órgãos superiores. Suas atitudes perante as propostas e programas desenvolvidos pela SEESP são sempre acompanhadas de um questionamento fundado na experiência profissional de anos de trabalho neste segmento. Existe portanto uma certa resistência em aceitar algumas ações propostas como “inovações no trabalho” pedagógico, ficando sempre a ressalva de que tais inovações invariavelmente partem de determinantes que desconsideram a realidade escolar. É neste cenário que buscamos nossos colaboradores nesta pesquisa.

De início pretendíamos aplicar o questionário para 35 professores. Apesar dos obstáculos que enfrentamos conseguimos o retorno participativo de 28 professores que nos receberam em suas escolas.

Um pouco temerosos pela primeira inserção frustrada em nossa pesquisa, nos cercamos de um certo cuidado quanto a apresentação e justificativa de nossa

presença no ambiente de trabalho destes professores. Temíamos criar a expectativa de “avaliação” do trabalho do professor, algo nem sempre bem-vindo. Para nossa surpresa a recepção foi mais acolhedora do que o esperado. Os professores nos receberam prontos a participar da nossa pesquisa, demonstrando uma certa satisfação em participar e ter a possibilidade de expor suas idéias. Obviamente nossas conversas não se limitaram às questões da pesquisa. Os professores, principalmente os mais jovens demonstraram grande interesse nas expectativas de um processo de formação continuada, deixando-nos clara a carência por mecanismos que possam integrar os conhecimentos desenvolvidos na Universidade com a realidade da Educação Física Escolar.

Diante desta “carência de informações”, os professores mostraram-se abandonados pelas Políticas Públicas Estaduais no que se refere à Educação Física. Comuns foram as argumentações que descreveram um descaso dos órgãos centrais quanto às questões da Educação Física.

Frente a estas e de outras questões observamos tamanha dedicação e preocupação dos professores que acabam agindo além dos limites da sua disciplina. Envolvem-se invariavelmente com os problemas da Escola como um todo. Demonstram um perfil pró-ativo e estão sempre envolvidos em eventos e projetos da escola.

Os participantes da pesquisa responderam a nove questões, divididas entre abertas e fechadas, que versaram sobre os temas Saúde, Promoção da Saúde e Educação Física Escolar. As questões foram elaboradas solicitando dos pesquisados uma sequência de informações e reflexões sobre ações e concepções de Saúde e Promoção da Saúde em suas Escolas e nas aulas de Educação Física. Tentamos alcançar com nossas questões o sentido mais ampliado da relação estabelecida entre Educação Física Escolar e Promoção da Saúde, fazendo com que os professores refletissem suas próprias práticas.

Diante dos dados levantados em nosso estudo partimos para a análise e observação dos resultados.

8 - Resultados e Discussão

Chegamos ao ponto do estudo onde realizamos a tabulação e classificação dos dados obtidos no levantamento empírico junto aos Professores de Educação Física, considerando seu perfil, suas concepções e ações na Promoção da Saúde em ambiente escolar.

8.1 – Perfil do Sujeito

Ao considerar o objetivo deste estudo analisamos os resultados partindo da descrição do perfil dos Professores pesquisados neste trabalho. Os professores que participaram desta pesquisa atuam no segmento do Ensino Fundamental de Escolas Públicas Estaduais da Diretoria Regional de Ensino Centro-Oeste no Município de São Paulo. As tabelas abaixo ilustram parte do perfil dos professores participantes desta pesquisa.

Tabela 1 – Distribuição por faixa etária			
20 - 29 anos	30 - 39 anos	40 - 49 anos	50 anos ou +
6	7	9	6
21,43%	25%	32,14%	21,43%

Tabela 2 – Distribuição dos sujeitos por sexo	
Masculino	Feminino
42,84%	57,16%
12	16

Tabela 3 - Distribuição por tempo de atuação em Educação Física Escolar				
até 5 anos	de 06 a 10 anos	de 11 a 20 anos	de 21 a 30 anos	+ de 31 anos
8	6	7	5	2
28,57%	21,43%	25%	17,86%	7,14%

Tabela 4 - Distribuição dos sujeitos por ano de conclusão do Curso Superior em Educação Física			
1974 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 em diante
5	7	8	8
17,86%	25%	28,57%	28,57%

Dentre aqueles que informaram possuir formação complementar, descrevemos em seguida o tipo de formação as quais os professores se referiram. Classificando as alternativas apresentadas em Pós-Graduação (Mestrado ou Doutorado), Especialização, Extensão e não possuidor de formação complementar.

Tabela 5 - Distribuição dos sujeitos por tipo de formação complementar			
Pós-Graduação (Mestrado ou Doutorado)	Especialização	Extensão	Não possui formação complementar
2	10	9	7
7,14%	35,72%	32,14%	25%

Tabela 6 – Distribuição dos sujeitos por tipo de Instituição de formação Superior	
Instituições Privadas	Instituições Públicas
24	4
85,68%	14,32%

Como descrição do perfil dos sujeitos da pesquisa notamos que existe uma prevalência de participantes com idade acima dos trinta anos, com pequena superioridade numérica feminina, atuando em média a mais de seis anos na Rede Pública Estadual, possuindo algum tipo de formação complementar e oriundos em sua maioria de Instituições de Ensino Privadas.

Como características gerais consideramos que o tempo de experiência profissional (atuação em Educação Física Escolar) e o tempo de formação têm como característica um perfil específico de profissionais que foram formados, em sua grande maioria, em currículos de Graduação em Educação Física dos anos de 1970, 1980 e 1990, com uma menor incidência de sujeitos formados nos anos 2000. Nossa observação justifica-se por considerarmos as diferenças e mudanças sofridas pelo currículo de formação Superior em Educação Física ao longo das três últimas décadas. Nota-se também as grandes contribuições que os PCN's trouxeram na concepção de conteúdos e estratégias para a Educação Física Escolar e suas influências no currículo de formação dos professores. Podemos considerar que as concepções de Transversalidade, Pluralidade Cultural e a determinação de novas dimensões no desenvolvimento do processo ensino-

aprendizagem foram incorporadas sobretudo após a publicação dos PCN's em 1997. Espera-se a partir deste período um professor com uma visão mais ampliada das questões da Educação Física Escolar.

Não se trata aqui de definir e criar uma divisão entre professores e sua formação. É importante lembrar que tais “inovações” propostas pelos PCN's já habitavam, talvez com menor ênfase, os Guias e Propostas Curriculares para a Educação Física. Afirmar então que existe uma diferença substancial é apenas uma expectativa observável, mas que vale a observação.

Ressaltamos a experiência profissional, por considerarmos que a aplicação de conceitos e “ideologias pedagógicas” de alguma forma já se colocou à prova na prática destes professores, que respondem nossas questões com uma aproximação mais realista das ações desenvolvidas pela Educação Física Escolar.

Os professores participantes da pesquisa foram submetidos a um questionário de perguntas abertas e fechadas no intuito de traçarmos um quadro de ações e concepções que nos possibilitassem uma análise, aproximando seus conceitos e práticas ao tema Promoção da Saúde na Educação Física Escolar. As respostas oferecidas foram organizadas em blocos de interesse destacando perspectivas e concepções suscitadas pelas perguntas.

As questões apresentadas aos professores foram organizadas em três perspectivas sobre a Promoção da Saúde em sua relação com as ações e concepções no Ensino Fundamental.

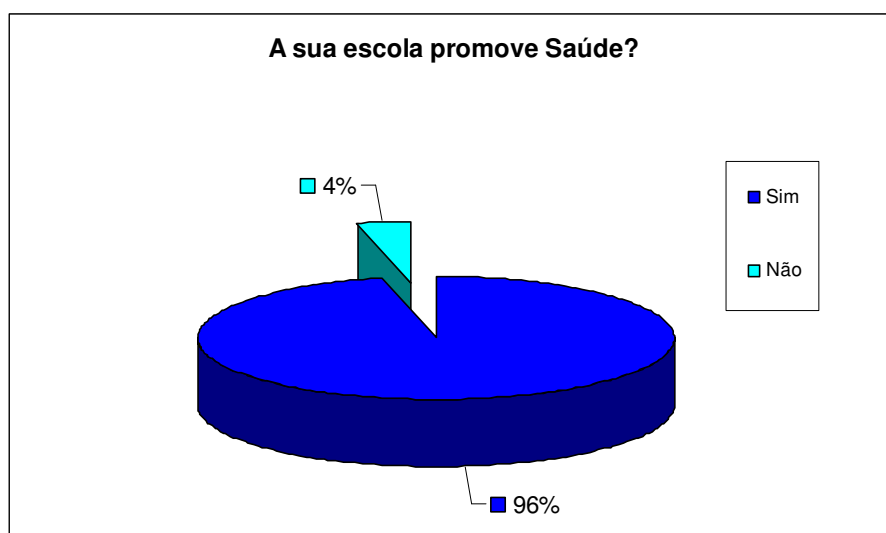
- ✓ A primeira perspectiva direciona o olhar do Professor de Educação Física para a **Promoção da Saúde e a Escola**.
- ✓ A segunda perspectiva segue na direção do olhar do Professor sobre a **Educação Física Escolar e a Promoção da Saúde**.
- ✓ Como terceira perspectiva focamos a visão do Professor sobre sua **formação para atuar na Promoção da Saúde**.

Apresentamos a seguir os dados que surgiram como resultados das perguntas do Bloco de Interesse sobre a **Escola e a Promoção da Saúde**:

8.2 – Questões do bloco de interesse - Promoção da Saúde e a Escola

A primeira questão apresentada aos sujeitos define um ponto de partida para as demais questões da pesquisa. Neste momento observa-se a visão deste Professor de Educação Física sobre sua Escola em relação à Promoção da Saúde.

Figura 1 – Promoção da Saúde e a Escola



Diante deste gráfico podemos observar que os professores apresentam, de forma quase que unânime, a idéia de que suas escolas são promotoras da Saúde, considerando o ambiente escolar como um espaço favorecedor para esta ação. Esta afirmação tornou-se quase censo comum entre os professores, as dúvidas em afirmar que este ambiente promove Saúde, se deram por questionamentos quanto a estrutura da escola e tempo destinados às aulas.

Em seu olhar sobre a escola, questionamos os professores sobre como este processo se desenvolve, observando a relação entre as demais disciplinas escolares e o envolvimento em programas e projetos desenvolvidos neste ambiente em favor da Promoção da Saúde.

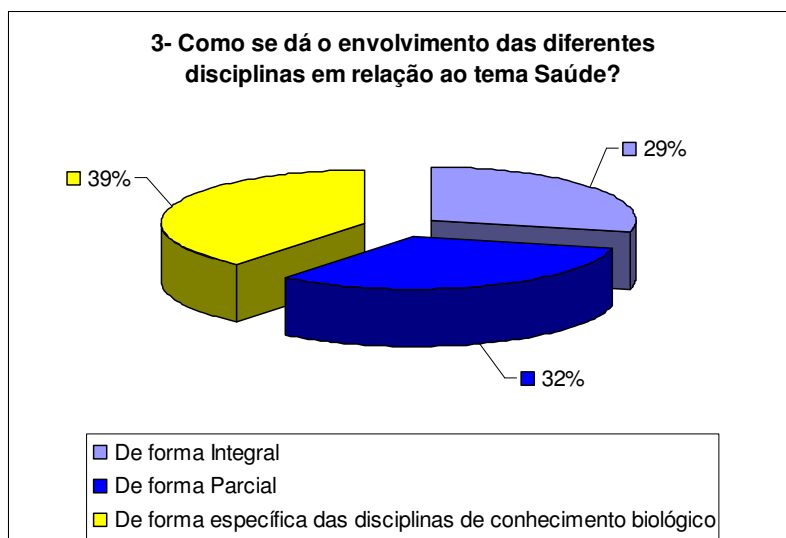
Parte dos resultados das afirmações dos professores vem de uma questão aberta, que organizamos sob três pontos de vista para analisá-las.

Ao descrever como o processo se desenvolve na escola os professores apontam em direções diferenciadas.

- ✓ **Grupo da Atividade Física** – este grupo, com menor número de indicações, considera que o processo pelo qual a escola promove Saúde está diretamente vinculado ao “praticar atividades físicas na escola”.
- ✓ **Grupo da teorização das aulas de Educação Física** – com considerável participação, este grupo afirma que a escola Promove Saúde quando se teoriza as aulas de Educação Física, informando sobre conhecimentos anatômicos, fisiológicos, sobre nutrição e higiene.
- ✓ **Grupo da Informação em Saúde** – com maior incidência estão os professores que acreditam que a escola Promove Saúde quando realiza palestras preventivas, campanhas de vacinação, sobre higiene, saúde bucal, entre outras.

A figura abaixo reflete como se dão as ações diante das diferentes disciplinas escolares na abordagem do tema Saúde na visão dos Professores de Educação Física.

Figura 2 – Envolvimento das disciplinas escolares em relação ao tema Saúde



O sentido desta questão, surge do nosso interesse em compreender as ações em relação à Saúde, desenvolvidas e principalmente propostas pela escola em seu Projeto Político Pedagógico e na prática das disciplinas. Partindo do pressuposto de que o tema Saúde vem sendo tratado de forma “Transversal”, principalmente após a publicação do PCN’s (1997), que deu esta interpretação pedagógica ao assunto, consideramos relevante observar a relação “disciplinar” entre as várias áreas sob a perspectiva dos professores de Educação Física , a fim de compor o quadro de visão sobre a escola em suas iniciativas na Promoção da Saúde. O resultado apresentado pela questão, nos indica uma parcialidade entre as formas de abordagem do tema Saúde, quanto sua apresentação disciplinar. A prevalência das ações vinculadas as disciplinas de conhecimentos biológicos e a indicação de uma abordagem parcial, nos indicam que o tema ainda não atingiu a “Transversalidade” proposta.

Dispusemos aleatoriamente temas relacionados à Saúde que vem sendo desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, consultados na página eletrônica da Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (CENP), observando para tanto aqueles que receberam destaques nas páginas do sitio eletrônico oficial da SEESP. Solicitamos aos professores que indicassem os temas mais desenvolvidos em suas escolas e organizamos os dados na tabela a seguir. O desenvolvimento de temas relacionado à Saúde de certa forma indica a forma com a qual a escola e seus professores os têm trabalhado. Existem inúmeros programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e variam entre ações da própria Secretaria e parcerias com outras instituições. Estes projetos possuem os mais variados temas, tentamos então oferecer um elenco de exemplos mais evidenciados nos projetos da Secretaria de Educação confrontando-os com as observações e opiniões dos Professores de Educação Física.

Observa-se aqui, que neste momento temos um olhar de Professores de Educação Física sobre sua própria escola.

Tabela 7 – O desenvolvimento do tema Saúde na Escola

4 – Quais os principais temas relacionados à Saúde são tratados pela sua Escola? Classifique-os numa escala onde (1) é o mais abordado, (2) eventualmente abordado e (3), raramente abordado.				
Tema	1	2	3	total
Atividade Física	19	4	5	28
Violência	15	10	3	28
Nutrição	15	7	6	28
Higiene Pessoal	14	9	5	28
Saúde Bucal	14	5	9	28
Drogas	11	8	9	28
Obesidade Infantil	11	8	9	28
Coleta seletiva de lixo	8	8	12	28
DST's	8	4	16	28
Campanhas contra a Dengue	6	9	13	28
Campanhas de Vacinação	6	8	14	28
Gravidez precoce	6	5	17	28
Poluição Sonora	0	9	19	28

Ao questionarmos Professores de Educação Física sobre como sua escola promove Saúde, de certa maneira estes revelam como compreendem seu papel neste cenário. Em nosso referencial teórico pudemos observar a luta histórica da Educação Física para firmar-se como disciplina escolar. Sua prática foi, e ainda é, vinculada à questão da Saúde com todas as implicações e desdobramentos que o tema suscita. Nas questões que realizamos anteriormente, sem apresentar exemplos de temas relacionados à Saúde, os professores, em sua grande maioria, acabaram por apontar programas e campanhas desenvolvidos na escola sem sua participação direta. Foram lembradas as campanhas de Saúde Bucal, Vacinação, Combate a Dengue, sobre o consumo de Drogas, entre outras.

Ao se deparar com uma relação de temas possíveis de serem desenvolvidos na escola, os professores de educação física acabaram por eleger a “Atividade Física” como uma das ações mais realizadas em relação ao tema Saúde. Nota-se que na sequência de temas desenvolvidos estão a Violência, a Nutrição e a Higiene pessoal. Se observarmos as funções e objetivos atribuídos a

Educação Física Escolar ao longo das últimas décadas, encontraremos um fundamento lógico para esta ordem de importância dos temas.

Traçando um paralelo entre as idéias, notamos a semelhança das preocupações da disciplina com uma “suposta” ação da escola. Violência – Disciplina, Nutrição – Combate à obesidade e manutenção do peso corporal, higiene pessoal – asseio e cuidados com o corpo, estas ações atribuídas à escola parecem estar muito mais relacionada a um papel da Educação Física em relação à Saúde do que propriamente a uma ação da Escola como um todo.

Se as respostas nos deixam dúvidas quanto às ações da Escola e da Educação Física, e até que ponto, existe ou não, uma distinção nestas ações, os professores demonstram estarem certos de que a Educação Física é fundamental neste processo. Gostaríamos de poder afirmar que a preocupação apresentada pelos professores e pelas escolas em relação aos temas Atividade Física, Violência, Nutrição e Higiene, parte de uma visão mais ampla de Saúde, contudo se o fizermos estaremos sendo no mínimo ingênuos. Em suas argumentações os professores indicam uma preocupação muito grande com o cotidiano e funcionamento da escola. As idéias e concepções embutidas nos temas são invariavelmente relacionadas com as questões do comportamento dos alunos neste ambiente.

Temos então uma preocupação com a atividade física, (representada pela participação dos alunos durante as aulas de Educação Física), a Violência (Comportamento dos alunos e problemas disciplinares na escola), a Nutrição (Hábitos alimentares demonstrados na escola) e a questão da Higiene (representados pela preocupação com a higiene pessoal, lavar as mãos, tomar banho e usar roupas limpas, de preferência o uniforme escolar).

Distantes ainda de uma perspectiva social mais abrangente os professores seguem afirmando a importância do tema na escola e na Educação Física. Infelizmente em nossas análises não conseguimos observar indícios de uma visão

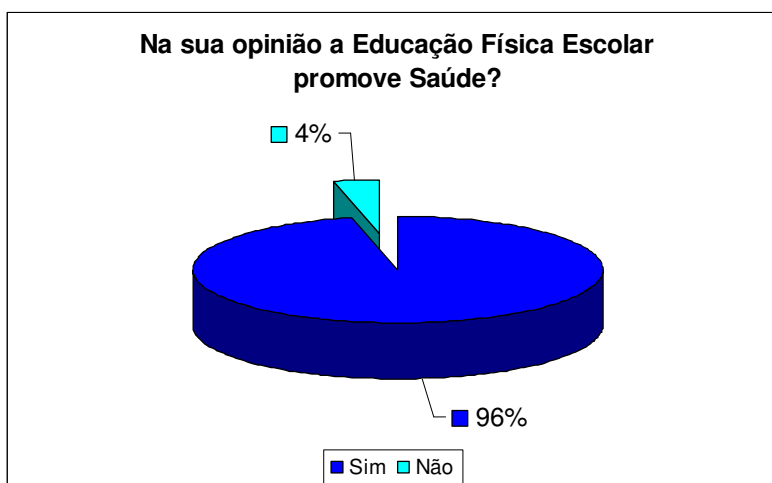
de Saúde que ultrapassasse os muros da Escola. Embora cientes de que nossos questionamentos partiram deste cenário e dadas as novas perspectivas de Saúde pós – PCN's, esperávamos talvez encontrar indicações de uma ação para além dos muros, algo que não se confirmou.

8.3 - Questões do bloco de Interesse - Educação Física Escolar e Promoção da Saúde

Neste bloco direcionamos nossos questionamentos no sentido de obtermos respostas sobre como os professores planejam, identificam, selecionam e justificam conteúdos e ações para a Promoção da Saúde na Educação Física Escolar.

Partimos então da confirmação do potencial da Educação Física Escolar em Promover Saúde na opinião dos professores.

Figura 3 – Educação Física Escolar e Promoção da Saúde.



Quase como um efeito lógico das concepções partilhadas pelos Professores, a crença de que a Educação Física Escolar Promove Saúde se consolida inquestionavelmente em suas opiniões.

Diante das já declaradas idéias a respeito da Saúde na Escola e do papel relevante da Educação Física neste processo, esta resposta nos leva a acreditar que a Saúde é promovida em ambiente escolar através da prática da Atividade Física e de informações veiculadas em palestras e aulas teóricas das diversas disciplinas. Para compreendermos melhor este quadro, questionamos os Professores sobre a maneira pelas quais a Educação Física Promove Saúde e em que momento de sua aula este professor identifica uma ação voltada a Promoção da Saúde.

As respostas nos apontam para duas perspectivas distintas:

- ✓ **Conscientização** - A primeira perspectiva é a que se refere a uma conscientização do aluno sobre as questões da Saúde através de aulas teóricas e palestras, indicando em alguns casos o início das aulas práticas e aulas teóricas sobre educação física como um momento de Promoção da Saúde, expressas em afirmações como estas:
 - *“Promove, através dos momentos de reflexão no início e ao final da aula”*
 - *“No início com conversas com os alunos e conscientização da importância da atividade física”*
 - *“Na parte da conscientização do indivíduo”*
 - *“Nas aulas teóricas quando trato dos temas mais relacionados à saúde, e na prática também”*

- ✓ **Prática da Atividade Física** - A segunda perspectiva, apresentada, é a que parte da atividade física para identificar uma ação promotora da Saúde, considerando as ações realizadas durante as aulas, como um momento voltado à Promoção da Saúde, indicadas em afirmações como estas:
 - *“Quando utilizo a execução de exercícios, aquecimento, no desenvolvimento de movimentos ginásticos, postura, ou quando avalio sua condição física”*

- *“Em toda aula, mas principalmente a rotina de fazer aquecimento com a utilização de alongamentos. O incentivo, a orientação dos exercícios, criar rotina, disciplinar o aluno”*
- *“Todo o trabalho deve ser orientado à Saúde, durante todo o trabalho físico da aula, através de exercícios e esporte”*

Ao identificarmos o momento da aula onde o professor reconhece uma ação voltada à Promoção da Saúde, busca-se compreender de fato, como ocorre este processo. Damos destaque as respostas que de alguma forma revelaram uma preocupação com a conscientização em relação ao tema Saúde.

Apesar do discurso que justifica a relação Saúde e Educação Física trazer a tona o aspecto da conscientização dos indivíduos, a forma pela qual este processo se realiza permanece atrelada à prática durante as aulas. Neste sentido as expressões “práticas da atividade física”, “benefícios da atividade física”, “exercício físico” e “movimentar-se”, demonstram o forte apelo prático atribuído a Educação Física. Conscientizar nesta perspectiva, parece desenvolver uma “consciência para a atividade física”, sua necessidade e seus benefícios.

A expressão prevenir doenças recebe destaque em algumas respostas colocando a questão da atividade física como uma prática utilitária na prevenção de doenças. Neste sentido praticar atividades físicas durante as aulas tem um caráter definido, o de gerar benefícios à Saúde.

Carvalho (2004) afirma que atualmente se superestima o papel de determinação da atividade física em relação à Saúde. Acredita a autora que até pouco tempo atrás a tônica do discurso enfatizava a atividade física como produtora de Saúde, hoje, paralelamente a esse discurso, convive-se com a disseminação de outro que, ganhando cada vez mais espaço, vincula a atividade física, por si só, ao poder de remediar a doença.

Da mesma forma que parte dos professores trazem ao tema Saúde e atividade física o elemento da conscientização, uma parcela ainda significativa destes educadores acreditam num aspecto eminentemente prático neste processo.

O vínculo Saúde e Atividade Física sem dúvida tornou-se um paradigma da Educação Física Escolar. As respostas que destacamos no quadro, representam esta intrínseca relação construída ao longo da história da Educação Física em nosso país. Estas afirmações, apenas reproduzem o que o senso comum já consagrou. O que nos causa preocupação é o fato dos professores de Educação Física identificarem como o momento onde a promoção da Saúde se manifesta em suas aulas, aquele onde ocorre a prática de exercícios.

Carvalho (2004) acredita que ao privilegiar o “fazer”, a Educação Física Escolar negou sua faceta de elemento cultural, historicamente construída e determinada, justificando portanto, o porquê a Educação Física é confundida com Atividade Física. Se a Educação Física só se manifesta pelo “simples fazer”, “pelo fazer” é coerente que o seja pela atividade física. Todavia, considera que, essa é apenas uma das suas várias possibilidades de manifestação.

Ao considerarmos as práticas corporais realizadas em ambiente escolar, determinadas culturalmente, desbravamos a idéia do “simples fazer” a que se refere a autora. Nesta “nova concepção” que surge para a Educação Física aproximadamente ao final dos anos 1980, com os trabalhos de Jocimar Daólio, João Batista Freire, João Paulo Medina, Mauro Betti, (cito estes, pois participaram ativamente das Políticas Públicas da Educação Física Escolar no Estado de São Paulo), entre outros, vislumbram-se para a Educação Física outros horizontes para além dos enraizados na simples prática. Pensar a Educação Física neste momento, é pensar nas possibilidades de introduzir os indivíduos nas mais variadas formas e manifestações da cultura corporal do movimento.

Nota-se através da trajetória histórica construída ao longo deste trabalho que o aspecto da Cultura do Movimento vem sendo contemplado nas Políticas Públicas

Estaduais desde pelo menos os anos 90, nesta direção questionamos os sujeitos com a seguinte pergunta:

Você considera algum elemento da cultura corporal do movimento, mais adequado para promover saúde? Qual? Explique.(Questão 5b)

A seguir apresentamos as respostas organizadas sob duas perspectivas distintas. Na primeira, as respostas que não definem nenhum elemento da cultura corporal especificamente. Na segunda, respostas que definem alguns elementos da cultura corporal como o mais adequado para se promover saúde.

- ✓ **Indicação de um elemento da cultura corporal** – com menor incidência, este grupo indica algumas práticas corporais que em sua opinião favorecem mais a Promoção da Saúde.

- *“Alongamento, porque é a preparação do corpo para qualquer início e término de uma atividade física”.*
- *“Sim, corrida”.*
- *“A área do fitness, tanto academia, como atividades de lazer em parques, passeios ,etc. É um universo mais palpável e próximo dos adolescentes principalmente”.*

- ✓ **Os professores que não indicam um elemento da Cultura Corporal** – com maior incidência estão os que não consideram apenas um elemento da Cultura Corporal como “o mais indicado” para promover Saúde, no entanto consideram que isto se dá de forma geral e dependente de um direcionamento para este objetivo.

- *“Todos podem promover Saúde, depende como se trabalha”*
- *“Todo movimento consciente, integrado ao conhecimento anatomo-fisiológico do próprio corpo é adequado para promover saúde”*
- *“Pelo simples fatos do movimentar-se, já estamos promovendo saúde e combatendo o sedentarismo e a obesidade infantil”.*

Ao final da análise desta questão destacamos dentre todas as respostas, uma que demonstrou buscar uma nova perspectiva sobre a questão da promoção da Saúde:

- *“Todos os elementos da cultura corporal são importantes na promoção da Saúde, mas temos outros fatores que são determinantes para isso, como por exemplo o acesso ao esgoto, serviço de Saúde, moradia, etc”.*

Outra afirmação encontrada de forma isolada foi a resposta que indicou o “Conhecimento Corporal” como elemento mais indicado para se promover Saúde, parte de uma aproximação teórica baseada nos determinantes de Saúde sob a perspectiva da Cultura Corporal. Já tivemos oportunidade de observar no Quadro Cronológico das Propostas Curriculares - Abordagens em Educação Física, a vinculação do conhecimento corporal com a Saúde. Nesta perspectiva a Educação Física promove Saúde ao possibilitar o indivíduo o conhecimento do seu corpo, das manifestações e elementos da cultura corporal existentes, tornando-o autônomo em suas escolhas afim de uma vida e um corpo mais saudável.

Neste momento, não se trata de certo ou errado, mais adequado ou menos adequado. De forma geral os professores demonstraram a ampliação da visão em relação às práticas corporais, porém permanece o vínculo prático sob a perspectiva da atividade física mais ou menos adequada, e da maneira como são trabalhadas em relação ao seu volume e intensidade. Observamos aqui que ao eleger um, ou todos, os elementos da cultura corporal, capazes de promover Saúde, os professores partem de uma avaliação baseada em determinantes biológicos para justificar suas escolhas. Justificamos esta afirmação pois o termo “trabalho” em Educação Física determina uma ação prática através do movimento corporal, relaciona-se assim uma determinação mecânica de movimento.

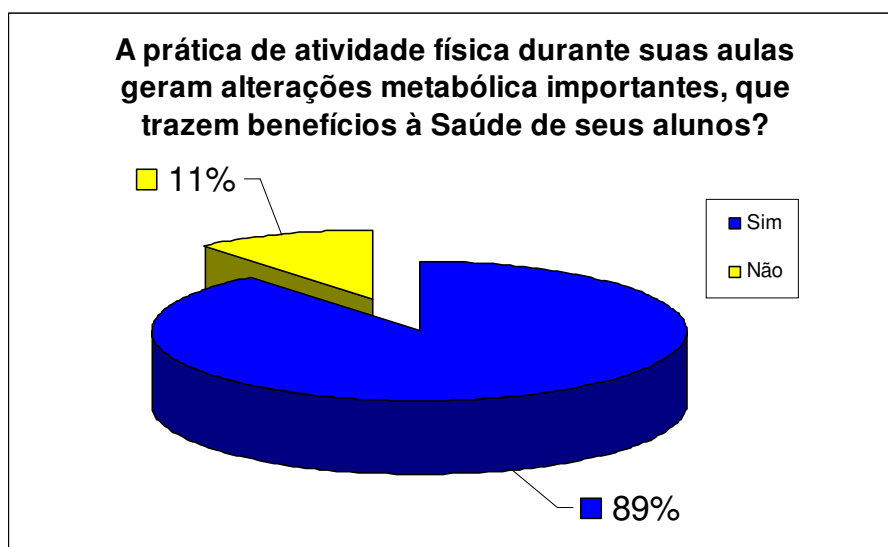
As respostas analisadas até este momento, deram conta de nos mostrar alguns aspectos da relação Educação Física Escolar e Promoção da Saúde. Parece-nos clara a vinculação da Educação Física Escolar com um fazer prático, independente de uma abordagem, mecanicista ou cultural, considerando todos os equívocos e incompreensões que possa haver sobre tais abordagens. Neste

sentido a Promoção da Saúde através da Educação Física Escolar demonstra estar intimamente relacionada à prática de atividade física desenvolvida durante as aulas, sejam estas conscientes ou inconscientes, culturais ou monoculturais, autônomas ou dependentes, críticas ou acríticas. O fato é que de alguma maneira, na visão da maior parte dos professores, o movimento parece algo indispensável neste processo.

Mesmo diante dos estudos realizados, sobretudo nos anos de 1990, que revelaram as limitações da E.F. Escolar como prática capaz de produzir alterações metabólicas significativas, possibilitando benefícios à Saúde através das práticas corporais realizadas durante as aulas, os professores continuam afirmando suas ações em relação à Promoção da Saúde como um dos principais pilares que justificam a Educação Física no currículo escolar. Nossa próxima questão revela em parte a crença depositada no potencial da Educação Física Escolar como “programa de atividade física” capaz de trazer benefícios à Saúde dos alunos através de suas práticas.

Partindo de conceitos básicos da fisiologia humana, que determinam de forma quantificada um volume e uma determinada intensidade para que as práticas corporais tragam benefícios à Saúde, formulamos a questão a seguir.

Figura 4 – Atividade física durante as aulas.



Se existiam dúvidas em relação à forma como os professores compreendem que a Educação Física Escolar Promove Saúde, esta questão serviu para definirmos uma direção de qual perspectiva compartilham nossos pesquisados, ao atribuir à disciplina essa capacidade.

Apesar de neste momento não serem unânimes nesta questão, quanto foram em outras ocasiões, a maioria dos professores mantém a crença da Atividade Física/Saúde. Este número bastante significativo de professores contraria neste momento a mesma “ciência” em que se apóiam para fazer tais afirmações.

Guedes e Guedes (1997) afirmam em estudo que analisou as alterações metabólicas e níveis de esforço a que eram submetidos alunos durante as aulas de Educação Física Escolar no Ensino Público que, as alterações promovidas pelas aulas de Educação Física não representaram índices suficientes para trazer benefícios à Saúde dos alunos. Entre outros fatores, os autores justificam que o tempo médio gasto para a organização, explicação dos conteúdos e finalização das aulas, fazem com que os alunos permaneçam um período muito pequeno em níveis de esforço significativos.

Em relação ao volume e a intensidade dos exercícios realizados durante as aulas ficam a precariedade das instalações escolares que dificultam práticas mais vigorosas, e o tempo destinado às aulas de Educação Física (duas aulas semanais de 50 minutos), contrariando as recomendações da OMS (2004), que preconizam um programa semanal de atividade física de no mínimo 30 minutos diariamente, com uma intensidade moderada, para manutenção da Saúde e acréscimo de tempo de atividade para casos específicos, como perda de peso corporal.

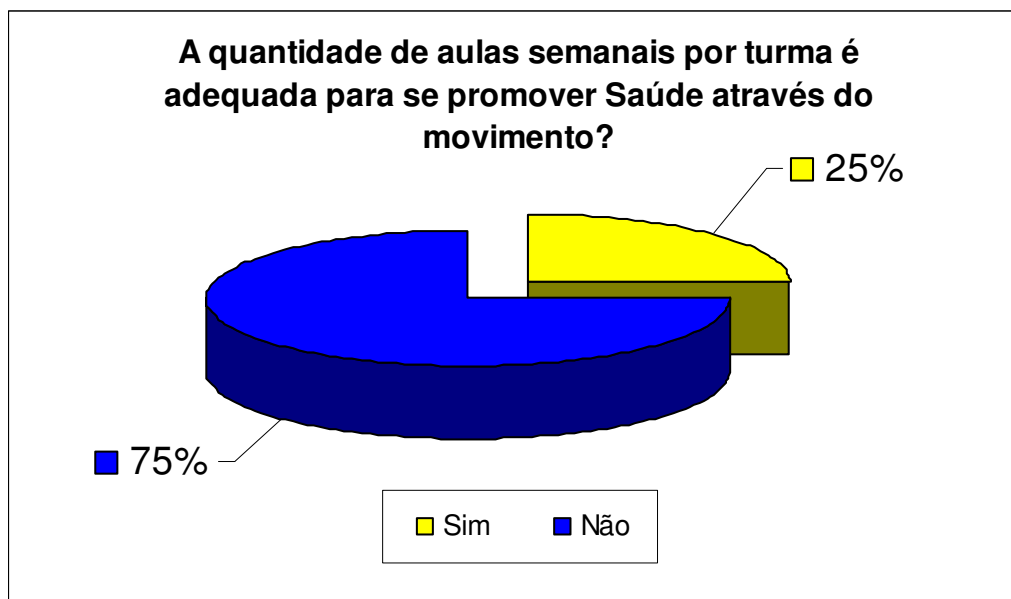
Neste cenário contraditório Guedes e Guedes concluem que os escolares envolvidos com os atuais programas de educação física escolar não estão sendo estimulados de maneira adequada quanto ao tipo de atividade e à intensidade/duração dos esforços físicos, que possam repercutir favoravelmente a um melhor estado de saúde. Ainda, também não estão sendo preparados para assumirem valores e atitudes que lhes permitam adotar um estilo de vida mais saudável e ativo fisicamente, durante e após o período de escolarização. Os

autores consideram que talvez, essa situação possa ser atribuída ao fato dos professores de educação física, que atuam na rede escolar, estarem pouco familiarizados com os modernos conceitos associados à atividade física e à saúde no contexto educacional.

Neste momento, aquilo que parecia ser verdade inquestionável, passa a ser analisado com um pouco mais de critério pelos professores. Esta análise fica evidente nas respostas da seguinte questão, que traz uma reflexão sobre o número de aulas semanais. Este cálculo sobre a quantidade de aulas nos demonstra uma perspectiva de Promoção da Saúde calcada na Atividade Física. Nota-se que esta visão se dá muito mais por uma dimensão procedimental do ensino em Educação Física, do que propriamente pelo despertar de atitudes e valores para uma vida saudável.

Se até este ponto os professores mantêm suas idéias de promoção da Saúde, voltadas a um fazer prático na Educação Física, talvez a partir deste momento busquem relacionar outros determinantes que favoreçam direta ou indiretamente uma ação promotora da Saúde na Escola.

Figura 5 – O programa semanal de Atividade Física na Escola



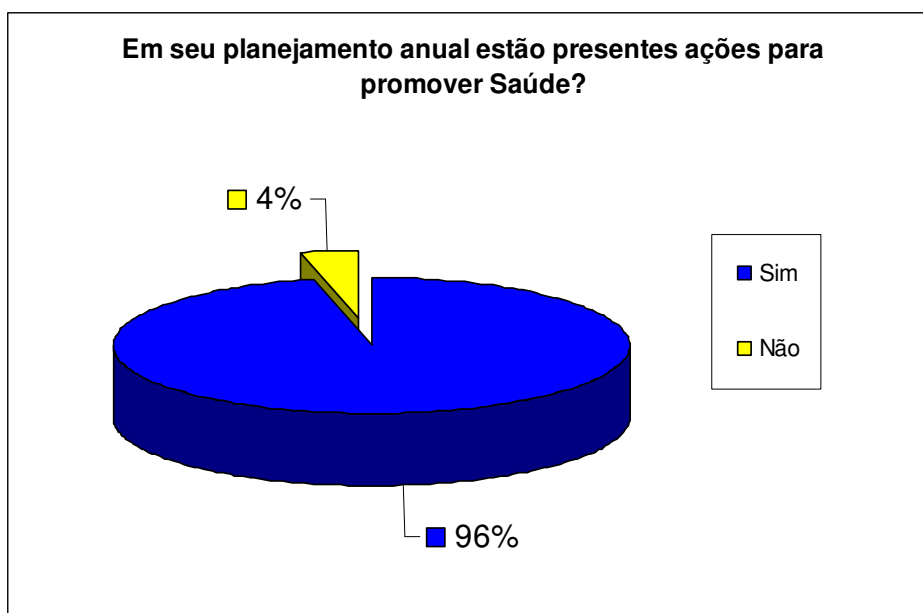
Nos deparamos agora com um entrave conceitual e estamos diante de um paradoxo da Educação Física Escolar. A crença defendida até este momento passa a ser questionada à medida que os professores se deparam com os fundamentos fisiológicos que quantificam e mensuram a tão defendida Atividade Física promotora de Saúde.

Se as respostas até este ponto conduzem a Promoção da Saúde na Educação Física Escolar na direção da atividade física e do desenvolvimento da aptidão física, através de exercícios, ginástica, esportes, lutas, danças e outras manifestações da cultura corporal do movimento. Há de se pensar então em outras possibilidades, isto suscita-nos uma profunda reflexão.

A atividade física está vinculada à saúde, mas não como uma pílula cujos efeitos podem ser controlados, e sim porque é uma forma de movimento, e enquanto nos movimentamos estamos vivos. Só é possível falar em saúde quando me refiro à vida, pois saúde é uma certa forma de estar no mundo. Este é um conceito, como todos os outros, fundado na intersubjetividade, depende de como cada pessoa o constrói e, da mesma forma, é influenciado nesta construção, (ZIMMERMANN, 2001)

Pensando em outras possibilidades, talvez encontremos algumas respostas ao observar como os professores planejam suas ações em relação à promoção da Saúde. Considerando que ao planejar uma ação promotora da saúde o professor parte de uma “idéia de Saúde” para fundamentar seu planejamento, observamos a próxima questão onde os professores tornam explícitas suas intenções em seu planejamento.

Figura 6 – Planejando a Ação para Saúde



Os professores parecem não desconsiderar a afirmação das ações da Educação Física em relação à Saúde e a grande maioria afirma ter em seu planejamento ações neste sentido.

As questões que se seguiram tentaram de alguma forma trazer informações de como, onde e quando os professores definem suas ações voltadas à promoção da Saúde.

De forma geral os professores ao definir como agem na Promoção da Saúde através da Educação Física Escolar seguem, em sua maioria, a mesma direção, forma e justificativas adotadas em suas propostas e registros. Destacamos a seguir a maneira pela qual indicam suas formas de produzir e planejar conteúdos destinados à Promoção da Saúde:

- ✓ Afirma constar em seu planejamento ações para a Promoção da Saúde.
- ✓ Indicam que as ações promotoras da Saúde estão explícitas nos objetivos gerais e específicos de seu planejamento.

- ✓ Utilizam como subsídios e fontes de pesquisa a Internet, revistas de Saúde e pesquisas em grupo desenvolvidas com os alunos. Demonstram um certo desprezo as publicações da SEESP.
- ✓ Ratificam a importância primária dada ao tema “Promoção da Saúde”, como conteúdo a ser desenvolvido no Ensino Fundamental.

Parece-nos clara a relação estabelecida entre Educação Física/Atividade Física/ Promoção da Saúde. Os professores demonstram sua crença no poder da atividade física para remediar a Saúde de seus alunos. Esta afirmação fica evidente ao assumir como objetivo primário da disciplina, estabelecendo uma relação causal entre o praticar atividades físicas e promover benefícios à Saúde.

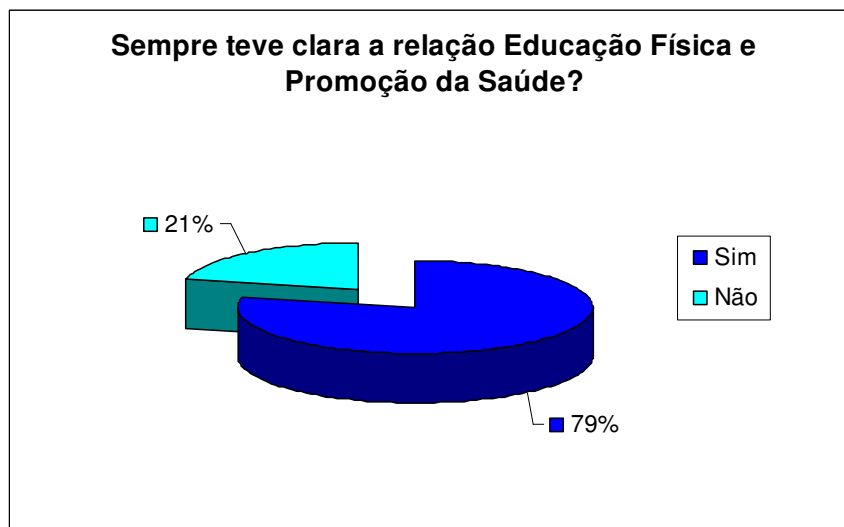
“Não se pode aceitar que, isoladas, as alterações fisiológicas promovidas pelo exercício tornem as pessoas mais saudáveis. É necessário, sobretudo, considerar o contexto, onde estão inseridas as pessoas(...)” e que, nesse sentido, “a Educação Física tem um grande desafio, desconstruir equívocos decorrentes de visões isoladas e re-elaboradas de outras realidades” (CONTE e GONÇALVES, 2001).

Esta situação nos fez pensar, até que ponto estes professores estão realmente preparados para agir como promotores da Saúde na Escola, que formação receberam, que idéias fazem de Saúde para permanecerem tão confiantes nesta missão. Talvez ao falar sobre sua formação, os professores comecem a nos dar indícios para analisarmos estas questões.

8.4 - Questões do bloco de interesse - Formação para a Promoção da Saúde

Na tentativa de buscar informações sobre a formação dos professores para atuar em Saúde, realizamos questionamentos sobre algumas concepções e pontos de vista sobre os temas Saúde e Promoção da Saúde, abrindo espaço na discussão para a manifestação de “velhos e novos” conceitos e idéias acerca da relação que se estabeleceu historicamente entre a Educação Física e a Saúde.

Figura 7 – A formação do professor para Promover Saúde.



A pergunta que definiu esta figura trouxe a perspectiva dos professores em relação à sua formação inicial. Um número bastante significativo de professores afirmou que sua formação sempre deixou clara a relação entre Educação Física e Promoção da Saúde. Cabe-nos agora procurar compreender de que Saúdes estão falando. Se os professores afirmam ter claro, desde sua formação a relação entre Educação Física e Promoção da Saúde, a próxima pergunta talvez nos traga informações interessantes sobre em que conceito de Saúde baseou-se sua formação.

Sem ter a intenção de *avaliar o conceito* como um saber estabelecido por uma determinada área de conhecimento, buscamos com esta questão traçar um perfil da concepção adotada pelos professores ao direcionar suas práticas ao tema Saúde. Nos importa neste momento, mais do que avaliar conceitos, observar como os professores fundamentam suas práticas. Que relações e determinantes são levados em conta no momento de agir como um promotor da Saúde. Para compreendermos suas ações buscamos elementos em suas concepções, estas muitas vezes arraigadas em ideais que vem sendo reproduzidos ao longo da história da Educação Física, sem ao menos passar por uma reflexão um pouco mais crítica.

Observamos anteriormente na descrição dos resultados deste trabalho a manifestação clara, do que define a Professora pesquisadora Yara Carvalho, como “O Mito da Atividade Física e Saúde”. Os professores militam na argumentação do axioma Atividade Física /Saúde, para justificar suas práticas nas aulas de Educação Física. Suas concepções nas ações voltadas à Saúde, partem sempre deste pressuposto, mesmo tendo a ciência nas últimas décadas, provado a ineficiência dos “programas de atividade física escolares”.

Guedes e Guedes (1997), em estudo relacionado ao tempo e organização das aulas de Educação Física apontam que em 50% do tempo atribuído às aulas, os escolares acabam se ocupando com tarefas de organização e transição das atividades apresentadas, permanecendo por longo período inativos fisicamente; no restante do tempo, ocorre um predomínio da prática de esportes competitivos. Em nenhum momento, se verifica qualquer preocupação com o desenvolvimento de experiências educacionais que possam conduzir os escolares ao domínio de conceitos associados à prática de atividades físicas e sua relação com a saúde.

Nos anos 1990 pesquisadores como Guedes, Nahas e Corbin, lançaram exaustivamente estudos que buscavam determinar critérios mínimos para a Educação Física agir como um programa de atividade física na escola. Estes estudos não foram apropriados pelas escolas, nem tão pouco por outros autores que pesquisam a Educação Física Escolar, pois tais “Programas” justificavam sua importância baseada principalmente em determinantes biológicos, em detrimento das questões pedagógicas.

Mesmo diante da não apropriação dos conceitos baseados nos estudos de perspectiva biológica, os questionamentos levantados quanto à validade das práticas da Educação Física Escolar em relação à Promoção da Saúde, serviram ao longo da última década para a disciplina rever seu papel na escola. Se, a princípio, o que se nega é relacionar a Educação Física ao reducionismo dos programas ginásticos aos moldes higienista/militares dos anos 1960 e 1970, onde o que se privilegiada era a aptidão física, parece-nos hoje necessário reavaliar as dimensões do que se concebe quanto a Promoção da Saúde.

A relação da área estabelecida historicamente com a Saúde, fez com que parte dos pesquisadores criasse uma certa aversão ao tema. Este “ranço” conceitual parece criar uma resistência crônica a toda e qualquer idéia que vincule a Educação Física Escolar à Promoção da Saúde. Neste sentido falar em Saúde na Educação Física Escolar é ter de passar pelo crivo “anti-higienista” dos pesquisadores da área, que rechaçam os aspectos de individualização, culpabilização e centralidade no aluno na expectativa de gerar benefícios à Saúde.

Ao responder sobre suas concepções de Saúde, os professores foram questionados sobre dois momentos distintos. O primeiro refere-se ao conceito de Saúde oferecido durante a formação deste professor. A segunda pergunta questiona o seu atual conceito de Saúde.

Analisando as respostas oferecidas notamos que elas se manifestam em duas principais perspectivas ***durante a formação do professor***.

- ✓ Visão de Saúde como ausência de doenças.
- ✓ Visão clássica da OMS de perfeito bem estar físico, mental e social.

Ao observarmos o conceito de Saúde oferecido durante a formação do professor de Educação Física, comparados a ***atual compreensão*** da qual ele compartilha, identificamos que estas se apresentam de três formas distintas.

- ✓ A primeira forma de apresentação é daqueles que permanecem com o conceito clássico da OMS de Saúde como perfeito bem estar físico, mental e social e não somente a ausência de doenças, sendo este grupo o mais expressivo.
- ✓ A segunda forma de apresentação é dos que partem do conceito clássico, ou até mesmo do conceito de ausência de doença, contudo ampliam a visão no sentido biológico. Chegam a considerar outros fatores determinantes, mas ainda limitados à questão biológica.
- ✓ A terceira forma de apresentação e em menor número, refere-se aos que visualizam na Saúde determinantes que vão além das questões biológicas, partindo para o entendimento de fatores sociais e humanos neste processo.

Neste cenário analisamos que direções tomaram as concepções dos professores de Educação Física após sua formação. Observamos que partindo de definições clássicas de *“perfeito bem estar físico, mental e social”, para além da ausência de doenças*, uma parcela considerável, mais que a metade dos professores, permanecem com os mesmos conceitos que receberam durante sua formação. De outro lado estão aqueles que de alguma forma buscaram ampliar suas concepções e considerar outros determinantes neste processo. Parte destes professores amplia sua visão, entretanto demonstram estar ainda restritas aos limites biológicos. Outra parte, bem menos expressiva propõe o envolvimento de fatores sociais em suas concepções de Saúde.

Albuquerque et al (1994) afirmam em estudo realizado com professores de Educação Física Escolar, que estes permanecem desinteressados dos avanços que fazem a Universidade e desconhecem as novas tendências ou abordagens para a Educação Física Escolar, mostrando-se presos às atividades ligadas à sua formação, o que acaba por restringir os objetivos da Educação Física à visão, esportivista, higienista e a divisão por gênero, sem se aterem às diferenças individuais.

Seguindo em nossa análise observamos a apresentação de concepções que partem de perspectivas diferentes do clássico conceito de Saúde da OMS.

Dentre as diferentes concepções apresentadas, damos destaque as que vinculam a Saúde a Qualidade de Vida. Esta recente aproximação da Educação Física a “Qualidade de Vida”, também nos suscita questionamentos importantes da sua compreensão e limitações nas práticas da Educação Física Escolar.

Parece-nos importante observar que os professores estão referindo-se ao conceito que lhes foi oferecido durante sua formação em Educação Física, porém alguns afirmam permanecer com tais conceitos, mesmo que estes, atualmente sejam motivos de debates e discussões quanto aos seus significados. Ficam evidentes as afirmações dos autores anteriormente citados, quanto à resistência dos professores em observarem novas tendências e abordagens.

Outras perspectivas foram apresentadas pelos professores ao se referir a sua formação, apontando para outros caminhos e interpretações do tema Saúde.

A seguir temos três situações distintas em relação à **concepção de Saúde oferecida na formação do Professor**. (*Instrumento de pesquisa - pergunta 8b*)

- ✓ A primeira está vinculada ao “fazer exercícios”, “desenvolver capacidades físicas”, “cuidados com a higiene” e noções de “primeiros socorros”.
- ✓ A segunda situação é aquela que vincula a “Saúde e Qualidade de Vida”, reforçada nas expressões, “Saúde é vida”, “Saúde é um fator vital”, “Saúde é plano de Vida”.
- ✓ A terceira situação é aquela que vincula “qualidade de vida” à “prática de exercícios”, “alimentação”, “equilíbrio mental”, “investimento”, ou seja, como o produto de uma soma de fatores comportamentais e biológicos.

Em relação a **atual concepção de Saúde dos professores**, (*Instrumento de pesquisa - pergunta 8c*), temos uma divisão entre os que:

- ✓ Permanecem com o ideal da “Qualidade de Vida”, mesmo que este conceito seja um tanto vago.
- ✓ Outra concepção é a da Saúde relacionada ao desenvolvimento corporal, ora vinculada ao “conhecimento anatômico funcional”, ora aos “exercícios” e desenvolvimento da “aptidão física”.

Observando as respostas, percebemos as diferentes concepções que emergem de uma visão fragmentada de Saúde. Neste sentido os professores de Educação Física parecem sempre vincular a Saúde a um “corpo ideal” e a um “ideal de corpo”. O primeiro é o do “corpo perfeito” num estado de “perfeito bem estar”. O segundo é do “corpo adestrado” e condicionado através de práticas corporais e hábitos de higiene. O terceiro ideal que se manifesta é o do “corpo consciente” em busca da “Qualidade de Vida”, de um “novo homem” em harmonia com seu corpo e o mundo.

Em relação a este mais recente ideal apresentado, acreditamos que sofre também da mesma incompreensão que o próprio tema Saúde é vítima. Se não conseguimos chegar a um denominador em relação à Saúde na Educação Física, parece-nos mais complexo alcançá-lo em relação à “Qualidade de Vida”.

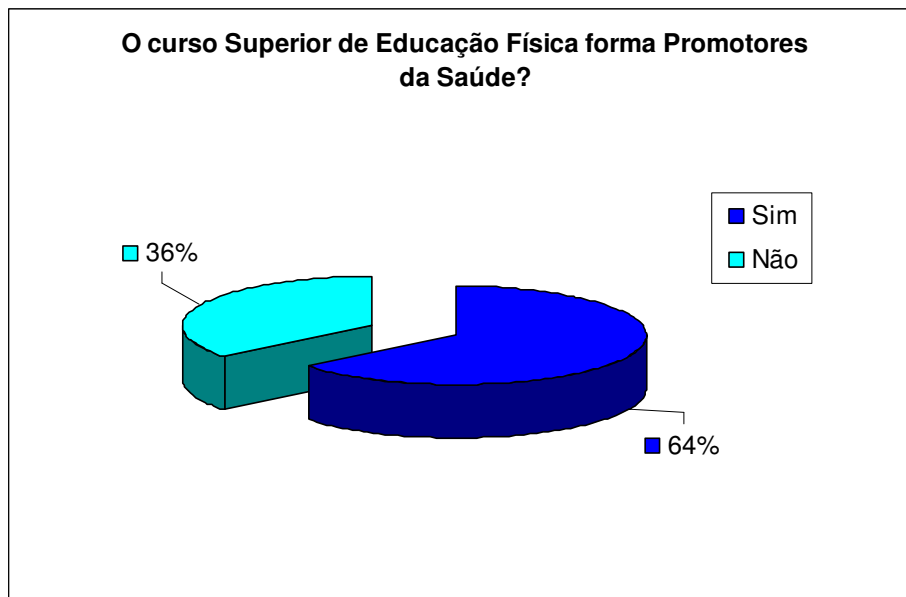
De certa forma a Educação Física sempre esteve atrelada a Saúde, independente de uma maior ou menor compreensão que o tema possa exigir. Ao colocar os objetivos da Educação Física, vinculados à Saúde e a Qualidade de Vida, estamos diante de um novo desafio.

Moreira (2001) considera que tentar caminhar em propostas que visem a “qualidade de vida”, exige de nossa parte uma grande abertura, abertura essa possível se conseguirmos despojar-nos de nossos arcabouços atuais de pensamento, de nossas premissas inquestionáveis, de nossa forma de ver a própria realidade, enfim, há que se ter disposição de considerar uma outra forma de entender o mundo e a própria vida. Considera o autor que o desafio maior é caminharmos na direção de mudar a nossa maneira de pensar, agir e sentir.

Diante deste cenário devemos considerar “os desafios” que se apresentam a Educação Física e seus professores. Ampliar a visão de Saúde, até então sob os domínios médico-biológicos, para uma compreensão que contemple todas as dimensões humanas, parece ser o primeiro e maior desafio a ser enfrentado, pois não há Saúde sem Qualidade de Vida, nem tão pouco Qualidade de Vida sem Saúde.

Continuamos nossos questionamentos sobre a visão dos Professores em relação a sua própria formação e a ampliamos para a Educação Física como área de conhecimento. Consideramos neste momento o reflexo de uma formação calcada num ideal esportivista e técnico que na maioria das vezes trata a questão da Saúde como um resultado simples e lógico do processo de esportivização escolar, colocando o processo de Promoção da Saúde num plano secundário das ações docentes, pois se segue ingenuamente o paradigma da causalidade entre atividade física e saúde. As figuras a seguir nos revelam a opinião dos sujeitos sobre as questões que abarcam a temática Saúde e Promoção da Saúde na formação Superior.

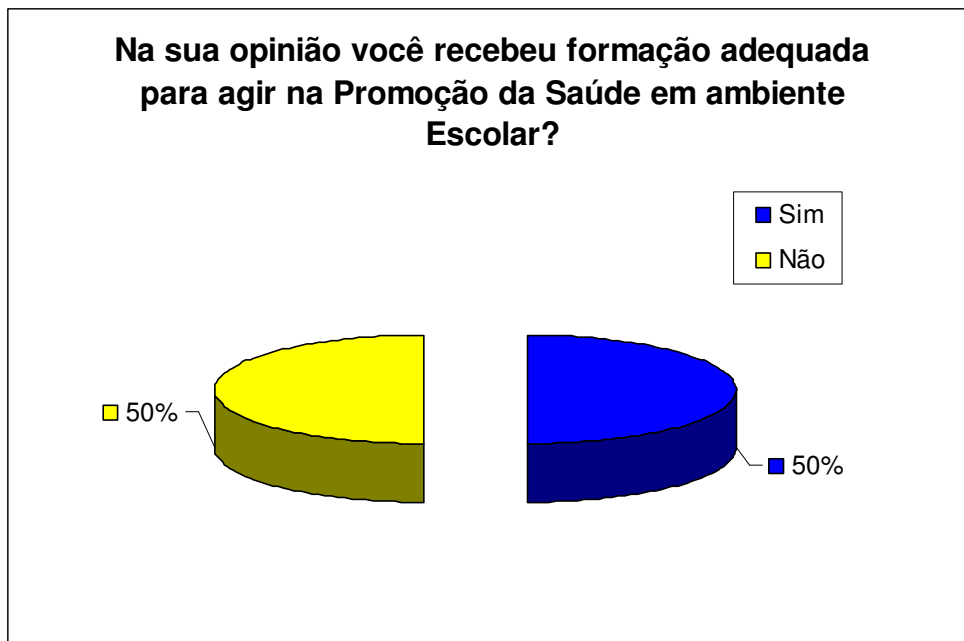
Figura 8 – Visão sobre a Formação em Educação Física.



Se ao iniciarmos nossas perguntas sobre a Promoção da Saúde na Escola e na Educação Física, obtivemos respostas firmes e convictas desta relação. A esta altura já não observamos a mesma unanimidade.

Na elaboração do nosso instrumento de pesquisa, algumas questões tiveram a intenção de levar os professores a refletir suas ações em relação à Promoção da Saúde. Neste momento os professores indicam que já não estão tão certos dos fatores que contribuem para este processo. Partimos nesta questão de uma visão generalizada dos Cursos de Formação em Educação Física e seu potencial para formar promotores da Saúde. Na questão seguinte, fica evidente a incerteza de uma parte expressiva dos professores em relação à sua formação para atuar no processo de Promoção da Saúde.

Figura 9 – Opinião sobre a própria Formação



Esta questão demonstra claramente a divisão das opiniões em relação à formação inicialmente recebida por estes professores. Se neste momento pairam dúvidas quanto à formação recebida para atuar na Promoção da Saúde, nossa próxima questão, talvez nos ajude a compreender quais conhecimentos foram e são preteridos neste processo, que acabam por determinar uma formação inadequada.

Questionados sobre quais conhecimentos são indispensáveis ao Professor de Educação Física para atuar na Promoção da Saúde identificamos três interpretações distintas do que se considera, na visão dos professores, “indispensável” à formação do professor para atuar na Promoção da Saúde em ambiente Escolar.

- ✓ A primeira interpretação refere-se aqueles que atribuem o caráter de “indispensabilidade” aos conhecimentos médico-biológicos em Anatomia, Fisiologia, Primeiros Socorros e Nutrição.

- ✓ A segunda refere-se aos que demonstram certa preocupação a outros fatores, contudo ratificam a importância dos conhecimentos médico-biológicos representados pela Anatomia, Fisiologia, Nutrição , etc.
- ✓ A terceira e em menor número, refere-se aos que consideram outros determinantes indispensáveis à Promoção da Saúde, dentre eles as questões sociais e culturais.

O valor atribuído aos conhecimentos médico-biológicos, torna evidente a compreensão limitada que os professores fazem do processo de Promoção da Saúde. Em nossas observações anteriores identificamos uma compreensão de Saúde pautada nos determinantes biológicos, não seria de se esperar outra interpretação no tratamento da “Promoção da Saúde”.

A forma pelo qual se desencadeia a Promoção da Saúde parece não ter sido compreendida por estes professores, que acreditam atuar neste processo, reconhecem o seu valor, desenvolvem seu trabalho dando certa prioridade ao tema, admitem suas dificuldades, limitações e impossibilidades, porém não abandonam a militância convicta no desenvolvimento da aptidão física e da Saúde de seus alunos.

Devide (2003) acredita que além da aptidão física, existem outras questões que influenciam a Saúde individual e coletiva, que vem sendo ignoradas por parte dos professores na Educação Física, que tem raízes sociais e devem ser consideradas para que se amplie o entendimento do papel desta disciplina como veículo de Promoção da Saúde. Pois impedem que o indivíduo desenvolva hábitos de vida saudáveis e estilos de vida ativos. Considera ainda, o autor, que entender a relação da E.F. com a Saúde, exclusivamente através dos benefícios orgânicos da “aptidão física”, pode ser encarada como um reducionismo do conceito de Saúde e da própria profissão.

Diante deste contexto é que observamos a próxima questão, atentos ao sentido da relação entre E.F. e Promoção da Saúde, na perspectiva dos professores.

Como questão final, e a esta altura tendo passado por uma reflexão direcionada pelas questões do instrumento, voltamos a perguntar como os

professores compreendem a relação Educação Física Escolar e Promoção da Saúde. (Instrumento de pesquisa – pergunta 9)

Observamos novamente a convicção em afirmar a solidez deste processo, porém parte dos professores começa a indicar novas possibilidades e perspectivas, que anteriormente eram desconsideradas. Atentos às suas justificavas para esta relação, ordenamos as interpretações em três perspectivas distintas.

- ✓ A primeira refere-se aos que admitem uma relação intrínseca justificada pela prática da atividade física, desenvolvida na disciplina escolar, citando o esporte, a ginástica e os exercícios como formas de contribuição neste processo.
- ✓ A segunda perspectiva parte daqueles que acreditam na relação estabelecida, contudo identificam a importância da conscientização dos alunos para que este processo se realize.
- ✓ A terceira perspectiva refere-se aos que não acreditam na relação entre Educação Física e Promoção da Saúde, pelo menos da maneira que ela tem se manifestado nas escolas, contudo não descartam a possibilidade de vir a ser desenvolvida diante de práticas diferenciadas.

Notamos até este momento que uma parte significativa dos professores compreendem a questão da Promoção da Saúde, relacionando-a diretamente às práticas da Educação Física através dos esportes, ginástica e exercícios, considerando os aspectos da atividade física indispensáveis neste processo. O que difere em algumas opiniões é o fato de estabelecerem duas formas de “atividade física”, uma visando desenvolver a Saúde e outra na perspectiva de “conscientizar para a Saúde”, colocadas neste momento como “práticas diferenciadas”, portanto, uma consciente e outra inconsciente. Uma terceira compreensão, e em menor número, é a que não concebe uma relação entre E.F. e Promoção da Saúde, pelo menos da maneira que vem sendo desenvolvida, justificando sua contrariedade na interpretação, pela ênfase dada ao esporte e pelo tempo destinado às aulas de Educação Física Escolar, considerando estas

práticas insuficientes para promover Saúde, porém ainda embasada nos referenciais médicos/biológicos para justificar sua contrariedade.

8 - Considerações Finais

Ao analisarmos os resultados obtidos por este estudo e seus objetivos, consideramos que atualmente prevalece certa ingenuidade por grande parte dos professores quando o tema é Saúde e Promoção da Saúde. As políticas públicas descritas e impressas em Programas, Guias e propostas Curriculares no entanto demonstram avançar na direção de uma compreensão mais ampla das questões.

Os professores de Educação Física demonstram compreender a relação entre Promoção da Saúde e Educação Física Escolar a partir de uma concepção baseada na prática da Atividade Física, estabelecendo uma relação causal entre o “fazer exercícios e promover Saúde”.

Mesmo nas últimas décadas os conceitos de Saúde e Promoção da Saúde terem ampliado a compreensão dos fatores que determinam processo de aquisição e manutenção, os professores de Educação Física ainda partilham da concepção reducionista de Saúde através da Atividade Física. Justificam suas ações, alegam sua importância e afirmam objetivar em suas aulas a Saúde, porém consideram que este processo é um resultado natural das suas práticas.

Os docentes militam no discurso da Saúde e justificam o uso dos esportes e da ginástica como elementos indispensáveis para formar praticantes de atividade física e, “quem sabe”, despontar talentos esportivos.

A imagem do atleta parece representar o ideal de Saúde da Educação Física Escolar, neste sentido as mais recentes concepções de Saúde, que partem da avaliação de outros determinantes, parecem estar longe da maioria dos professores. A visão da escola como “celeiro de atletas” habita sua ingênua concepção de Saúde. Mesmo estando, na verdade, num “celeiro de mazelas sociais”, os professores permanecem fieis ao sonho de formar atletas fortes e saudáveis.

Se a Promoção da Saúde exige maior controle e participação no processo, para os nossos professores, este controle parece ser o da “bola”, e o processo, o da “vitória” nos campeonatos escolares.

A estrutura de formação Superior em Educação Física tem privilegiado uma concepção técnica, prevalecendo-se de conhecimentos pautados na medicina e no esporte, em detrimento da formação pedagógica, a fim de atender uma demanda de mercado que cada vez mais transforma professores de Educação Física em instrutores técnicos de atividades físicas e esportes.

As Políticas Públicas, principalmente as Propostas Curriculares parecem ter evoluído de um conceito baseado nos ideais higienistas para uma percepção sócio-cultural do tema, sobretudo após a publicação dos PCN's 1997, entretanto, ao mesmo tempo em que os conceitos de Saúde e Promoção da Saúde tem procurado evoluir no sentido de uma compreensão mais abrangente dos fatores sociais que determinam os níveis de Saúde individual e coletiva, os professores de Educação Física Escolar demonstram permanecer com uma noção de causalidade entre Atividade Física e Saúde, justificando esta crença em pressupostos teóricos médicos/biológicos.

Paradoxalmente a esta crença a Educação Física Escolar encontra nestes mesmos pressupostos a sua negação como promotora da Saúde, pois da maneira que vem sendo desenvolvida é comprovadamente incapaz de promover saúde através da Atividade Física. O tempo de organização e realização somadas a quantidade semanais de aulas por turma, impossibilitam qualquer ação neste sentido.

Acreditamos que diante do exposto só resta aos professores de Educação Física buscar os mesmos caminhos que as Políticas Públicas já assumiram na ultima década tornou-se paradigmático. Esta noção da Promoção da Saúde que habita o inconsciente coletivo da área demonstra estar pelo menos 30 anos atrasados em relação ao que preconiza a Saúde neste novo milênio.

Diante do exposto consideramos a necessidade urgente de transformações nas práticas assumidas pelos professores, dispondo-os a colocar a Educação Física em sintonia com o que a sociedade realmente carece.

Pensar em mecanismos mais eficientes, que possibilitem a aproximação do que já é previsto nas Políticas Públicas, através das Propostas Curriculares e seus subsídios, parecem-nos indispensável neste momento. Os modelos de elaboração de propostas e projetos que tendem a não levar o debate de forma mais elaborada e participativa aos professores, correm o risco de serem desconsiderados, pois os principais interessados, não se apropriam das idéias e concepções constantes nestes documentos, pelo simples fato de não se reconhecerem como agentes capazes de assumir as transformações sugeridas.

Resta-nos neste momento propormos diante do que os dados nos revelaram, um sério e eficaz processo de formação continuada e de maior participação dos professores nas Políticas Públicas, que até este momento tem se colocado de forma vertical Projetos e Programas, não favorecendo a apropriação de conceitos, idéias e principalmente atitudes facilitadoras ao processo de Promoção da Saúde em ambiente escolar. Assumimos neste momento o desafio de encaminhar este e outros documentos que sejam necessários a equipe de Professores Coordenadores do Centro de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da SEESP, colocando-nos a disposição para subsidiar ou sanar quaisquer dúvidas em relação a este estudo. Sem estas atitudes estamos longe de transformar a escola num ambiente formador de cidadãos capazes de intervir e mobilizar-se para gerir sua Saúde e das comunidades onde vivem.

Referencias Bibliográficas

ALBUQUERQUE, L.,M.B; DARIDO,S.C. e GUGLIELMO,L.G. - Os Recursos Cognitivos dos Professores de Educação Física, Educação: Teoria e Prática, v2,n.3, p.25-34., 1994

BARDIN, Laurence - Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70,1979.

BETTI, Irene Rangel - O prazer nas aulas de Educação Física: A perspectiva discente. Campinas, Universidade de Campinas, 1992 (Dissertação de Mestrado).

BETTI, Mauro. e BETTI, Irene Rangel - Novas Perspectivas na Formação Profissional em Educação Física Revista MOTRIZ - Volume 2, Número 1, Junho/1996.

BRACHT, Valter - A Constituição das teorias Pedagógicas da Educação Física - Cadernos Cedes, ano XIX, nº 48,1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Educação Física – Brasília – Distrito Federal, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - Parâmetros Curriculares Nacionais. - Educação Física. pág. 67 - Brasília: MEC/SEF,1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física – Ministério da Educação e Cultura,1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física para o Ciclo I – Ministério da Educação e Cultura,1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física para o Ciclo II – Ministério da Educação e Cultura,1997.

BRASIL. Ministério da Saúde - As Cartas de Promoção da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Revista - A escola que produz Saúde - Encarte da revista NOVA ESCOLA. Edição nº 174, agosto 2004.

BUSS, Paulo Marchiori - Promoção da saúde e qualidade de vida – Ciências & Saúde Coletiva vol.5 no.1, pág 163-177. Rio de Janeiro, 2000.

CANDEIAS, Nely Maria - Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. Rev. Saúde pública v.31 nº2: 209-13, 1997.

CANGUILHEM, Georges - O normal e o patológico. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CARVALHO, Yara Maria - O Mito da Atividade Física e Saúde- 3ª edição –Hucitec - São Paulo, 2004.

CASTELLANI FILHO, Lino - Educação Física no Brasil - A História que não se conta – Papyrus, 1988.

CATALAN, Valentín Gavídea - La transversalidad y la escuela promotora de salud. Rev. Esp. Salud Publica. n.6, v.75, p.505-16, 2001.

CONTE, Marcelo; GONÇALVES, Aguinaldo. Dimensões controversas da interação Saúde Coletiva/Atividade Física. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2001, Caxambu, MG. Entre a bricolagem e o personal training ou a atividade física e saúde nos limites da ética. *Anais*. Campinas: CBCE, 2001.

CZERESNIA, Dina - O Conceito de Saúde e a diferença entre promoção e prevenção. Cadernos de Saúde Pública v.15 nº4, pág. 701-710, 1999.

DARIDO, Suraya Cristina- Educação Física na Escola : Questões e Reflexões – Guanabara & Koogan, 2004.

DEVIDE, Fabiano Pries - A Educação Física Escolar como via de Educação para Saúde. In - BAGRICHEVSKY, Marcos, PALMA, Alexandre, ESTEVÃO, Adriana (orgs.) Saúde em Debate na Educação Física- Blumenau -SC - Edibes, 2003.

DEVIDE, Fabiano Pries - Educação Física e saúde: em busca de uma reorientação para a sua práxis - Revista Movimento - Ano III - Nº 5, 1996.

FARINATTI, Paulo de Tarso – Saúde, promoção da saúde e educação física: conceitos, princípios e aplicações. Rio de Janeiro ,EdUERJ, 2006.

FERRIANI, Maria das Graças e UBEDA, Elza Maria Lourenço - Articulação educação e saúde: A percepção dos atores sociais que utilizam o Programa de Assistência Primária de Saúde Escolar em Ribeirão Preto. Rev.Acta Paulista de Enfermagem. V11, n.1, pg46-55., 1998.

FOCESI, Maria Cecília. e TORRES, André Luis - A Escola Promotora da Saúde – Série Monográfica – USP – São Paulo, 1999.

GUEDES, Joana Elisabete e GUEDES, Datangnan Pinto - Características dos Programas de Educação Física Escolar- Rev. Paul. Educ. Fís., São Paulo, 11(1):49-62, jan./jun.,1997.

GUIRALDELLI Jr. Paulo. Educação Física Progressista - A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. 10ª edição - Edições Loyola – São Paulo, 2007.

HILSDORF. Maria Lucia Spedo - História da Educação Brasileira. São Paulo – 1ª Edição - Editora Pioneira, 2003.

HYPOLITO, Dinéia - Repensando a formação continuada. USJT - São Paulo, 2004.

LEONELLO, Valéria Marli e L'ABBATE, Solange - Educação em Saúde na escola: uma abordagem do currículo e da percepção de alunos de graduação em Pedagogia - Interface - Comunicação, Saúde, Educação., v.10, n.19, p.149-66, jan/jun., 2006.

LUDKE, Menga. e DA CRUZ, Gisele Barreto - Aproximando Universidade e Escola de Educação Básica pela pesquisa - Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, p. 81-109, maio/ago, 2005.

MALINA, André e AZEVEDO, Ângela Celeste - Memória do Currículo de Formação profissional em Educação Física no Brasil, Rev. Brasileira Ciência e Esporte, Campinas, v. 25, n. 2, p. 129-142, jan., 2004.

MARCONDES, Ruth Sandoval - Educação em saúde na escola. Rev. Saúde pública, São Paulo, 6:89-96.,1972.

MEDINA, João Paulo Subirá - A Educação cuida do Corpo... E "Mente". 12ª Ed. Campinas – Papyrus, 1991.

MINAYO, Maria Cecília - O Desafio do Conhecimento. São Paulo. 11ª Edição. Editora Hucitec, 2008.

MINAYO, M.C.,HARTZ,Z.M.,BUSS,P.M. - Qualidade de vida e saúde: um debate necessário - Ciência & Saúde Coletiva, 5(1):7-18., 2000

MOHR, A. e SCHALL, V. T. - Rumos da Educação em Saúde no Brasil e sua Relação com a Educação Ambiental – Cadernos de Saúde Pública – Rio de Janeiro ,p.199-203, abril/junho, 1992.

MOREIRA, Wagne Wey - Qualidade de Vida: Complexidade e Educação – 1ª Edição - Papyrus – Campinas, 2001.

OPAS/OMS (Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização Mundial da Saúde) - Estratégia Mundial sobre Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. Lançamento: 2005. Disponível em:<<http://www.who.int>>. Acesso em: 19 de outubro, 2008.

OPAS/OMS - Escuelas promotoras de la salud: entornos saludables y mejor salud para las generaciones futuras. Washington, 32p, 1998.

PEREIRA, Maurício Gomes - Epidemiologia: teoria e prática - Rio de Janeiro; Guanabara koogan, 2003.

QUELHAS, Aldo de Azeredo, NOZAKI, Hajime Takeuchi. - A Formação do Professor de Educação Física e as novas Diretrizes Curriculares frente aos avanços do capital - Revista Motrivivência - Ano XVIII, n° 26, Junho/2006.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta – Educação Escolar e Higienização da Infância Cadernos Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 39-56, abril 2003.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria Estadual de Educação - Proposta Curricular para a Educação Física – Ensino Fundamental - 4ª Edição, 1991.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria Estadual de Educação – Educação Física - Legislação Básica, 1985.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria Estadual de Educação - Guias Curriculares do Estado de São Paulo – CERHUPE, 1975.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria Estadual de Educação - Proposta Curricular para a Educação Física (Versão Preliminar), 1986.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria Estadual de Educação - Proposta Curricular para a Educação Física - Ensino Fundamental - 5ª Edição, 1997.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria Estadual de Educação. Proposta Curricular para a Educação Física - Ensino Fundamental - Ciclo II, 2008.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria Estadual de Educação - Proposta Curricular para a Educação Física - Ensino Fundamental - 3ª Edição, 1990.

SEGRE, Marcos. e FERRAZ, Flávio Carvalho - O conceito de saúde. Rev. Saúde Pública 31(5): 538-42., 1997.

SERGIO, Manuel - Educação Física ou Ciência da Motricidade Humana? 2ªEd. Campinas – Papirus, 1991.

SILVEIRA, Ghisleine Trigo - Escola promotora da saúde: quem sabe faz a hora! - Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SOARES, Carmen Lúcia - Metodologia do Ensino da Educação Física - Coletivo de Autores - Editora Cortez - São Paulo, 1992.

SOUZA NETO, Samuel, ALEGRE, Atilio de Nardi, HUNGER, Dagmar, PEREIRA, Juliana Martins - A Formação do Profissional de Educação Física no Brasil: Uma história sob a perspectiva da Legislação Federal no século- Revista. Brasileira. Ciência e Esporte, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan., 2004.

TABORDA, Marcos - Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984) - Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 51-75, jan./jun., 2002.

TOJAL, João Batista - Currículo de Graduação em Educação Física: Em busca de um modelo. 2ª edição - Editora da UNICAMP – Campinas, 1995.

ZIMMERMANN, Ana Cristina - Reflexões sobre a relação saúde e atividade física/qualidade de vida. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2001, Caxambu, MG. Entre a bricolagem e o personal training ou a atividade física e saúde nos limites da ética. *Anais*. Campinas: CBCE, 2001.

Anexos

Termo de Consentimento livre e Esclarecido

1 – Título do projeto; A Promoção da Saúde e os Educadores Físicos : Atuação Profissional no Ensino Fundamental Estadual Público no Município de São Paulo.

2 – Este estudo será realizado com Professores de Educação Física que atuam nas Escolas Estaduais Públicas de Ensino Fundamental sob área Administrativa da Diretoria Regional de Ensino Centro – Oeste, São Paulo – Capital. Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo, que tem como objetivo buscar junto aos Professores de Educação Física suas diferentes concepções, significados e ações na promoção da saúde através da Educação Física Escolar, considerando para tanto sua formação, suas práticas cotidianas e suas inquietações como Educadores.

3 - Os Educadores participantes deste estudo responderão a um questionário contendo perguntas que versam sobre os temas, promoção da saúde, formação profissional, práticas pedagógicas, perspectivas e ações para a promoção da saúde através da Educação Física.

4 – É garantido o acesso em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é o Professor Leosmar Malachias de Oliveira, que pode ser encontrado no CEDESS – Centro de Desenvolvimento de Estudos em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo, situado a Rua Borges Lagoa nº 1341, Vila Clementino – São Paulo – Capital ou pelos telefones: (11) 5549-0130 - (11) 5549.2398. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162 – E-mail: cepunifesp@epm.br.

5 - É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo
6 - Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros Professores, não sendo divulgada a identificação de nenhum Professor pesquisado.

7 - Direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores;

8 - Despesas e compensações: não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

9 - Compromisso do pesquisador de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, escrevendo o estudo: “A Promoção da Saúde e os Educadores Físicos : Atuação Profissional no Ensino Fundamental Estadual Público no Município de São Paulo”.

Eu discuti com o Professor Leosmar Malachias de Oliveira sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, suas condições, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo.

Assinatura do pesquisado.

Data ____ / ____ / ____

Assinatura da testemunha

Data ____ / ____ / ____

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste Professor ou representante legal para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pelo estudo

Data ____ / ____ / ____

II - Perfil dos Sujeitos

1-Identificação:
Nome:
Idade:
Sexo:
2-Instituição e ano de conclusão da Licenciatura:
Nome:
Ano:
3- Possui formação complementar? Identifique:
Não () Sim ()
Aperfeiçoamento ()
Extensão ()
Especialização ()
Pós-Graduação – Mestrado () Doutorado ()
Outros:
4- Atuação Profissional:
a) Há quanto tempo atua na Educação Física Escolar?
b) Qual o nome da escola onde atua?
c) Em que bairro e região do Município está localizada a Escola que você atua?

III - Questões da pesquisa

1. A sua escola promove saúde? () Sim () Não
2. De que maneira isto ocorre?
3. Como se dá o envolvimento das diferentes disciplinas em relação ao tema saúde? De forma... () Integral () Parcial () Específico das disciplinas de conhecimento biológico.
4. Quais os principais temas relacionados à saúde são tratados pela sua escola? Classifique-os numa escala de ações, onde o primeiro é o mais abordado. () Violência () Drogas () DST's () Gravidez Precoce () Saúde Bucal () Campanhas contra a Dengue () Coleta Seletiva de Lixo () Homofobia () Atividade Física () Nutrição () Poluição Sonora () Campanhas de Vacinação () Higiene Pessoal () Outros temas Descreva:
5. Na sua opinião a Educação Física Escolar Promove Saúde? () Sim () Não a) Em relação à Educação Física Escolar, em qual momento de sua aula você identifica uma ação voltada à saúde? Explique. b) Você considera algum elemento da cultura corporal do movimento mais adequado para promover saúde? Qual? Explique c) A prática da atividade física durante suas aulas geram alterações metabólicas importantes que trazem benefícios à saúde dos seus alunos? ()Sim ()Não d) A quantidade de aulas semanais por turma é adequada para se promover saúde através do movimento? ()Sim ()Não
6. Em seu planejamento anual estão presentes ações para promover saúde? () Sim () Não a) Onde estão explícitas as ações para promoção da saúde em seu planejamento? () No objetivo geral () No objetivo específico () Em ambos () Estão implícitas. b). Ao planejar uma ação promotora da saúde em sua aula, que recursos pedagógicos e instrumentos você utiliza? () Livros da Escola () Internet () Revistas de Saúde () Material Pedagógico da *SEE () Pesquisa e construção com os alunos () Outros; <i>*Secretaria Estadual de Educação.</i>
7. Em relação aos conteúdos da Educação Física Escolar no Ensino Fundamental, classifique em grau de importância a Promoção da Saúde: () Primário () Secundário () Dispensável para este segmento de ensino.
8. Em relação à formação recebida como Professor de Educação Física durante a graduação, você: a) Sempre teve clara a relação da Educação Física e Promoção da Saúde? () Sim () Não b) Que conceito de saúde foi lhe oferecido? Complete. Saúde é... c) Atualmente, você permanece com este conceito ou tem outro? () Sim () Não Qual d) O curso Superior de Educação Física forma promotores da Saúde? () Sim () Não e) Na sua opinião você recebeu formação adequada para agir na promoção da saúde em ambiente escolar? () Sim () Não f) Opine. Quais conhecimentos são indispensáveis ao Professor de Educação Física Escolar para atuar como promotor da saúde na Escola?
9. Considerando a sua formação e os objetivos da Educação Física Escolar, como você vê a relação entre Educação Física e Promoção da Saúde?